

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AMIR EL HAKIM DE PAULA

**Os Operários pedem Passagem! – A Geografia do Operário na Cidade de
São Paulo (1900-1917)**

São Paulo
2005

AMIR EL HAKIM DE PAULA

Os Operários pedem Passagem!- A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917)

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof^a Dr^a Léa Francesconi

São Paulo
2005

FOLHA DE APROVAÇÃO

Amir El Hakim de Paula
Os Operários pedem Passagem! A
Geografia do Operário na Cidade
de São Paulo (1900-1917)

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia
da Universidade de São
Paulo para obtenção do
título de Mestre.
Área de Concentração:
Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr:

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr:

Instituição: _____ Assinatura: _____

A Prof. Maria
Auxiliadora Guzzo

Ao meu Pai (*in
memorian*)

Agradecimentos

A Prof^a Dr^a Léa Francesconi, pela sua orientação de grande rigor acadêmico, realizada em um ambiente de profunda amizade e respeito.

As Prof^{as} Margarida e Esmeralda, pelas importantes considerações prestadas na qualificação.

A Prof^a Maria Auxiliadora Guzzo, pela ajuda principalmente no início desse trabalho, demonstrando as várias possibilidades de entendimento que a pesquisa poderia ter.

A minha família.

Aos meus amigos da Universidade, que ao longo desses 10 anos de FFLCH, de alguma forma, estiveram ao meu lado, como o Marcelo, César Inui, Ricardo Rugai e Luís (cachorrão).

Ao pessoal do Labor, que possibilitou-me um maior amadurecimento acadêmico.

Ao Prof. Mario de Biasi, pela ajuda na cartografia.

Ao pessoal da região onde moro, principalmente o Ailton, Cris, Chiquinho, Duda e Herodes, que sempre estiveram debatendo as várias questões das ciências humanas.

A Deborah Motta do Arquivo do Estado, pela ajuda na iconografia.

Ao Michel, do IGC.

Aos funcionários da Secretaria de Pós, pelo carinho com que encaminhavam minhas solicitações de ordem burocrática.

Ao CNPq, pela bolsa de pesquisa.

Ao Edson e Rogério, do Alferes, pela ajuda na discussão e tratamento das fotos.

Ao Geraldo pela elaboração do *abstract*.

A todos e todas que estiveram ao meu lado nesse caminho de três anos e meio e que de alguma forma contribuíram para a consecução desse trabalho.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Salões Operários, Vila Operária Maria Zélia e Escolas Modernas	pg.84
Mapa 2 – Ligas Operárias de São Paulo	pg.94
Mapa 3 – Manifestações contra a Carestia de Vida	pg.125
Mapa 4 – Greve Geral de 1917	pg.135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Hospedaria dos Imigrantes	pg.36
Foto 2 - Mansão do início do Século XX	pg.47
Foto 3 - Fachada do Cotonifício Crespi no início do Século XX	pg.77
Foto 4 - Operários trabalhando numa fábrica	pg.78
Foto 5 - Alunos da Escola Moderna	pg.98
Foto 6 - Manifestação de operários na Rua XV de Novembro	pg.131
Foto 7 - Cortejo fúnebre passando pelas ruas centrais	pg.131

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Entrada de Imigrantes no Brasil entre 1900 e 1917	pg.34
Tabela 3.2 - Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1900 e 1917	pg.35
Tabela 4.1 - Principais Indústrias na Cidade de São Paulo - 1907	pg.60
Tabela 4.2 - Distribuição dos Estabelecimentos Industriais e dos Operários neles ocupados, segundo o número de Operários, por Faixas de Emprego, na Cidade de São Paulo	pg.61

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	pg.01
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA DE PESQUISA	pg.04
1.1 - MEIOS DE PESQUISA	pg.04
1.2 - ESPAÇO, SEGREGAÇÃO ESPACIAL E APROPRIAÇÃO CONCEITOS FUNDAMENTAIS	pg.10
CAPÍTULO 2- A RELAÇÃO ESPAÇO - OPERÁRIO NA CIDADE	pg.19
CAPÍTULO 3 - SÃO PAULO – CRESCIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	pg.28
3.1 - A PRESENÇA IMIGRANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO	pg.32
3.2 - CRESCIMENTO E EXCLUSÃO: A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM SÃO PAULO	pg.38
CAPÍTULO 4 - A INDÚSTRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	pg.52
4.1 - DEBATE ACADÊMICO SOBRE AS ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL	pg.53
4.2 - METODOLOGIA DE ANÁLISE SOBRE A INDÚSTRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	pg.56
4.3 - A INDÚSTRIA EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	pg.59
4.4 - ORIGENS DA BURGUESIA INDUSTRIAL PAULISTA	pg.65
CAPÍTULO 5 - RELAÇÃO DO OPERÁRIO COM A CIDADE DE SÃO PAULO: POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHADOR!	pg.70
5.1 - CONDIÇÕES DE TRABALHO	pg.72
5.2 - AS MORADIAS OPERÁRIAS	pg.79
5.3 - A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA	pg.90
5.4 - A EDUCAÇÃO OPERÁRIA: O CASO DAS ESCOLAS MODERNAS	pg.95
5.5 - O LAZER OPERÁRIO	pg.101
5.6 - MOVIMENTOS DE LUTA: OS OPERÁRIOS PEDEM PASSAGEM!	pg.113
5.6.1 - MANIFESTAÇÕES CONTRA A CARESTIA DE VIDA	pg.117
5.6.2 - A GREVE GERAL DE 1917	pg.126

CONSIDERAÇÕES FINAIS

pg.138

BIBLIOGRAFIA

pg.140

RESUMO

PAULA, Amir El Hakim de. **Os Operários Pedem Passagem! A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917)**. 2005. 148 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

A dissertação procura entender a relação entre o operário e a cidade de São Paulo no período de 1900 a 1917.

Esse período é marcado por um grande crescimento populacional e geográfico da cidade, sendo que esse crescimento possibilita o surgimento de novos bairros na capital paulista.

Por meio desse trabalho, demonstramos que conforme a cidade crescia surgia nela um processo de segregação espacial, separando geograficamente, em bairros com distintas paisagens, as classes mais populares (como os operários) e a elite paulistana, representada principalmente pela burguesia cafeeira e/ou burguesia industrial.

Com esse processo de segregação espacial, os operários ficaram circunscritos à bairros sem muita infra-estrutura urbana (como ruas asfaltadas e arborizadas, serviços de água e esgoto), em contrapartida ao fato de serem eles os principais construtores da cidade.

A partir disso, buscamos entender como ocorreria um questionamento a essa segregação espacial, ou seja, como e quando os operários, enquanto movimento organizado, “invadiam” as regiões mais centrais da cidade.

Analisando as lutas contra a Carestia de Vida e a Greve de 1917, percebemos que, em momentos de grande agitação social, o operário chegava ao centro e questionava essa “ordem” urbana.

Sendo assim, percebemos que a geografia do operário na cidade vai muito além de simplesmente localizar esse trabalhador na cidade. Ela passa a entender também o significado desse processo de apropriação espacial.

Palavras-chave: operariado; cidade; indústria; segregação espacial; apropriação.

ABSTRACT

PAULA, Amir El Hakim de. **The Workers Take Over the Streets! – The Geography of the Workers in São Paulo City (1900-1917)**. 2005. 148 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

This dissertation is a search to understand the relation between the worker and the city of São Paulo from 1900 to 1917.

Noticeably, in the period, there is rapid population and geographical growth which enables the development of new districts in the capital of the state of São Paulo.

In this the dissertation, we demonstrated that as the city developed a spacial segregation process was brought about, separating geographically into districts with distinct layouts the more popular classes (as the workers) and the São Paulo elite, represented mainly by the coffee grower and/or the industrial bourgeoisies.

In this special segregation process the workers were circumscribed (such as asphalt and trees along services) in spite of the fact that they are the main city builders.

From this starting point we attempt to understand what would be a questioning on this spacial segregation or rather, how and when the workers, as an organized movement “invaded” the city center.

Analyzing the struggles against the high cost of living and strike in 1917, we notice that in periods of great social commotion the workers get to the city center and question this urban “order”.

Thus, we perceive that the geography of the workers in the city goes far beyond to simply localize them in the city. It also analyses the meaning of this special take over process.

Key word: work force; city; industry; spacial segregation; appropriation

APRESENTAÇÃO

Quem eram e como viviam os operários na cidade de São Paulo, no alvorecer do século XX? Por meio dos conceitos de espaço, segregação espacial e apropriação, esta pesquisa procurou entender a relação do operário das primeiras décadas do século XX com a cidade de São Paulo.

Entender aspectos da vida desse operário foi, de alguma forma, compreender suas angústias (seja no trabalho ou fora dele), mas também suas lutas, suas festas. Entretanto, esse trabalho deveria alcançar e propor um entendimento que buscasse a apreensão dessa realidade sob uma ótica muito pouco discutida: a geográfica.

E, por Geografia, não entendemos uma ciência que se limite, nesse caso, a localizar esse trabalhador na cidade, mas que também, procure compreender como os operários, principalmente aqueles organizados em sindicatos, percebiam as mudanças pelo qual a cidade passava naquele momento, já que, a mesma deixava de ser uma urbe provinciana para consagrar-se como uma das maiores cidades do país.

Devido á essa quase total ausência de estudos sobre o operário na Geografia, que desde os tempos da graduação nos aventuramos e entramos numa discussão que, em grande parte, foi desenvolvida por pesquisadores de outras áreas. Dessa inserção como trabalho de conclusão do curso de graduação, realizamos um estudo geográfico sobre os sindicatos e seus congêneres no Brasil do início do século XX, concluído com a apresentação de um mapa, elaboração que, de alguma forma, sintetizou as informações constantes.

No capítulo que abre a nossa pesquisa, abordamos quais são os principais acervos de pesquisa sobre o operário na cidade de São Paulo e no interior do

Estado. Apresentamos os conceitos de espaço, segregação espacial e apropriação com os quais trabalhamos para melhor entendermos a relação do operário paulistano com a cidade em que ele vivia.

No segundo capítulo demonstramos, através de uma abordagem histórico-geográfica, as transformações que a cidade tem a partir da Idade Média até a era Industrial, período no qual passa de um espaço coletivo para a condição de uma mercadoria.

No terceiro capítulo nossa análise tem como principal foco entender como o crescimento urbano-populacional da cidade de São Paulo possibilitou o aparecimento de uma segregação espacial, segregação essa percebida na formação de bairros distintos para a elite e para os operários, os segundos então compostos em sua maioria por imigrantes.

O quarto capítulo procura compreender a indústria na capital paulista. Para tanto, apresenta, primeiramente, as principais linhas de entendimento das origens desse processo, a metodologia usada para a análise dos dados encontrados no censo de 1907 e por fim procura demonstrar a sua localização, composição de mão-de-obra e também da chamada “Burguesia Industrial”.

O quinto capítulo, e último, para nós, é o de maior importância, pois visa demonstrar a presença operária na cidade. Procuramos saber, entre outras coisas, quem foi esse operário, suas condições de trabalho, suas moradias (vilas operárias e cortiços), sua organização, a educação alternativa por meio das escolas com propostas modernas, as diversas formas de lazer operário, demonstrando inclusive que, longe de ser uma diversão qualquer, era uma maneira de apropriar-se da cidade. Por fim, analisamos as manifestações mais importantes do período (como a luta contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917), e como principalmente, a partir delas, os operários apropriaram-se dos espaços centrais da cidade, da zona mais comercial, que no dia-a-dia pouco percebia a sua presença.

Com essa dissertação, queremos ressaltar a importância do geógrafo em discutir os movimentos sociais, sejam aqueles que atuam no campo (temos, como exemplo, as várias teses sobre o movimento dos sem-terra), como também os movimentos sociais urbanos, como o operário, os sem-teto, etc.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA DE PESQUISA

1.1 – Meios de Pesquisa

O estudo sobre o operário do início do século XX obteve grandes avanços nos últimos 25 anos, quando a Unicamp reuniu os arquivos pessoais de importantes militantes deste período, que catalogados e microfilmados constituíram o Arquivo Edgard Leuenroth, homenagem a um dos principais articuladores da organização operária no Brasil e considerado *mentor* da principal greve do Brasil da Primeira República, a Greve Geral de 1917, em São Paulo.

Desde então inúmeros pesquisadores universitários se embrenharam nas suas centenas de documentos, iniciando-se um processo de conhecimento e aprofundamento dos estudos do operário brasileiro, ampliando consideravelmente os trabalhos até então existentes, desenvolvidos por antigos militantes ou mesmo historiadores autodidatas, casos de Everardo Dias e Edgar Rodrigues.

Através desses trabalhos de pesquisa, conhecemos um pouco mais esses operários, quais eram suas perspectivas de vida, como se organizavam e concomitantemente, percebemos como o Estado de São Paulo e a capital, principalmente, aglutinava uma expressiva parcela da força de trabalho desse período. Para melhor compreensão da expressividade que o operário¹ tinha no início do século XX na cidade de São Paulo, basta mencionar alguns números. Em 1900, a cidade possuía 239.820 habitantes, sendo que 13.700 eram operários. Duas décadas depois, a cidade alcançou a cifra de 579.033 habitantes e 115.190 operários (PINHEIRO, 1997, p.144-146).

Inúmeros e importantes foram os trabalhos desenvolvidos. Guzzo de Decca (1987), Hardmann (1982, 1983) e Carone (1979) situam-se entre os pesquisadores que iniciaram e desbravaram a história deste trabalhador, que era, principalmente, fabril. Do enfoque sociológico, poderíamos citar Aziz Simão (1966), que antes mesmo da formação do Arquivo Edgard Leuenroth, graças a

¹ Nossa concepção de operário está no Capítulo 5, parte 5.1.

intensa amizade com o "líder"² anarquista Leuenroth, realizou uma obra considerada marco na sociologia do trabalho³, que até hoje continua como um clássico sobre os estudos do operário do início do século XX.

Em virtude do esclarecimento de outras particularidades destes trabalhadores (como a questão sobre a habitação e as formas de lazer), além de historiadores, sociólogos e cientistas políticos, outros profissionais de diversas áreas do conhecimento, como os economistas⁴ e os arquitetos, também começaram a estudar esse período e o operário.

No campo da arquitetura encontramos os trabalhos desenvolvidos por Raquel Rolnik (1981). A autora realizou um estudo sobre a cidade de São Paulo, baseando-se na hipótese de que a cidade, no início do século XX, cresce de forma excludente e segregacionista, já que os bairros vão se constituindo determinados por uma lógica que afasta a população pobre das áreas centrais e ocupadas pela elite.

Em que pese a quantidade de trabalhos desenvolvidos até hoje, derivados dos diversos campos do conhecimento, principalmente das ciências humanas, poucos foram aqueles que tiveram como escopo principal uma discussão geográfica desse momento do operário na história brasileira.

Ainda na década de 80 do século passado, Moreira (1985, p.21), assinalava que “no campo da Geografia, esses estudos são praticamente inexistentes. O operariado, enquanto classe e sujeito-objeto da história, merece vaga referência, e é confundido no tema genérico da população”. E mesmo hoje poucos trabalhos de geógrafos são encontrados sobre o operário como objeto de pesquisa, em particular nas décadas finais do séc XIX e início do séc XX.

O objetivo deste trabalho é compreender os vários aspectos da vida operária na cidade de São Paulo nas primeiras duas décadas do século XX (1900-1917), dentro do período conhecido como República Velha, apontando e discutindo a localização de algumas Ligas de bairros, os locais de lazer, da

² Colocamos a expressão líder em destaque, pois dentro da doutrina anarquista (qual Leuenroth era adepto e um dos maiores expoentes no país) não se encontra tal posição hierárquica, visto que a proposta central é sempre se ter decisões horizontalizadas, que neguem a necessidade de líderes.

³ Simão, Aziz – Sindicato e Estado. São Paulo. Dominus Editora, 1966.

⁴ Cano, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. DIFEL, 1976.

indústria, das moradias (geralmente localizadas em bairros de grande concentração fabril, e também próximas das várzeas do Rio Tamanduateí e do Tietê⁵), como também a relação desse operário com esses espaços, e ainda perceber como eram as suas movimentações na cidade, principalmente no caso de greves e manifestações.

A escolha do período (1900-1917) deveu-se, primeiro, ao fato de que é um período no qual a cidade de São Paulo passou por grandes transformações urbanísticas, seja na incorporação de antigas chácaras ao núcleo urbano (caso do Brás, por exemplo), como também foi uma época no qual se iniciou com mais intensidade os calçamentos e arborização de ruas, implantação de serviços de água e esgoto, instalação de trilhos para a passagem de bondes elétricos, etc. Entretanto, como veremos adiante, essas reformas acabaram acontecendo predominantemente nos bairros mais ricos, relegando a população mais pobre da cidade (como os operários) a conviverem com uma quase total inexistência desses serviços citados.

Além disso, esses dezessete anos com os quais a pesquisa se preocupou em analisar, foram de grande presença operária na cidade, não apenas no que tange à participação expressiva no total de habitantes, mas também, foi uma época de intensas manifestações operárias, sejam através de seus pic-nics (saídas campestres) e festivais, momentos mesclados com diversão e formação política, como também nos protestos de ruas, como a luta contra a Carestia de Vida e a grande Greve Geral de 1917, eventos que marcaram a vida da cidade.

Nosso trabalho de pesquisa desenvolveu-se em centros de estudos, vinculado às grandes universidades paulistas e outros órgãos públicos, como a Biblioteca do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH), no setor de monografias, no seu acervo de mapas antigos da cidade de São Paulo; e as Bibliotecas do IFCH-UNICAMP, FFLCH-USP e PUC-SP, onde

⁵ Como diz Petrone (1958, p.105) : "No que se refere à paisagem urbana, cumpre observar que, em São Paulo, não se formaram áreas tipicamente industriais, exclusivamente ocupadas por fábricas. Sendo o parque industrial paulistano caracterizado pelo predomínio de fábricas de tamanho médio e pequeno, destinadas principalmente à transformação, o que se presencia é a intercalação de estabelecimentos fabris no meio de residências proletárias e, conseqüentemente, o aparecimento de verdadeiros bairros mistos, industriais e residenciais a um só tempo."

além da bibliografia existente (livros, artigos), encontramos dissertações e teses defendidas sobre a República Velha, como também sobre o movimento operário e a cidade de São Paulo, que em muito contribuíram para a nossa discussão.

Além de livros e teses, entendemos que foi também primordial para a pesquisa, realizar-se uma busca de material jornalístico operário ou de outros órgãos de imprensa, que possuíssem citações sobre o operariado, sobre suas manifestações e greves, bem como, o modo de percepção da elite acerca da presença desse operário na cidade.

Esse material foi encontrado em Arquivos de Documentos, como o Centro de Documentação da UNESP, localizado na cidade de São Paulo, como também no já citado Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP em Campinas, centros especializados em documentos relacionados ao operariado.

Acerca dos jornais operários consultados, concentramos-nos naqueles que deram um grande destaque aos principais eventos operários das primeiras décadas do século XX, como também, favoreceram o trabalho, por apresentarem certa continuidade durante o período estudado.

Destacamos, entre eles, o jornal “A Lanterna”, que iniciou sua circulação na capital paulista em 1901, dirigido pelo Dr. Benjamin Motta. Saíram 60 números e sua circulação cessou em 1904. No dia 17 de Outubro de 1909, recomeçou a ser publicado sob a direção do anarquista Edgard Leuenroth e funcionou até 1916, totalizando 293 números, sendo então substituído pelo jornal “A Plebe”.

O jornal “A Plebe” surgiu próximo ao início da Greve de 1917, precisamente em 06 de Junho de 1917 e “sobreviveu”, com algumas interrupções, até 1947. Entre seus diretores, destacam-se Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Rodolfo Felipe. Esse órgão, no período da greve de 1917, funcionou como um porta-voz do movimento, sofrendo inclusive empastelamento⁶ pela polícia.

Outro jornal importante foi “A Voz do Trabalhador”, que como proposta surgiu no Primeiro Congresso Operário em 15 de abril de 1906, mas só começa a circular a partir de 1908, sob a direção do gráfico espanhol Manuel Moscovó.

⁶ Expressão muito comum no início do século XX, empastelamento, segundo o Dicionário Houaiss (2001) significa “destruir as instalações de um jornal, revista, etc, por motivos políticos ou pessoais”.

No Arquivo do Estado de São Paulo, localizado nesta capital, nosso trabalho teve como preocupação encontrar documentos e relatórios policiais que destacassem como a Força Pública (encarregada de assegurar a ordem pública) encarava e reprimia as manifestações e greves operárias. No mesmo Arquivo, consultamos os microfilmes dos jornais de grande circulação, caso do “Diário Popular”, “O Estado de São Paulo”. Além desses, consultamos também o jornal “Correio Paulistano”, que sempre funcionou como porta-voz da elite paulistana, possibilitando-nos perceber como a elite via as greves e manifestações do período.

Além da análise dos microfilmes analisados, pesquisamos uma grande quantidade de processos policiais, como forma de entender como a polícia procurava, nessa época, controlar o operariado.

No que tange ao acesso aos relatórios de chefes de polícia, infelizmente nossa busca incessante proporcionou muito pouco material para análise, visto que esses relatórios, segundo os funcionários do Arquivo, encontram-se misturados às centenas de caixas de documentos ali existentes, sendo que também, algumas dessas caixas nem ainda estão disponíveis para os pesquisadores.

Dentro dessa perspectiva pouco satisfatória, foi que optamos por realizar uma visita à Biblioteca do Museu da Polícia Militar, na esperança de que partes desses relatórios ali estivessem organizadas. Entretanto, nesse local, são escassos os materiais do período em estudo, restando-nos para consulta pouco material acerca da atuação da Força Pública em manifestações de diversos tipos, inclusive greves.

Essa pesquisa do mestrado trouxe a possibilidade de percebermos a importância e a necessidade de se discutir o operário (e não só o seu referido movimento) na Geografia.

Para nós, analisar esse operário das primeiras décadas do século XX sob a perspectiva geográfica, está muito além de localizá-lo e mapeá-lo na cidade, pois

o espaço dessa cidade no início do século XX, já é produzido pela classe dominante, e já é encarada por ela como objeto de lucro.⁷

Como bem mostrou Brito (2000, p.07), os dados levantados e analisados do final do século XIX e início do XX.

[...] trazem evidências para que se reconheça, no processo de organização das atividades urbanizadoras em São Paulo, uma presença empresarial bem estruturada, pautada numa ação conjunta, planejada e restrita a um relativamente pequeno número de empresários, que articulava direta ou indiretamente da administração pública e concentrava a propriedade de uma razoável extensão territorial no entorno do núcleo urbano.

Essa presença empresarial organizada na cidade sugere-nos que grande parte das ações realizadas no espaço urbano, principalmente àquelas relacionadas com as atividades urbanizadoras (asfaltamento de ruas, instalação de serviços de água e esgoto, etc) não eram espontâneas, mas sim, determinadas por uma lógica no qual esse espaço deveria ser uma grande fonte de lucro.

À essa ação no espaço chamamos de “produção”, visto que, da mesma forma que o Capital ao produzir mercadorias na indústria, tem em conta primeiramente o lucro e depois no uso que estas propiciariam, ao transformar o espaço urbano, o Capital se interessa principalmente pelo lucro que tal empreitada possa auferir, ou até mesmo, no lucro possibilitado a partir dessa intervenção no espaço (caso do asfaltamento de ruas e alargamento de avenidas, que facilitam uma maior mobilidade das mercadorias pela cidade).

Entendemos que será importante para a Geografia esse trabalho de rastreamento da vida operária, visto o mesmo ter praticamente um caráter inédito já que muitos foram os trabalhos de compreensão sociológica e histórica, mas poucos os que tiveram como objetivo a espacialização desse operariado.

Mais ainda, através da pesquisa percebemos a necessidade de novos estudos geográficos sobre a temática, como forma, quem sabe, de ampliar o entendimento do urbano sob a ótica operária.

⁷ Uma discussão mais detalhada sobre o conceito de espaço utilizado nessa dissertação, está no Capítulo 1, parte 1.2.

Sobre a espacialização é importante dizer que ela possibilita-nos entender a cidade pelo viés do trabalhador, já que o mesmo ao ocupar esses espaços, aos poucos os modifica, mesmo que momentaneamente, em que pese serem frutos de uma produção particular. A espacialização nos permite também compreender como essas mudanças ocorrem e o que elas significam, pois como disse Milton Santos (1991, p.73), a espacialização é “[...] um momento da inserção territorial dos processos sociais”, ou seja, é o arranjo espacial de um determinado momento histórico.”É mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional”.

1.2 – Espaço, Segregação Espacial e Apropriação: Conceitos Fundamentais.

Nossa pesquisa trabalha com a premissa de que o espaço urbano não é neutro, já que foi produzido por uma classe específica. Como diz Carlos (1979, p.46) sobre a cidade: “A categoria determinante capaz de dominar e organizar o espaço a partir de um ponto espacial – a metrópole- é o Capital”. Entretanto, o Capital transforma a cidade através do trabalho de outra classe social: os operários.

Como em qualquer outra relação entre Capital e Trabalho, o produto que é feito pelo operário é um objeto alheio aos seus interesses.

Sendo encarada como uma mercadoria pela classe dominante, a transformação desse espaço está determinada pela possibilidade de maiores lucros que essa mudança propicia, ou seja, essa produção objetiva também a reprodução do Capital.

Por isso, para nós o espaço não é “um em si, como uma realidade transparente que possibilita os fenômenos que acontecem sobre o seu tecido”.

(RODRIGUES, 1983, p.27) Ele é concreto, sofre a intervenção humana, é produzido com alguns interesses, e os objetos que o compõe demonstram ao que e a quem se destina essa produção⁸.

A partir dessa análise, compreendemos que esse espaço urbano é dinâmico, e como disse Rodrigues (1983, p.29), essa intervenção,

Constrói e reconstrói, organiza e desorganiza e o reorganiza em função de interesses determinados, orientadores dessa ação. E que tais ações são realizadas historicamente, situadas num momento certo, e determinadas pela maneira com que os homens produzem sua existência e a organizam em um modo de produção pelo qual, em específica situação histórica, se aproximam do espaço.

O espaço urbano, no capitalismo, apesar de ser produzido pelos interesses de uma classe específica (a burguesia), não está apático aos movimentos e interesses de outras classes que compõe a sociedade, e por isso precisa ser normatizado através de leis.

Partindo dessa premissa, entendemos que, no caso da cidade capitalista, as transformações que esse trabalhador executa, não são direcionadas às suas necessidades, mas pelo contrário, são mudanças que atendem especificamente a uma classe (a mais rica), embora na cidade convivam vários grupos sociais.

Isso ocorre, pois, como diz Carlos (1979, p.101):

[...] o modo de produção determina a existência e a própria organização do espaço que embora criada pelo homem, pelo trabalhador, obedece aos objetivos do modo de produção capitalista, que se apropria do espaço, do mesmo modo que se apropria do trabalho, e das mercadorias produzidas.

Nesse processo de transformação, o trabalhador “[...] se distancia cada vez mais do espaço que ele produziu”.(CARLOS, 1979, p.102).

⁸ Santos (2002, p.63) sobre o espaço e seus objetos, diz: “No começo era a Natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tende a funcionar com uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico”.

A cidade de São Paulo começou a sofrer, em fins do século XIX e início do século XX, algumas transformações urbanísticas, como alargamento de ruas e avenidas, construções de prédios, determinadas pelo interesse da classe dominante e não de toda a sociedade que na cidade vivia.

Isso ocorreu, pois os operários que executaram as transformações urbanísticas (por exemplo, calçamentos de ruas e implantação de sistemas de água e esgoto,) pouco usufruíram dessas mudanças, já que estavam confinados á um espaço pré-determinado, próximo às várzeas, quase sem benefícios urbanos, apontando assim na cidade a existência de uma segregação espacial.

Fica claro então que os interesses apenas de uma classe predominavam na cidade, sendo estes que direcionavam as mudanças. Ocorre que para se concretizar esse projeto, a classe dominante (burguesia cafeeira e/ou burguesia industrial) precisou se utilizar de toda a sociedade, principalmente da classe operária.

Sendo assim, para nós as transformações que ocorreram nesse período são frutos de um determinado interesse de classe e não do conjunto da população, visto que, na cidade já era visível a diferença nas paisagens entre os bairros operários e os bairros da elite.

Sobre a paisagem urbana, Carlos (1994, p.24) diz que ela é:

[...] a expressão do trabalho social materializado, mas também é a expressão de um modo de vida. A desigualdade que pode ser percebida 'no olhar-se a paisagem' é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano.

Ao longo da dissertação ficarão mais claras essas diferenças, seja na falta de recursos econômicos da qual uma classe (operária) sofre, sendo por isso relegada, em grande parte, a uma quase completa falta de infra-estrutura urbana, porém com ruas mais dinâmicas, onde o pulular de pessoas é constante, e a classe mais rica, que apesar de ter suprido grande parte de suas necessidades estruturais, acaba confinada quase sempre ao espaço privado da casa, tornando as ruas em que vivem, arborizadas e bem planejadas, porém apáticas, ou seja, sem muita vida.

O conflito entre os grupos sociais, referente ao uso que se deva dar à cidade era inevitável. Como possuidor de Capital e, desse modo, do poder político, a elite utilizará o aparelho estatal para impor seu projeto de cidade à toda a sociedade, inclusive se valendo de várias leis que disciplinassem o espaço urbano, como bem demonstrou Rolnik (1999).

Para a classe operária, um dos grupos que compõem a sociedade e nesse período um dos com grande organização, a luta por uma cidade sem segregação, deu-se concomitantemente às lutas por melhores salários e condições de trabalho.

É importante entender que, como disse Lefebvre (1991, p.93), a segregação espacial não ocorre de forma espontânea, derivada de uma ação sem intencionalidade.

Tendo isso em vista, no caso de São Paulo do início do século XX, a segregação espacial apareceu no mesmo momento das intervenções que ocorriam no espaço urbano, derivadas de um projeto urbanístico de “modernização” da cidade.

Como vimos essas intervenções não foram realizadas pensando no conjunto da população que nela habita. Mais ainda, elas mascaravam, como diz o autor (1991), uma estratégia da classe dominante em transformar a cidade em um produto.

Sobre a segregação espacial, Lefebvre (1991, p.93) afirma que ela

[...] deve ser focalizada, em seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano).

Ao apontarmos esses três prismas, queremos demonstrar como esse fenômeno (segregação espacial) é complexo. Entretanto, cabe de nossa parte um esforço analítico, procurando uma aplicabilidade desse conceito, como forma de entender o processo de segregação, na capital paulista do limiar do século XX.

Entendemos que seria um erro afirmar que, somente um dos aspectos apontados, foi o gerador do fenômeno em São Paulo.

Isso porque, como bem mostrou o autor, esses aspectos podem ser simultâneos ou mesmo sucessivos.

Entretanto, derivado da análise de entendimento da segregação espacial em São Paulo, percebemos, como componentes desse processo, alguns dos aspectos apontados por Lefebvre (1991).

A presença do primeiro aspecto (*programado*) é visível nas mudanças da cidade naquela época, já que a partir de um projeto urbanístico, que propunha a abertura de novas praças e alargamento de ruas (para a passagem dos bondes elétricos, por exemplo), tivemos também a destruição dos cortiços existentes, expulsando dessa área central da cidade a população mais pobre.

No segundo caso (*espontâneo*), entendemos que concomitantemente à essas modificações urbanísticas, a cidade começa a ter um grande processo de valorização espacial, que a transforma numa forma de mercadoria. Esse projeto urbanístico e a expulsão das populações mais pobres do centro reforçam, de alguma forma, os valores burgueses na cidade.

Para Carlos (1994b, p.189),

[...] o urbano reproduz-se, de um lado, de forma “espontânea”, no livre jogo do mercado [...] e de outro, “planejada”, na medida em que o estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. Nesse sentido passa a ser uma válvula de escape para diminuir os desequilíbrios ou aliviar tensões como as geradas pelos movimentos sociais, considerado como expressão de uma contradição entre interesses diversos e, com isso, possibilitar a reprodução do capital em momentos de crise.

Sendo assim, consideramos segregação espacial, a política desenvolvida pela elite da época, que teve como o objetivo principal deslocar para os arrabaldes da cidade as classes populares. Essa separação ocorreu como forma dessa classe dominante se diferenciar das demais seja economicamente, culturalmente e/ou politicamente.

Sendo vítima desse processo de racionalização do espaço, que leva à uma segregação, para Lefebvre (1991, p.101) a classe operária têm a tarefa política de combater esse processo, e promover na cidade a formação de um espaço de convívio mútuo. Diz o autor:

Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas? [...] Quer exista ou não um “sujeito” ao qual a análise possa imputá-lo, quer seja o resultado global de uma seqüência de ações não combinadas ou o efeito de uma vontade, o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro.

E completa:

Para a classe operária, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana [...] apresenta-se um problema prático, portanto político.

Além da luta por melhores condições de trabalho, o operário lutou por uma cidade sem segregação espacial; lutou contra uma racionalidade que buscava o lucro a todo custo, fazendo da cidade uma espécie de produto, e separando em diferentes bairros os grupos sociais que compunham a sociedade.

Essa luta por uma cidade sem segregação, se concretizou por meio da apropriação pelo operariado de ruas e praças centrais, em suas manifestações e passeatas, ou mesmo, durante seus momentos de lazer, quando então através de seus pic-nics, suas peças sociais, suas saídas campestres, essa classe demonstrava a sua força.

É importante ressaltar que, de alguma forma, o conflito entre Capital e Trabalho até então circunscrito à fábrica, chegava também às ruas, seja pela apropriação dessas vias públicas ou praças para manifestações, ou mesmo nos outros usos do espaço urbano, como para práticas de esportes, quando então várias leis surgiram, como forma de proibir tal lazer.

Partindo dessas análises, identificamos também nesse processo de apropriação um questionamento ao processo de segregação espacial que a cidade vivenciava. Ou seja, nesses momentos de grandes manifestações operárias, a cidade poderia ser vista como obra, fruto do trabalho coletivo e não como produto, fonte de lucro.

Pressupomos que o operário ao ocupar um espaço construído por ele (em manifestações e greves, por exemplo) mesmo simbolicamente questionava esse modo de produzir o espaço ordenado pelo Capital. E mesmo quando alguma normatização do espaço realizada pela classe dominante ocorria, ela necessariamente não controlava totalmente as ações sobre o espaço urbano.

Ao se apropriarem desses espaços, como o centro da cidade por exemplo, os operários, principalmente enquanto movimento organizado, lutavam contra essa produção classista. Isso porque ao se dirigirem ao centro, a área mais comercial da cidade, com maior presença de lojas e bancos, no bairro no qual predominava uma sociabilidade burguesa, esses trabalhadores demonstravam que não foram totalmente satisfatórios os resultados da política urbana que procurou confiná-los nas áreas mais suburbanas.

Apropriação, para nós, significa muito mais do que ocupar o espaço urbano. A ocupação pode ser feita de forma, a não questionar a ordem social, ou até mesmo, reforçá-la. Já a apropriação é uma ocupação com vistas á uma transgressão da ordem então estabelecida.

Temos em vista com a idéia de apropriação, o ato de dominar o espaço do outro. E isso pode ser feito baseado em passeatas e comícios em praças públicas, quando a transgressão se dá de forma menos violenta, apesar de simbolicamente demonstrar a grande força dessa classe, como também (e diríamos principalmente) a partir da utilização das ruas como instrumento de luta (como por exemplo, no uso dos paralelepípedos para a construção de barricadas).

Para Lefebvre (1991b, p.356), essa apropriação implica em lutar contra a instituição do valor de troca na cidade, ou seja, a transformação da cidade numa mercadoria. Mais ainda é “[...] o uso político do espaço que restitui ao máximo o valor de uso”. São essas ações cotidianas, momentos de tomada das ruas centrais, que permitem, mesmo que momentaneamente, a volta na cidade do valor de uso, da cidade vista como obra e não como produto.

A apropriação significa ao operariado (que é um dos grupos organizados da sociedade) lutar por uma cidade voltada aos interesses públicos ou da maioria, visto que “[...] do mesmo modo que o Capital impõe suas necessidades ao

processo de reprodução espacial, a sociedade, como um todo, tende também a impor suas necessidades”.⁹

Através dessa apropriação da cidade pelo operário, percebemos que mais do que lutar por um espaço sem segregação, ele enquanto classe, em alguma medida, quer se contrapor ao modo burguês de viver. Isso aconteceu em São Paulo, seja a partir da criação de escolas modernas e racionalistas para operários¹⁰ (na tentativa de criar nos alunos uma consciência operária), ou mesmo pela instituição dos chamados “bailes familiares”, estes últimos assim conhecidos, quem sabe, de forma proposital, como demonstração de oposição aos bailes então existentes.

Como forma de colaborar na compreensão desses processos em São Paulo (o processo de produção do espaço realizado pela elite, mas principalmente o de apropriação operária), procuramos entender como se deu a passagem histórica, na Europa, de algumas cidades medievais (vistas como obra por seus moradores) para uma cidade industrial (encarada pelo Capital que as domina, como uma mercadoria) bem como, a luta, principalmente dos operários parisienses, por uma cidade menos segregada.

Antes de adentrarmos nessa discussão histórico-geográfica da cidade, seria importante demonstrar com qual noção de elite trabalhamos.

Para Bobbio (1993) o termo *elite* se refere a um grupo de pessoas que “em toda a sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. Ou seja, à essa minoria pertence as decisões mais importantes, como no nosso caso, no aspecto econômico ou político, já que, conforme a mesma obra citada nesse parágrafo, “[...] em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer á força, em última instância”.

Para nós, o uso do termo *elite*, deve-se ao fato de localizarmos dentro da sociedade paulistana do início do século XX, uma minoria que controlava grande

⁹ Carlos, Ana Fani A. - Espaço e Indústria, p.59.

¹⁰ Sobre as escolas modernas e racionalistas, ver Capítulo 5, parte 5.4.

parte da economia e da política da cidade, representada, principalmente, por grandes cafeicultores (caso de Antonio Prado, prefeito da cidade de São Paulo de 1899 á 1910), ou mesmo pela burguesia industrial que surge.¹¹

¹¹ Ao longo das primeiras décadas, os industriais, sejam os de origem nacional ou os de origem imigrante também estiveram próximos ao poder público. Esses últimos embora não detivessem o poder político (por serem estrangeiros), tinham então grande influência no poder, fato esse perfeitamente perceptível, quando do deslocamento de policiais na greve de 1917, para a proteção das residências desses empresários. Casos como o de Matarazzo, não deixam dúvidas sobre a grande influência desses industriais na política local. Segundo Couto (2004, p.354-355) quando da morte do empresário italiano, “São Paulo Pára [...] O comércio fecha. A guarda civil e a Delegacia de Trânsito tinham tomadas providências para disciplinar entradas e saídas: cordões, ordem nos locais de estacionamento, orientação aos motoristas, suspensão do tráfego de bondes na área. [...] O caixão foi conduzido pelo Governador de São Paulo, J.J. Cardoso de Mello Neto, pelo Prefeito paulistano Fabio Prado, e pelos secretários de Estado da Agricultura e da Segurança Pública, Valentim Gentil e Arthur Leite de Barros, respectivamente”.

CAPÍTULO 2 - A RELAÇÃO ESPAÇO-OPERÁRIO NA CIDADE

O estudo sobre a cidade e sua evolução ao longo do tempo foi (e ainda é) objeto de análise de diversos pesquisadores das ciências humanas, como arquitetos, historiadores e geógrafos, entre outros, possibilitando uma visão aprofundada sobre o objeto em si (a cidade), mas também a possibilidade de entendê-la nas suas especificidades, significando que embora sejam “cidades”, possuem particularidades, percebidas no seu surgimento ou mesmo no posterior desenvolvimento.

Isso significa que cidades tão importantes como Paris e São Paulo, podem ter aspectos que demonstram uma semelhança entre ambas, por serem cidades grandes, metrópoles, mas ao analisarmos mais profundamente cada aspecto do tecido urbano, perceberemos a imensa diferença entre elas, seja na intensidade que esses fenômenos se apresentem ou na forma de tratá-los.

Entendemos que as transformações urbanísticas que a cidade passa sob o capitalismo, entre outras coisas, acirram a luta de classes, e que compreender como essa luta se desenvolve na cidade, permite visualizar a essência dessa luta, já que é a cidade o local principal desse conflito.

Isso acontece, para nós, por dois motivos: primeiramente, as fábricas, o sindicato, locais onde os conflitos de classes também acontecem, são equipamentos eminentemente urbanos no início do século XX; e, em segundo, quase sempre esse conflito perpassa o local fechado e se espalha pela cidade, questionando a “ordem urbana” vigente.

Através das análises de Lefebvre sobre a cidade e sua história (que nos últimos duzentos anos está marcada pelo conflito entre o trabalho e o Capital), percebemos como se desenvolve a luta, entre os que a entendem como lugar de lucro e aqueles que anseiam uma cidade menos “privada” e por isso, diríamos, mais “democrática”.

Lefebvre teve como objeto de análise em muitos de seus estudos a cidade européia, atendo-se a um tipo específico de cidade européia, as cidades francesas, como Paris.

Entretanto, isso não significa que não sirva para nossa pesquisa, pois percebemos algumas semelhanças nas cidades de Paris e São Paulo, no tipo de tratamento que suas elites reservaram à classe operária.

Para Lefebvre (1976, p.65), “a cidade, desde o princípio mesmo da era agrária foi uma criação humana, uma obra por excelência”. Uma criação considerada como uma obra de arte, dada a sua beleza, seus prédios adornados que iam se constituindo, uma criação singular entre as humanas e que teve em alguns períodos históricos um sentimento interno coletivo de muita força. Para Mumford (1965, p.386), as cidades medievais, de alguma forma, representam bem esse momento de hegemonia de um espírito coletivo sobre o espírito individual. Diz:

Por toda parte da cidade, a começar nos próprios muros, tudo era concebido e executado como uma obra de arte: até as partes de uma estrutura sagrada que podiam ficar invisíveis ainda eram acabadas tão cuidadosamente como se fossem plenamente visíveis, como há muito tempo assinalou Ruskin: Deus, pelo menos, daria testemunho de fé e alegria do artífice. [...] Os edifícios, longe de serem embolorados e ‘exóticos’, eram tão brilhantes e limpos como uma iluminura medieval, quando menos pelo fato de serem costumeiramente pintados de cal, de tal sorte que as cores dos fazedores de imagens, em vidro ou madeira policrônica, pudessem dançar refletidas nas paredes, assim como as sombras lançavam pequenas faixas de lilases nas fachadas e frontarias dos edifícios mais ricamente entalhados.

Sobre esses momentos nos quais o espírito coletivo se sobrepunha ao individual, em que o sentimento que dominava a maior parcela dos moradores era o de se ver como parte da cidade, as análises de Kropotkin sobre as cidades medievais são de extrema valia.

Para Kropotkin (1989), predominava nas cidades medievais a ajuda mútua entre os seus habitantes e não a competição, a busca pelo lucro.

Para ele, as cidades medievais têm sua gênese nas aldeias bárbaras e não remetem-se às cidades romanas.

Ao analisarmos essas cidades medievais, não temos como objetivo pormenorizar as prováveis diferenças existentes entre elas (mesmo porque sua origem, dita, bárbara ou não, envolve a compreensão dos vários grupos étnicos acerca do espaço), mas sim, demonstrar, as possíveis diferenças entre essas cidades da Idade Média e as cidades industriais, referente à segregação espacial.

Relatando como se davam algumas relações sociais dentro de algumas dessas cidades medievais, como por exemplo, as da região de Flandres, Kropotkin (1989) demonstra que, apesar das diferenças sociais entre seus moradores serem evidentes, os valores que mais vigoravam eram os de ajuda mútua, de cooperação, ao invés do individualismo e da competição.

Diz (1989, p.179):

Este simples relato quem sabe caracterize melhor do que nada o espírito das guildas medievais. Organizações semelhantes brotavam onde quer aparecesse um grupo de homens unidos por alguma atividade comum: pescadores, caçadores, comerciantes, artesãos, etc. Como temos visto [...], na nave [é como o autor chamará essas cidades] já existia uma autoridade, nas mãos do capitão, mas, para o êxito da empresa comum, todos os reunidos na nave, ricos e pobres, os amos e a tripulação, o capitão e os marinheiros, concordavam em serem iguais em suas relações pessoais – concordavam serem simplesmente homens obrigados a ajudarem-se mutuamente – e se obrigavam a resolver todos os desacordos que pudessem surgir entre eles com a ajuda dos juizes eleitos por todos. Exatamente o mesmo quando certo número de artesãos, carpinteiros, pedreiros, etc, se uniam para a construção, por exemplo, de uma catedral, apesar de que eles pertenciam à cidade, que tinham sua organização política, e apesar de que cada um deles, além do mais, pertencesse a sua corporação ao juntar-se para uma empresa comum – se uniam em uma organização fortalecida por laços mais estreitos, ainda que fossem temporários: fundavam uma guilda para a construção de uma catedral.

Percebemos então pelas palavras de Kropotkin (1989) que, independentemente das diferenças sociais existentes entre os moradores da cidade medieval, em vários momentos o espírito coletivo em muito superava a perspectiva individualista. Havia um sentimento de pertencimento àquele urbano.

Nessa mesma perspectiva, Barros (2002, p.110) ao estudar as cidades da região da Toscana, aponta que nas cidades medievais,

consolidava-se através da muralha, ainda que não apenas por ela, um sentimento de adesão a um grupo social movido por uma preocupação geral, a de construir um espaço dotado de recursos no sentido de

garantir a proteção de sua população. Conseqüentemente, os laços de solidariedade e de associação fizeram-se mais presentes a partir dessa necessidade primeira.

E completa esse raciocínio, dizendo que:

[...] procurando desempenhar um papel mais concreto na produção e dinâmica da cidade, o governo começou intervindo no sentido de impor aos detentores do espaço privado restrições, que acabavam por submetê-los ao interesse público, [dando-se que essas comunas medievais] esforçaram-se em colocar à disposição da população urbana as fontes, os poços, os banhos etc, ampliando o espaço público em detrimento do privado e fornecendo á população urbana os serviços que a comunidade necessitava.

Até mesmo na configuração espacial, Kropotkin (1989, p.186) nos mostra que apesar dos vários grupos sociais existentes, ainda não estava delimitada uma segregação espacial. Diz:

Comumente a cidade estava dividida em quatro bairros, ou em cinco, seis ou sete setores que irradiavam de um centro aonde estava situada a catedral e a fortaleza. E cada bairro em geral representava um determinado gênero de comércio ou profissão que predominava nele, apesar de que naqueles tempos em cada bairro podiam viver pessoas que ocupavam diferentes posições sociais e que se entregavam a diversas ocupações: a nobreza, os comerciantes, os artesãos e ainda os semi-servos.

Então, fica claro, para nós, que nessas cidades, além de uma relação mais próxima entre os grupos sociais, não havia ainda uma divisão de bairros que denotassem alguma homogeneidade social (bairro de ricos num lado da cidade e de pobres do outro lado). Isso vai se configurar na cidade com advento da industrialização, quando então fica bem definido no tecido urbano onde se localizam os bairros industriais-operários e os bairros mais ricos.¹²

Isso não significa que nessas cidades medievais existisse uma igualdade econômica ou política entre os grupos sociais. Entretanto do ponto de vista

¹² Sobre isso diz BARROS (2002, p.113-114) : “[...] diferentemente de hoje em dia, a segregação espacial por camada social não era o principal fator que dava sentido e que explica a configuração e a reprodução da unidade territorial do bairro medieval. Assim, em Florença, por exemplo, as diversas camadas sociais não viviam isoladas a ponto de formarem guetos. Em algumas zonas da cidade, sobretudo ao redor de *Santa Croce* e *San Frediano*, concentrava-se um maior número de casas de trabalhadores, mas, no conjunto, ricos e pobres distribuíam-se igualmente nos bairros urbanos.”

espacial, as relações entre esses grupos não resultavam em segregação, o que pode demonstrar que as diferenças eram de outros tipos, como a de posição estamental, por exemplo.

Essa pouca diferenciação espacial ocorria, segundo Rolnik (1988, p.32) pois “sendo comunal, a terra urbana era simplesmente ocupada pelos moradores, à medida que ali iam se instalando.”

Sendo assim “[...] na cidade medieval não há segregação entre os locais de moradia e trabalho”.

Após esse período de efervescência urbana, característico da Baixa Idade Média, a cidade passa a partir da Idade Moderna, a sofrer um processo maior de mercantilização, resultado da emergência da propriedade privada e da luta pelo fim das chamadas “terras comunais”, por parte da nobreza (que detinha o poder político) e da burguesia (que detinha o poder econômico).

Para Rolnik (1988, p.47), o processo de mercantilização da sociedade (e da cidade) favorece o surgimento de uma segregação espacial ainda no século XVII, quando então,

[...] para os principais funcionários do estado e para os grandes comerciantes e banqueiros, os locais de residência passavam a se separar do local de trabalho. Com isto, novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos do ponto de vista social começam a surgir.

Nos séculos XVIII e XIX, com o advento da indústria e o surgimento do proletariado urbano, a Burguesia, já também detendo o poder político, promoverá na cidade a ampliação dessa segregação espacial, ao delimitar a localização dos bairros operários e burgueses.

A partir da leitura de Lefebvre (1976; 1991) sobre a cidade, entendemos que essas mudanças na organização do espaço que se iniciaram no século XVII, nos mostram que,

[...] o espaço não está unicamente organizado e instituído, senão que também está modelado, configurado por tal ou qual grupo de acordo com suas exigências, sua ética e sua estética, quer dizer, sua ideologia. (LEFEBVRE, 1976, p.66)

Com a industrialização, a cidade se submete a uma outra lógica, e passa a ser conhecida não apenas pela sua beleza e pelas possibilidades de usos, mas pelo lucro que possa auferir.

Ela passa a ser um objeto de lucro para aqueles que detêm o poder econômico e político, e por isso nela é cabível uma “otimização” econômica, para assim facilitar entre suas ruas, a circulação das mercadorias.

Essa classe social (a burguesia) busca aumentar seu poder de influência, destruindo não só as construções mais antigas, com o apelo à modernidade, mas principalmente instituindo a todos, um novo jeito de apreende-la. Por isso para Lefebvre, com o advento da indústria, a cidade já não seria mais uma obra, mas tratar-se-ia de um produto. Diz ele:

Com a indústria, se produziu a generalização da troca e do comércio: os costumes e o valor dos costumes desapareceram quase por completo, não perdurando mais do que a exigência do consumo das mercadorias, desaparecendo quase por completo a faceta qualitativa dos costumes. (LEFEBVRE, 1976, p.67)

Começa a surgir uma outra cidade com a industrialização. A segregação espacial já se faz presente.

A cidade da era industrial, ao contrário da medieval, vai, pela força do Capital, do lucro, delimitando no seu tecido urbano os vários usos. Essa segregação separa nos seus limites os vários grupos sociais que a compõem.

Um deles para nós é de extrema importância, pois vive o pior lado dessa segregação: trata-se da classe operária.

Não vamos aqui demonstrar como surge esse operariado, pois vamos trabalhar especificamente com o operariado de São Paulo¹³, que tem origem diversa do seu semelhante europeu. Entretanto, quando dizemos classe operária ou operariado aqui, concordamos com as palavras de Lefebvre que a define como “[...] tal ou qual indivíduo ou tal ou qual grupo [que] trabalhe (produza), utilizando para isso meios de produção (instrumentos) que não lhe pertençam, conservando

¹³ As origens do operário paulistano estarão explicadas no capítulo 5, parte 5.1.

uma liberdade física, [mas] que se veja por conseguinte explorado e dominado.” (LEFEBVRE, 1976, p.146)

Na cidade da era industrial, o operário, embora livre comparado com o servo da Idade Média, ocupa um espaço que lhe foi determinado pela classe antagônica a sua, a burguesia. E então poderíamos questionar que tipo de liberdade que usufrui, dado que, já não escolhe a profissão que exerce, muito menos onde vai viver.

É comum que esteja próximo às indústrias, convivendo com a poluição e sujeira diária, em quartos minúsculos, muito embora seja o principal construtor das mudanças pela qual a cidade passa. Embora seja o elemento segregado da cidade, é a partir de suas mãos que se constroem as principais ruas, praças e chafarizes da cidade. Entretanto pouco disso ele pode usufruir. É um construtor alheio à sua obra.

Para Lefebvre (1991, p.143) o fim dessa visão da cidade como espaço de lucro, só acontecerá a partir da “[...] proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca)”.

Ainda para o autor, a classe capaz de fazer essa transformação, na época da publicação do livro citado, é:

[...] o proletariado. [...] Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtiva e criadora, ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida quotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 1991, p.144)

Dominando o poder na cidade (tanto econômico como político), o proletariado pode devolver a mesma o seu sentido de obra, de construção coletiva, destruindo então sua lógica vigente, de lucro e de alienação.

Nesse sentido, mudar a cidade é mais do que mudar o aspecto urbano dela, sua materialidade. Trata-se de transformar os valores que animam os homens; de trocar o mundo do lucro imediato, do individualismo, pelo da

solidariedade, da troca harmônica entre os homens, mas também destes com a natureza.

E isso só é possível, segundo Lefebvre, se o operariado for o pólo principal dessa mudança.

Alguns fatos na história demonstram que essa possibilidade já foi real. Fatos hoje esquecidos pelo tempo demonstram, que quando essa classe percebeu seu poder, as mudanças ocorreram muito mais rápidas.

Consideramos a greve geral de 1917 em São Paulo, como um evento no qual tentou-se romper com uma lógica espacial segregada, como analisaremos detalhadamente mais adiante. Por enquanto, veremos como Lefebvre entende o rompimento dessa lógica espacial excludente nos dias da Comuna de Paris, em 1871.

Para Lefebvre (1976), a Comuna de Paris, além de ser um evento de importância histórico-social inegável, determinou também a tentativa de romper com uma lógica espacial imposta à cidade pela burguesia, possibilitando a instalação de uma “democracia urbana”, ou uma tentativa de tornar a cidade menos excludente.

A burguesia após as revoluções de 1848 procurou expulsar do centro para a periferia a classe operária, através das reformas urbanísticas que ocorreram durante o Segundo Império, de 1851 a 1870, tendo como um dos idealizadores o barão Haussmann, Prefeito de Paris no período de 1853 a 1870.

Quais seriam as intenções dessa reforma urbana na Paris do Segundo Império? Para Lefebvre (1976, p.151) seria a de:

[...] Abrir amplas avenidas para permitir a circulação dos carros e dos batalhões, para facilitar o tiro das metralhadoras. E também para alijar os trabalhadores do centro da cidade, até as zonas periféricas, os futuros arrabaldes.

Lefebvre (1976) entende que, a partir dessa segregação espacial, a classe operária passa a ser o agente principal que luta contra essa reforma, pois é o grupo social que mais sofre com ela.

A partir dessas análises, podemos deduzir que a Comuna de Paris possibilita-nos apreender com mais força o papel de relevo que teve a classe operária nesses eventos.

Nos dias em que a Comuna existiu, as reformas idealizadas pela burguesia local, com a intenção de transformar o centro de Paris em uma área livre de operários, se mostraram infrutíferas, já que para lá os operários se dirigiam aos milhares no auge da revolução.

E retornando ao centro, os operários recuperaram o sentido de obra, que um dia a cidade já teve. Lefebvre (1976, p.152) sobre isso diz:

Deve-se notar que Haussmann não alcançou seu objetivo. Um dos sentidos da Comuna de Paris (1871) foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias, a sua reconquista da cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada.

E completa: “Os operários expulsos para os bairros e comunas periféricas voltaram a apropriar-se do espaço que lhes havia excluído o bonapartismo e a estratégia dos dirigentes. Trataram de voltar a entrar em posse de este, dentro de uma atmosfera festiva (guerreira, mas cheia de cor)”. (LEFEBVRE, 1976, p.152)

Nos três meses da Comuna, a cidade é de quem a construiu. Por um momento, dois fatos isolados no tempo e no espaço (Comuna de Paris e Greve Geral de 1917) se encontram e juntos revivem um período em que a cidade foi transformada em um local de luta e festa. Luta por uma cidade mais justa e sem segregação e festa pela vitória conquistada. Por algum tempo, a cidade e seu centro são daqueles que os construíram: os trabalhadores.

A partir dessas discussões, passaremos agora a analisar como as transformações espaciais que ocorreram na cidade de São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX, levaram, a uma maior segregação espacial.

CAPÍTULO 3 - SÃO PAULO – CRESCIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

São Paulo passa grande parte do século XIX sem ter muita importância para o resto do país. Era como disse Langenbuch (s/d; p.02) "burgo de diminutas dimensões" e sua população salta "de 9.291 habitantes em 1836" para 32.000 em 1872, ou seja, no último quartel do século XIX, a cidade ainda não alcançou a cifra de 40.000 habitantes e dentre as outras capitais, figura como a quinta em população, atrás do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, e Belém.¹⁴

Também nesse período, em que pese o surgimento de indústrias, elas ainda não são muitas. Segundo Dean (1971, p.19), até 1880 contavam-se na cidade 16 fábricas, de diversos ramos, como fiações de algodão, fábrica de fósforos e serrarias.

São Paulo era uma cidade ainda reduzida, em grande medida, ao triângulo central, circundada por inúmeras chácaras, e tinha em si ainda pouca segregação espacial¹⁵, visto que as "diferenças sociais" eram evidenciadas pela relação básica de senhores e escravos, no qual se expressava pela diferença na cor de pele, sendo os brancos, senhores e os negros, escravos.

Nessa época ainda não ocorria uma clara divisão espacial entre os grupos sociais da cidade, já que em uma sociedade rigidamente hierarquizada e desigual, a convivência próxima, em hipótese nenhuma, demonstraria alguma sociedade mais democrática.

Na verdade, essa convivência dos grupos sociais de então (senhores e escravos, principalmente) reforçava o preconceito racial. Isso porque, a circulação

¹⁴ População das Principais Capitais

	Salvador	Recife	Rio	São Paulo	Belém
1872	129.000	116.000	275.000	32.000	61.997
1890	174.000	112.000	523.000	65.000	50.064
1900	206.000	113.000	811.000	240.000	96.560
1920	280.000	240.000	1.158.000	579.000	236.406

Fonte: Cano, Wilson - Raízes da Industrialização em São Paulo, p.97 e Santos, Milton – A Urbanização Brasileira, p.24.

¹⁵ O nosso conceito de segregação espacial foi tratado mais detalhadamente no Capítulo 1, parte 1.2.

desses setores nas calçadas e ruas centrais, em nada alterava as diferenças raciais e econômicas entre eles, visto que era também nesses cruzamentos, nesses encontros casuais, que a superioridade de um sobre o outro ficava demonstrada.

Essa convivência próxima entre os grupos sociais da cidade, principalmente no triângulo central e cercanias, não significava então, de maneira alguma, a formação de um espaço de sociabilidade democrático.

Para a elite da época, principalmente os donos de escravos, essa “convivência” evidenciava a imensa distância social e econômica que existia entre os vários setores sociais da cidade. Como disse Rolnik (1986, p.44):

A cidade escravocrata é pouco segregada: o centro é local de moradia e trabalho das classes dominantes, marcado pela presença constante dos escravos e do comércio – da negra com seu trabalho ao grande armazém. A periferia é o cinturão caipira e o local de ricas chácaras. As ruas e praças do centro misturam grupos sociais e funções, no entanto, os limites e fronteiras entre os grupos sociais são clara e rigidamente definidos na vida dos senhores-escravos – relação social básica daquele momento – não há qualquer dimensão em que não esteja expressa a relação de dominação pela força e violência físicas, marcado por diferentes culturas e pela cor de sua pele e desumanizado por um discurso etnocêntrico.

Antes mesmo de findar a escravidão e a Monarquia, a cidade apresentava números modestos: em 1886, tinha 44.033 habitantes (LANGENBUCH, s/d, p.03) e em nada parecia com a cidade que explodiria com o boom cafeeiro que se iniciava no Estado.

Após os processos políticos e econômicos (fim da escravidão e da monarquia) pelo qual o país passou num curto espaço de tempo (1888-1889), a cidade conheceu um período de crescimento ininterrupto, diríamos até hoje.

Dentre as várias motivações que fizeram de São Paulo transformar-se de cidade provinciana em grande metrópole, é consenso entre vários autores¹⁶, que o café foi, se não a principal, uma das maiores.

¹⁶ Dentre esses autores destacamos: Cano, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo; Dean, Warren - A Industrialização de São Paulo.

Para Dean (1971, p.9-10), certas circunstâncias especiais aceleraram o crescimento do comércio do café no final do século XIX, como a devastação de cafezais no Ceilão, principal rival de São Paulo, o que impulsionou o número de plantações no Estado, bem como, a instituição de uma política descentralizada no país com a proclamação da República, o que segundo o autor, reteve no Estado todo o lucro da venda do produto.¹⁷

Esse café chegou à São Paulo entrando pelo Vale do Paraíba e daí para o Oeste e Norte Paulista, tendo seu transporte facilitado pela implantação de ferrovias, como a Santos-Jundiaí, existente desde 1867.

Para Silva (1976), apesar da importância da questão geomorfológica (relevo montanhoso no Rio, e depressão e solo de terra roxa em São Paulo) na determinação de uma superioridade dos cafezais paulistas perante aos cafezais fluminenses, é se necessário entender que ao chegar a São Paulo, as fazendas de café lentamente iniciam uma mudança na mão-de-obra. Em São Paulo, desde a década de 1850, já eram comuns experiências no uso da mão-de-obra livre, de preferência imigrante, como forma de conciliar acumulação de capital com produtividade¹⁸. Diz o economista (1976):

Como encontrar a força de trabalho necessária à rápida expansão das plantações (e por conseguinte, à acumulação de capital)? Essa era uma das preocupações principais, ou mesmo a preocupação fundamental, dos fazendeiros e grandes comerciantes [...] Graças à essas necessidades, [...] os 'pioneiros' do café voltaram-se pouco a pouco para a imigração, vista como o único modo de resolver esse problema. (SILVA, 1976, p.37)

Entendemos que, entre outras determinações, a mudança do tipo de uso de mão-de-obra (de cativo ao livre) concorreu também para a ampliação das

¹⁷ O café foi introduzido no país em 1727, através de Francisco de Mello Palheta, que então, como sargento-mor do exército, em missão na Guiana Francesa, a serviço do Governo Geral do Maranhão e Grão-Pará, para resolver questões de limite, conheceu nesse território ultramar francês plantações de café e recebeu da esposa do Governador-Geral da região algumas mudas do produto, plantando-as em Belém, onde residia. De lá foi levado ao Rio por volta de 1760, sendo plantado nos arredores, da então capital imperial, por intermédio de frades capuchinhos, sendo a Província do Rio, a principal produtora de café até a década de 60 do século XIX.

¹⁸ A entrada de mão-de-obra livre nos cafezais paulistas coube à iniciativa do Senador Vergueiro, no período de 1848 a 1857, em sua fazenda de Ibicaba, quando introduziu 117 famílias de colonos portugueses, alemães, suíços e belgas, exemplo que posteriormente seria imitado por outros fazendeiros de café de São Paulo. (HOLANDA, 1980, p.15-46)

plantações de café em São Paulo, permitindo que o estado passasse a ser, a partir de 1870, o principal exportador do produto no país. Para Silva (1976, p.43-44),

o rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880 é acompanhado por um deslocamento do centro geográfico das plantações: durante a década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba. Em 1852-1857, o porto de Santos não escoava mais que 6% da produção nacional de café, enquanto que o Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações desse produto. Em 1867-1872 é ainda o porto do Rio de Janeiro que escoava 81% da produção cafeeira brasileira. Mas a partir da década de 1870, a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira. Se tomarmos como base de cálculo o ano de 1877-1878, os índices da produção cafeeira em 1907-1908 são, para o Brasil como um todo 530, para o Rio de Janeiro 166, para São Paulo 1544.

Se com o café, a cidade de São Paulo teve um grande crescimento populacional e econômico, outros fatores, como sua localização geográfica, também tiveram grande participação nesse desenvolvimento.¹⁹

Sobre a importância da localização geográfica de São Paulo diz Langenbuch (s/d, p.03), que

[...]à semelhança do que já ocorrera anteriormente com os caminhos de tropa, a capital tornou-se o pólo irradiador da rede ferroviária do estado: as várias linhas a ela convergiam, prosseguindo o fluxo exportador até Santos através da única linha então existente nesse trecho. Dessa forma, todo o movimento comercial do estado tendia a se concentrar em São Paulo.

¹⁹ Para alguns autores, como Prado Jr (1971) e Monbeig (1953), fatores geográficos também foram determinantes para que a cidade de São Paulo apresentasse grande crescimento urbano-populacional. Para Prado Jr (1971, p. 93) "as causas que determinaram a grandeza de São Paulo vêm atuando desde o início da colonização; e numa persistência digna de nota, se mantiveram até hoje apesar de todas as transformações econômicas, sociais e políticas por que atravessou nosso país nesses 400 anos de sua existência". E completa (1971, p.119) : "[...] a localização de São Paulo, é sob o ponto de vista geográfico, e com relação a toda esta região que abrange o Estado atual e setores importantes de Estados vizinhos, separados dele política e administrativamente, mas pertencentes ao mesmo sistema geográfico e econômico, admirável. Verdadeira chave e centro dela, São Paulo tinha de necessariamente gozar de preeminência marcada, que sempre a caracterizou, sobre as demais cidades da região; e assim foi passado como ainda o é hoje."

Mesmo assim é inegável que a “união” entre o café e São Paulo foi muito próspera e que dessa "união" frutos nasceram e um deles foi muito importante para a própria cidade: a indústria.²⁰

Essa "união", obviamente, necessitou de algumas condições e duas delas foram a emergência do trabalho livre e a entrada de milhares de imigrantes, principalmente europeus.

3.1 – A Presença Imigrante na Cidade de São Paulo no Início do Século XX

O fim do uso da mão-de-obra cativa (1888) no país incentivou mais ainda a entrada de imigrantes no país, muito embora a propalada falta de braços na lavoura, há muito já tenha sido desmentida por historiadores, já que o não uso do trabalhador braçal nacional ou mesmo o ex-cativo pelos fazendeiros, deveu-se mais a questões de caráter racial do que inabilidade.²¹

Sabendo-se que a lavoura cafeeira em São Paulo teve grande desenvolvimento em fins do Império e da escravidão devido á intensa exportação, percebemos que a imigração que adentrava ao país, dirigia-se, principalmente, ao Estado de São Paulo. Nas palavras de Langenbuch (s/d, p. 04), ao descer no porto de Santos,

[...] a corrente imigratória, suscitada pela expansão cafeeira na retroterra bandeirante (903.203 estrangeiros entrados no estado entre 1885 e 1899), passava forçosamente por São Paulo, onde os recém-chegados se detinham por algum tempo, pois é nesta cidade - e não junto ao porto de Santos - que foi instalada a Hospedaria dos Imigrantes, certamente em razão de ser ela a capital estadual.

E quem eram esses imigrantes? Em sua maioria, saem de suas terras procurando novas oportunidades na vida. Muitos vieram com a família,

²⁰ Sobre a relação café-indústria e o intenso debate acadêmico gerado, ver Capítulo 4, parte 4.1.

²¹ Destacamos os estudos de: Alvim, Zuleika - Brava Gente: Os Italianos em São Paulo 1870-1920, Editora Brasiliense, 1986 e Petrone, Maria Thereza Schorer – O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930), Editora Brasiliense, 1984.

subvencionados pelo Estado, dispostos em se estabelecerem definitivamente no país.²²

Ludibriados pela propaganda encabeçada pelo governo paulista, que lhes prometia uma vida bem mais fácil daquela da Europa Industrial, oferecendo inclusive a oportunidade do acesso à terra, milhares de portugueses, italianos e espanhóis, principalmente, adentraram no país desde 1880.

Sobre essa imigração subvencionada, diz Morse (1970, p.222):

O êxito da imigração subvencionada foi devido em parte aos esforços de Queiroz Teles (mais tarde Visconde de Parnaíba) que em 1878 visitou oito países da Europa Ocidental, voltando entusiasmado com sua potencialidade como fonte de mão-de-obra, principalmente italiana.

Muitos dos que se estabeleceram na própria capital se ocuparam "em ofícios mercantis e industriais, ainda mal dominados pela população autóctone", "[...] além de utilizar sua operosidade como assalariados nas novas fábricas que iam surgindo". (LANGENBUCH, s/d, p.04)

Derivado da importância dessa temática (imigração) ao nosso trabalho, construímos duas tabelas, demonstrando o fluxo de entrada de imigrantes no país e no Estado de São Paulo, no período entre 1900 e 1917.

²² Para Batalha (2000; p.13), “[...] os imigrantes, que acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria provinham de áreas rurais dos seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalho industrial ou organização sindical; com frequência tinham como destino inicial o trabalho na agricultura, caso das fazendas de café no estado de São Paulo”.

Tabela 3.1 – Entrada de Imigrantes no Brasil entre 1900 e 1917

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Outros	Total
1.900	8.250	19.761	4.834	7.455	40.300
1.901	11.261	59.589	8.564	5.892	85.306
1.902	11.606	32.111	3.588	12.075	52.204
1.903	11.378	12.970	4.466	5.248	34.062
1.904	17.318	12.857	10.046	5.933	46.154
1.905	20.181	17.360	25.329	7.425	70.295
1.906	21.706	20.777	24.441	6.748	73.672
1.907	25.681	18.238	8.235	15.633	67.787
1.908	37.628	13.873	14.362	25.230	91.093
1.909	30.577	13.068	16.219	25.546	85.410
1.910	30.857	14.163	20.843	22.701	88.564
1.911	47.493	22.914	27.141	38.419	135.967
1.912	76.820	31.782	35.408	36.180	180.190
1.913	75.791	30.894	41.004	44.994	192.683
1.914	27.925	15.542	18.945	20.160	82.572
1.915	15.118	5.779	5.895	6.114	32.906
1.916	11.961	5.040	10.306	6.696	34.003
1.917	6.817	5.475	11.113	7.777	31.182
Total	488.368	352.283	290.739	300.226	1.424.350

Fonte: Inmigracion Y Estadisticas em el Cono Sur da América: Argentina, Brasil, Chile, Uruguay/ Director, Hernan Asdrúbal Silva; Coord Geral: José Sebastião Witter. Instituto Panamericano de Geografia e Historia; Organizacion de los Estados Americanos, 1990.
Org: Amir El Hakim de Paula

Tabela 3.2 – Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1900 e 1917

Ano	São Paulo
1900	22.802
1901	70.346
1902	37.831
1903	16.553
1904	23.761
1905	45.839
1906	46.214
1907	28.900
1908	57.728
1909	38.308
1910	39.486
1911	61.508
1912	98.640
1913	116.640
1914	46.624
1915	15.614
1916	17.011
1917	23.407
Total	806.764

Fonte: Inmigracion Y Estadisticas em el Cono Sur da América: Argentina, Brasil, Chile, Uruguay/ Director, Hernan Asdrúbal Silva; Coord Geral: José Sebastião Witter. Instituto Panamericano de Geografia e Historia; Organizacion de los Estados Americanos, 1990
Org: Amir El Hakim de Paula

Conforme indicam os dados das tabelas 3.1 e 3.2, entre 1900 e 1917 o país recebeu 1.424.350 imigrantes, sendo que entraram no Estado de São Paulo 806.764 pessoas, ou seja, mais de 50% do conjunto de imigrantes do país, sendo que destes mais de 75% eram constituídos de italianos, espanhóis e portugueses.

Na cidade de São Paulo, esse imigrante acabou por ter maior participação na indústria como operário, apesar de que uma minoria desenvolveu atividades artesanais e algumas empresariais.

Em 1911, uma pesquisa sobre a indústria têxtil paulistana, mostrou que de 10.184 operários, 6.440 eram italianos, enquanto que de nacionalidade brasileira eram encontrados apenas 1.083.(BEIGUELMAN, 1968, p.143)

Grandes contingentes se estabeleceram em São Paulo e fizeram a cidade crescer vertiginosamente. Se um pouco antes da grande imigração, ainda em 1872 a cidade possuía pouco mais de 30.000 habitantes, em 1900 no início do século XX, já em plena expansão imigrantista (e cafeeira), alcança a cifra de 240.000 habitantes, um crescimento de quase dez vezes em pouco menos de 30 anos.

Esse crescimento vai ser constante e, em 1920, a cidade já terá mais do que o dobro de 1900, ou seja, 579.000 habitantes.

Os imigrantes, em sua maioria, antes de se dirigirem às fazendas de café, alojavam-se, primeiramente, em uma Hospedaria, no bairro do Bom Retiro. Posteriormente, ela seria transferida ao Brás, longe dos bairros mais nobres da cidade, já que não seria muito confortável para a elite estar próxima dos novos moradores, em sua maioria pobres.

A Hospedaria do Brás era também maior e contava com

[...] dormitórios, refeitório, enfermaria e lavanderia onde os recém-chegados podiam alojar-se gratuitamente por uma semana, enquanto esperavam distribuição para as fazendas; em 1888, a Hospedaria acomodava 4000 pessoas. (MORSE, 1970, p.222)



Foto nº 1 – Hospedaria dos Imigrantes
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth.

Sabendo-se que grande parte da mão-de-obra operária foi constituída por imigrantes e lembrando-se que a sua Hospedaria ficava próxima à ferrovia no Brás, entende-se o porquê da ocupação dessa área pelos estrangeiros, favorecendo o surgimento de bairros que outrora eram chácaras, como o próprio Brás, por exemplo, que a partir dessa ocupação se caracterizariam pela presença maciça desses indivíduos. É o que vemos ainda hoje, com as festas religiosas e outros eventos de origem imigrante.²³

A presença imigrante na cidade foi tão forte nesse início de século XX, que para alguns viajantes estrangeiros, a cidade não poderia ser considerada uma cidade brasileira. Isto porque, através de suas festas e construções, os imigrantes foram deixando na cidade marcas tão significativas, que para alguns visitantes do início do século XX, não seria errôneo dividi-la, em várias “cidades”. É o que diz Hesse-Wartegg, quando de sua passagem pela cidade no início da década de 1910 do século XX, citado em Petrone (1955, p.135-136)

São Paulo não é uma cidade brasileira de 450.000 habitantes, mas uma cidade italiana de aproximadamente 100.000 habitantes, uma portuguesa de talvez 40.000, uma espanhola de igual tamanho e uma pequena cidade (Kleinstadt) alemã de mais ou menos 10.000 habitantes com poucas de suas vantagens, mas muitas de suas desvantagens. Ainda há uns 5.000 sírios, que sozinhos possuem três jornais impressos em caracteres arábicos, alguns mil franceses, russos, japoneses, poloneses, turcos, ainda inglês, escandinavos, americanos em número desconhecido por falta de uma estatística fidedigna. O resto, provavelmente um terço do total, devia ser de brasileiro.

Deixando de lado prováveis exageros na quantidade e num preconceito sutil com o nacional, o viajante demonstra com clareza a grande presença imigrante na cidade, nas primeiras décadas do século XX.

Também aos poucos esses bairros, onde predominavam os imigrantes, se tornariam conhecidos pelas más condições de vida. Isso porque, grande parte dos imigrantes que tinham o sonho de conseguir algum pecúlio na nova terra, transformou-se em proletário. E como proletários tinham que conviver com as

²³ Para Monbeig (1953, p.57) a transformação das chácaras do Brás em bairro, se deu a partir de 1886.

mazelas da fábrica, mas também com outras fora dela. Segundo Kowarick (1981, p.293), citando relatório de Antonio Bandeira Jr,

[...] nem um conforto [...] tem o proletariado nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram por serem os que contem maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais variados misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Água Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano e outros pontos pouco afastados.

3.2 – Crescimento e Exclusão: A Segregação Espacial em São Paulo

A chegada de milhares imigrantes em São Paulo desde as últimas décadas do século XIX, contribuiu para o grande crescimento populacional da capital paulista e também para a transformação de antigas chácaras em bairros, como vimos anteriormente.

Concomitantemente à ampliação da área urbana, ocorreu as grandes reformas urbanísticas implementadas pelo Prefeito Antonio Prado (1899-1910) e continuadas na gestão do Prefeito Raimundo Duprat (1911-1914).

Como nos mostra Petrone (1955,p.136), no início de século XX,

[...] executaram-se vastas e custosas obras de saneamento, sobretudo na várzea do Tamanduateí; canalizaram-se os rios e ribeirões da cidade; garantiu-se, para a população, melhor e maior quantidade de água potável, rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade.

E completa:” Disso tudo resultou uma nova cidade de São Paulo, bem diversa daquela que nos havia legado o século XIX.” (PETRONE, 1955, p.136)

Se antes, no século XIX, em grande parte a cidade estava restrita ao chamado triângulo central, nas duas primeiras décadas do século XX, novas áreas vão se agregando ao centro. Como disse Petrone (1954, p.140), nessas primeiras décadas do século XX ,

[...] ampliou-se a área do Belenzinho e da Mooca, graças as três fatores conjugados: o desenvolvimento industrial, as correntes imigratórias e a presença da via férrea. Passou a ser inteiramente ocupado o espigão de Vila Mariana, no Paraíso. Na Avenida Paulista, os vazios foram preenchidos e novos palacetes vieram atestar o progresso econômico da cidade. Os paulistanos continuavam a dar preferência aos trechos mais elevados. Ampliou-se o bairro de Perdizes, que passou a se unir ao da Água Branca, embora por estreita faixa edificada. Também a Ponte Grande, graças à Avenida Tiradentes, passou a integrar definitivamente na área urbana. A expansão da cidade não se fez, apenas, pelo aumento do seu perímetro: adensou-se o casario nas áreas já anteriormente ocupadas e, sobretudo, foram preenchidos os claros até então existentes no interior da cidade.

Além da entrada de imigrantes, outro fator de desenvolvimento da cidade nesse início de século XX foi a vinda para a capital paulista da elite cafeicultora, os grandes proprietários de terra do Estado, e com ela, o começo de inúmeros melhoramentos, como água encanada, bondes, energia elétrica, visto que grande parte dessa elite estava representada nos principais cargos públicos da cidade.

Como diz Morse (1970, p.233-234) "[...] com as estradas de ferro, os fazendeiros do café, acostumados a morar nas suas propriedades ou nas cidades pequenas das redondezas, podiam agora gozar de uma vida mais confortável". E completa:

[...] muitos deles ingressaram em atividades econômicas urbanas - como diretores de estradas de ferro, pioneiros da indústria, banqueiro, etc- ou em profissões com que estavam familiarizados desde os tempos de estudantes, tais como as lides forenses, a política ou o jornalismo. (MORSE, 1970, p.233-234)

Caso exemplar foi o de Antonio Prado, que de cafeicultor tornou-se administrador do município entre 1899 e 1910. Nesse período, o prefeito iniciou um grande projeto de urbanização na cidade. Para Dos Santos (2003, p.155) com essas reformas,

[...] era projetada a 'nova São Paulo' que corresponderia aos anseios de uma cidade moderna, com a abertura de ruas e o alinhamento de outras em meio a uma ação higienizadora que deveria abranger todos os limites da urbe. Dessa forma cumpriam-se os planos de Antonio Prado, com novas e modernas avenidas (Paulista e Higienópolis), estreita vigília sanitária e policial em bairros como Santa Efigênia e Brás e o ajardinamento de vários logradouros como prática de embelezamento do

centro urbano, conservando-se a capela do Colégio e o triângulo, que tinha em seus vértices os conventos de São Bento, do Carmo e de São Francisco.

Portanto, o processo de crescimento urbano-populacional da cidade, ocorreu concomitantemente aos melhoramentos que uma parte da cidade recebia. Para Monbeig (1953, p.57), esse processo de embelezamento da cidade, é anterior ao início do século XX, sendo iniciado a partir de 1872, na administração estadual de João Teodoro Xavier de Matos. Entre outras melhorias, o autor cita a reforma da ladeira do Carmo, mas também a incorporação de antigas chácaras à área urbana. Diz:

[...] Em 1886 [...] trabalhos foram empreendidos nas ruas do Pari e do Gazômetro sob a influência da Estação do Norte (atualmente estação Franklin Roosevelt) e graças as facilidades para atravessar a várzea do Tamanduateí, nascia o bairro do Brás. Este tinha sido até então um simples subúrbio de artesãos e de chácaras: albergue para os tropeiros vindos pela estrada do Rio, oficinas de carpinteiros, de ferrador, de sapateiro, um farmacêutico, um veterinário e alguns pequenos comerciantes atraídos pelo movimento dos viajantes e pela possibilidade de escapar dos impostos urbanos. Tudo isso deu lugar rapidamente a pequenos hotéis, lojas, casas operárias. A influência da estação foi em seguida reforçada pela vizinhança da Hospedaria dos Imigrantes e a rua Parnahyba. A transformação da Várzea e a evolução de toda a zona oriental da cidade acentuar-se-á a partir de 1896 com a canalização do Tamanduateí: parcialmente recoberto o riacho dará lugar à rua 25 de março.

Entretanto, essas mudanças urbanísticas ocorriam, quase que circunscritas, a algumas áreas bem delimitadas, aquelas que eram locais de trabalho ou de moradia da elite paulistana.

Os bairros operários que se formavam, recebiam alguns melhoramentos depois de muita luta e reclamação. É o que atesta a “Folha do Braz”, de 06.01.1901, na sua página dois:

Pelo Povo

Pedem-nos os moradores da rua Bresser, entre as de Silva Telles e Chavantes, reclamamos dos poderes competentes, as providencias necessárias, a fim de ser feito o calçamento dalli, visto achar-se aquelle trecho de rua todo esburacado, de forma a prejudicar o transito de vehiculos e mesmo de pessoas, principalmente, à noite, porque ali não

existem combustores de Gaz. As águas ali se acham estagnadas, exhalando um mau cheiro prejudicial, ainda mais com a cooperação do lixo e mesmo de águas servidas que alguns moradores menos asseados ali atiram para a rua.

Pela reportagem acima percebemos a extrema precariedade que a maior parte desses bairros operários tinham. É notória a falta de “calçamentos” e por isso a presença de “ruas esburacadas”.

Tinham a presença de lixo nas ruas e “águas estagnadas”, demonstrando a falta de coleta de detritos residenciais, como também dos serviços de água e esgoto.

Mais ainda, essas melhorias subordinavam-se à lógica dominante, ou seja, realizavam-se nas grandes vias de circulação. A mesma constatação teve Petrone (1955) ao afirmar que as reformas urbanas que a cidade apresentava nesse período (seja ajardinamento de praças ou pavimentação) aconteciam principalmente onde se encontravam “as ruas da parte central da cidade”.

O fato de essas melhorias serem realizadas apenas nas ruas centrais dos bairros mais populares, não isentava os políticos que as tinham levado às regiões arrabaldes da cidade, de sofrerem represálias.

É o que atesta mais uma notícia da “Folha do Braz” de 20.01.1901, na sua página um, quando um vereador ao conseguir trazer melhorias, foi retirado da câmara municipal:

É verdade, que na passada eleição municipal, os leitores votaram em um homem que anteriormente tinha dado as provas mais superabundante do seu amor pelo adiantamento do Braz. Esse homem a quem devemos, indiretamente, importantíssimos melhoramentos que fizeram nalgumas **ruas centraes** (grifo nosso), como sejam: Rangel Pestana, Gazometro, Cruz Branca, Domingos Paiva [...] foi injurídica e arbitrariamente retirado do “corpo” da vereança.

A reportagem acima menciona melhorias nas ruas centrais. Apesar disso, elas quase inexistiam em bairros de grande presença operária até próximo do final da primeira década do século XX, como demonstra Petrone (1955, p.149), ao observar que:

[...] no que se refere à rede de esgotos, em 1903, existiam 20.074 prédios beneficiados, ao passo que, em 1908, este número subiu para 24.270, numa rede total de 874.548 metros. Por essa época, Vila Mariana, Perdizes, **Água Branca, Lapa e Belenzinho** não gozavam dessa vantagem; **Cambuci, Mooca, Bom Retiro, Barra Funda** [...] eram servidos de maneira incompleta. (grifo nosso)

Alguns militantes operários ao criticarem esses projetos urbanísticos, dirigidos pela elite, apontavam que eles deslocaram a população mais pobre às áreas arrabaldes da cidade, a procura de aluguéis mais baratos. Gigi Damiani, em artigo publicado em 11 de maio de 1912, no jornal *La Battaglia* citado em Besen (2004, p.04), nos mostra uma visão operária, sobre o real interesse dessas reformas:

Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos de amor à prática resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava faltando dinheiro para as putas e para o jogo, o patrotismo estourou! Do militar *Fanfulla* ao policialesco *Platea*, do acomodado *O Estado de São Paulo* ao órgão da cepa dourada *Correio Paulistano* saíram gritos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade [...] *Alargue-se a city! Queremos teatros como Paris, jardins como Berlim, igrejas como Roma!* [...] E vejam só! Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando [...] E quem estabelecia as inverossímeis somas de indenização eram membros do bando. [...] Isso produziu um princípio de êxodo, do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos.[...] Esse foi o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino: vertiginosamente os aluguéis aumentaram até 200% [...].

Entretanto, é inegável que a conjugação de grandes transformações urbanísticas, mesmo que predominantemente circunscritas aos bairros mais abastados, com o crescimento geográfico/populacional, possibilitou que São Paulo deixasse aos poucos seus traços de urbe pacata e transforma-se numa grande cidade.

Para Monbeig (1954; p.18), a partir de maio de 1900, a cidade de São Paulo deixa de ser “a capital dos fazendeiros” para se transformar em uma grande metrópole, em parte, graças à introdução da energia elétrica. Diz ele:

Em maio de 1900 circularam pela primeira vez pelas ruas de Piratininga bondes elétricos. Data memorável pois com a energia elétrica uma nova

era começa em São Paulo a qual já não será apenas a capital dos fazendeiros, mas uma metrópole em toda extensão da palavra. Reunirá todas as funções urbanas: será a grande cidade obreira e ao mesmo tempo o foco de uma intensa vida universitária, artística: será o grande centro dos negócios, a cidade dos bancos possantes e ao mesmo tempo a animadora de uma vida política cujos ecos ultrapassam as fronteiras do Estado: será sempre o lugar de concentração dos produtos da terra e a estimuladora da marcha para o Oeste, como também o grande teatro dos esportes, a grande central emissora, de radiodifusão.

Como vimos, a elite estava representada nos principais cargos públicos da cidade no início do século XX, e a ela coube a tarefa de determinar como se daria esse crescimento, ou seja, quais regiões da cidade se incorporando à vida urbana, teriam benefícios, como a instalação de serviços de água e esgoto, asfaltamento de ruas, etc.

Como forma de auferir lucros nesse processo de urbanização, foram criadas várias sociedades loteadoras de terras na capital. Com a ajuda do governo municipal e se valendo dos seus recursos, surgiram novos empreendimentos imobiliários na cidade.

A cidade acabou dividida entre algumas famílias, que procuraram aproveitar ao máximo o novo “negócio”. Brito (2000, p.22), demonstra como foi a atuação de algumas famílias/empresas no processo de urbanização, apontando que:

[...] [o] que caracterizou a maior parte das empresas voltadas à primeira frente urbanizadora, foi a de explorar as diferentes possibilidades de renda e lucro envolvidas no mercado imobiliário, ou ao menos propor-se a isso, articulando a abertura de loteamentos com a construção das habitações, a instalação e exploração de serviços urbanos como abastecimento de água e transporte coletivo, a produção/comercialização de materiais para a construção e a cessão de crédito para aquisição dos imóveis.

Famílias que nem sempre concorriam entre si nessas empreitadas: “A ligação entre elas é inevitável e a composição societária também demonstra que muitos deles aparecem em várias delas, mesmo que de ramos diferentes”. (BRITO, 2000, p.22)

Enquanto uma parte da cidade cresceu (com todas as suas mazelas) acompanhando a ferrovia, outra não menos importante também avançou para sudoeste onde “[...] após o pioneiro Campos Elíseos, surgem sucessivamente –

Santa Cecília, Higienópolis, Avenida Paulista (e outros no futuro, mormente os 'bairros-jardins'.)" (LANGENBUCH, s/d, p.06)

Esse crescimento geográfico da cidade, com a transformação de antigas chácaras em bairros, não ocorria sempre de forma espontânea. Além disso, a incorporação de novas áreas ao projeto de urbanização, como vimos, promove uma valorização desse espaço que recebe as melhorias.

Rolnik (1999), entende que o surgimento dos bairros mais ricos possibilita um forte processo de valorização espacial na cidade de São Paulo. Diz a urbanista sobre isso:

No caso específico de São Paulo importava politicamente aos novos dirigentes da nação –banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores – inscrever-se em classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transforma-la em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. (ROLNIK, 1999, p.66)

Esse processo de valorização espacial permite, entre outras coisas, o surgimento de dois tipos de bairro: aquele com melhorias e equipamentos urbanos, direcionados à elite e os que pouco possuem infra-estrutura básica, relegado aos mais pobres, entre esses, o operariado.

Essa diferenciação entre bairros permite à elite “marcar” no espaço sua presença, sua força econômica, ao se definir um diferenciado padrão de construções de casas na região dos Campos Elísios, Higienópolis e Paulista, propiciando a formação de uma cidade espacialmente excludente, no qual ricos habitem,

[...] o vetor Sudoeste, desenhado a partir do percurso Campos Elísios/Higienópolis/Paulista, e que depois se completaria com os loteamentos da Cia City no Jardim América, configura uma centralidade de elite da cidade, o espaço que concentra valores imobiliários altos, o comércio mais elegante, as casas ricas, o consumo cultural de moda, a maior quantidade de investimentos públicos. (ROLNIK, 1999, p.46-47)

enquanto que nas baixadas úmidas e pantanosas se aglomerava a pobreza, com casas minúsculas e cortiços, representando o local de moradia da população operária.

A partir dessa análise, fomos percebendo que muito embora o fim de uma sociedade estratificada socialmente, como a vigente no Império, tivesse possibilitado uma maior “aproximação” entre as camadas que compunham a população, uma maior integração diríamos (já que estaríamos numa sociedade mais democrática, com a proclamação da República), na verdade deu-se justamente o oposto, como demonstramos até agora, visto que uma segregação espacial vai surgindo no final do século XIX e se fortalecendo ao longo do século XX.

Moreira (1982) atenta à necessidade do entendimento do espaço social que vai se delineando nessa transição de uma sociedade escravista para outra onde predominasse o trabalho livre. Para ele, essa transição de regimes abre a possibilidade, com a incorporação das terras urbanas em um processo de valorização, de uma maior segregação espacial, visto que:

O espaço se organiza seguindo a estrutura de classes do lugar e, uma vez assim organizado, reverte sobre a estrutura de classes sociais ao ponto de, a um exame desatento, a morfologia mascarar as desigualdades sociais e o caráter de classe dos lugares. Mas a observação crítica, devassando a dissimulação, mostra que, mesmo nessas sociedades, o caráter de classes determina o caráter do lugar. Denunciam esse fato os aspectos mais elementares do arranjo espacial: a estética da moradia, a natureza dos serviços, a política pública de infra-estrutura espacial, a geometria.(MOREIRA, 1982, p.58)

Monbeig (1954, p.24), também percebe muito bem o distanciamento geográfico da elite com relação às classes mais populares (aí se incluindo os operários) quando afirma que a expansão da cidade para o sul teve, entre outras motivações, “[...] a tendência da burguesia e da nova classe média a desertar os antigos bairros, as vizinhanças das estações, das fábricas e das várzeas”. E completa, afirmando que a elite se deslocou para outras áreas da cidade, pelo:

[...] desejo de fugir aos bairros populares e de gozar de uma situação topográfica mais agradável a progressão para o sul. A tendência manifestou-se uma primeira vez, como já foi dito, com o êxito do bairro de Higienópolis: e desde então consolidou-se. Assim como é possível seguir de geração em geração a migração das grandes famílias de fazendeiros em função dos deslocamentos das frentes pioneiras e da marcha do café, também se pode seguir uma migração idêntica através

da sucessão de bairros “chics”. Entre 1859 e 1870 os antepassados tinham uma chácara às portas da cidade ou então residiam nas ruas do Triângulo. Na geração seguinte foi a moda dos Campos Elísios, à qual sucedeu a atração de Higienópolis, o bastião urbano dos fazendeiros. O enriquecimento dos imigrantes desencadeou uma corrida burguesa para a Av. Paulista. Depois de 1920 e sobretudo 1932 iniciou-se e desenvolveu-se um movimento para os loteamentos do Jardim América, Jardim Paulista e Jardim Europa.

Se nos bairros operários o que chamava atenção era a falta de condições mínimas de sobrevivência, como esgoto a céu aberto e ruas sem asfaltamento, nos bairros onde morava a elite, esta se destacava pela opulência de suas construções. É também a percepção de Petrone (1955, p.137) sobre essa parte da cidade. Para o autor, dentre os bairros existentes,

[...] o bairro de Higienópolis era, sem nenhuma dúvida, nessa época, o mais elegante da cidade. Marie Wright, informa que ali muitos dos milionários paulistas tinham ‘palatial homes, unsurpassed in splendor and luxury by the great mansions of Europe.’ Ponto de reunião do que a cidade e o Estado possuíam de mais rico e de mais distinto, diz Paul Wacle, notabilizava-se pelo elevado número de casas suntuosas, palacetes luxuosos e confortáveis, embora alguns deles fossem ‘d’un gout doutexux, tout au mains bizarre.[...] A Avenida Paulista, por sua vez, constituía algo de representativo daquela cidade que se tornava cada vez mais rica e mais próspera. E os estrangeiros também se embasbacavam diante dela. Marie Wright chama-o de ‘magnificent’ e considera ‘the most beautiful boulevard of the capital. [...] E L.A Gaffre [...] fica assombrado quando lhe vão indicando os principais proprietários daquelas residências luxuosas: aqui um antigo vendedor ambulante, um ‘mascate’ há 25 anos atrás, transformado em grande senhor, descendente talvez de velhos mercadores de Veneza ou de Gênova. Assim era São Paulo nesse começo de século.

Petrone (1955) conseguiu em um pequeno texto demonstrar como eram vistos esses bairros mais nobres. Entretanto, não podemos concordar com ele na afirmação de que a cidade na sua totalidade tinha toda essa suntuosidade.

Apesar ricos em espaço e em beleza, os bairros nobres da cidade, eram pobres em convívio social. Suas ruas limpas e arborizadas não tinham vida, ao contrário do espaço exíguo e contíguo do imigrante operário. Para Rolnik (1981, p.53), os bairros mais ricos possuíam:

[...] pouca intensidade de vida, pouca possibilidade de encontros e misturas em grandes espaços: este é o padrão da habitação burguesa,

defendida por esta classe como padrão universal porque racional, para o conjunto da sociedade.



Foto nº 2 – Mansão do Início do Século XX.

Fonte: Imagens de São Paulo – Gaensly no acervo da Light

Isso acontecia porque nesses bairros a sociabilidade, entre seus moradores, estava praticamente circunscrita ao espaço interno das casas, no mundo privado burguês e não no espaço público das calçadas e ruas. E quando as ruas eram usadas, serviam, quase sempre, para a passagem dos veículos.

Através das análises realizadas nesta parte do capítulo, percebemos que nas primeiras décadas do século XX, vai-se delineando aos poucos uma cidade completamente diferente daquela do final do Império. E não será apenas pelas melhorias, que surgem principalmente nos bairros ricos. Se na São Paulo escravagista as diferenças sociais eram percebidas pela cor da pele, na São Paulo industrial das primeiras décadas do século XX, a cor da pele já não era um referencial importante e delimitador, visto que o projeto imigrante priorizou os europeus. Um novo tipo de segregação se fez necessário para a elite. E ela o encontrou.

Ao se movimentar em direção às colinas, a elite criou nas palavras de Rolnik (1986, p.46), um "espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica aonde pode e aonde não pode circular".

A diferenciação dos grupos sociais não daria-se mais apenas pela cor de pele, mas também pela localização espacial. Os pobres morando nas regiões de várzeas, industriais, poluídas, "anti-higiênicas" e os ricos nas colinas, na região de ar mais puro, pode-se dizer uma região mais "higiênica". (um desses bairros, Higienópolis, ilustra bem essa "fuga" da elite das regiões mais pobres, em busca de lugares "mais salubres").

Ademais, enquanto o grupo mais numeroso (os operários) ficava próximo às várzeas dos rios, os ricos se encontravam na região da Av. Paulista, mais alta, mais arborizada, geografia que guardadas devidas proporções se assemelhava à casa-grande (no alto) e senzala (na parte mais baixa). Os operários "vigados" do alto da colina!

Essa separação geográfica ocasionava, além das grandes diferenças de tratamento pelo poder público (acesso a saneamento básico, ruas arborizadas), o reforço de um preconceito que antes do fim da escravidão era de menor expressividade que o racial: o preconceito econômico/social.

E então morar nos bairros industriais/operários, vestir-se modestamente, conversar sem muita discrição em público seria para a elite, ou mesmo para uma classe média que se estabelecia com o crescimento da cidade, de que nesses locais surgia um tipo de vida social incompatível com o usual entre as famílias burguesas, ressaltando-se que o mínimo contato entre esses grupos era motivo de grandes reclamações.

É o que relata o jornal "O Estado de São Paulo", do dia 30/04/1913 em sua seção de cartas:

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Escreve-nos um leitor desta folha reclamando contra um facto que é observado quase diariamente nos bondes da linha da Lapa, o qual exige uma urgente providência por parte da 'Light'. Várias pessoas de **segunda classe** (grifo nosso), na maior parte operários, costumam embarcar nos bondes da dita linha conversando, ao correr da viagem, em uma linguagem bastante baixa, sem nem ao menos respeitarem as **famílias** (grifo nosso), que se acham no carro. Ora, os conductores que

estavam no caso de corrigir estes **insolentes** (grifo nosso), não querem dar a esse trabalho, de modo que as famílias são obrigadas a suportar todos os desmandos de linguagem e de maneiras dos referidos operários. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/04/1913, p.6-7)

Os operários, se já não bastassem as humilhações que passavam na fábrica, como veremos adiante, sofriam os mais diversos preconceitos quando se utilizavam dos bondes. Para o missivista não passavam de cidadãos de “segunda classe”, “insolentes”, que por isso deveriam ser banidos do convívio dos bondes, para a segurança das “famílias”, que desse transporte se utilizavam.

Além disso, ao se referirem à alguns desses bairros operários ou com grande concentração de pobres, parte dessa elite utilizava-se de adjetivos impregnados de preconceito social.

É o que vemos nas páginas do Estado de São Paulo, de 15.04.1913:

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Sr. Redactor: Deus o livre, sr redactor, de precisar morar no Paraíso! Morar no Paraíso, só sendo no Outro Mundo. E tudo por causa da Light. Considere o sr. Redactor que os bondes da Light não servem apenas o Paraíso mas também o **Purgatório** (grifo nosso) – perdão! o **Bexiga** (grifo nosso), que como se sabe, é **populíssimo**.(grifo nosso) Porque não põe a Light mais veículos na linha do Paraíso? É o que em nome dos muitos padecentes destas bandas lhe pede encarecidamente, o seu - constante leitor. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/04/1913, p.6-7)

O que poderia ser mais uma reclamação dos serviços prestados pela Light, se transformou numa carta de preconceito social e espacial. Ao identificar o bairro do Bexiga com o Purgatório, o leitor do jornal, deixa claro que o principal problema na verdade não seria a falta de transporte na cidade, mas sim a convivência dos vários grupos sociais nos bondes, o que para o leitor, seria descabido.

Para a “tranqüilidade” dos dois missivistas citados, em 1919 a Light resolveu criar os bondes somente para os operários. Veículos que, diga-se de passagem, demonstrando que em matéria de segregação a elite não se resumiu á questão espacial, não possuíam o mínimo de conforto, sendo o serviço implantado,

[...] a um custo baixíssimo, adaptando carros de cargas que funcionaram precariamente, primeiro, por serem leves descarrilavam facilmente, depois, as acomodações eram improvisada e a ventilação mínima. (NASCIMENTO, 2002, p.136)

Livrando-se da presença incômoda de operários em seus bondes, a elite observava o leva e traz desses vagões de cargas transformados em veículos de transporte, apinhados de operários, como se fossem “gados-humanos”.

Além do que como bem demonstrou Nascimento (2002, p.38),

[...] o movimento de implantação das linhas mostra que ao instalar-se na cidade de São Paulo, a empresa The São Paulo Tranway Light and Power Company Limited segue a mesma lógica dos limites territoriais traçados por este modelo urbanístico “oficial”

Como quase tudo que acontecia na cidade nessas primeiras décadas do século XX, a implantação dos bondes elétricos levou em consideração não o uso que ele representaria para as camadas mais pobres da cidade, mas sim, a possibilidade de realização de grandes lucros nessa empreitada.

A cidade onde viviam muitos estratos sociais servia apenas a uma elite. Quase tudo nela levava em consideração a lógica do lucro fácil e imediato. Aqueles que podiam pagar mais recebiam também mais benefícios. Aqueles que foram os que realmente realizaram a tarefa de transformar a cidade de São Paulo em grande capital estadual, pouco usufruíram dessas mudanças.

Por isso, entendemos a cidade que surgiu dessa dinâmica como segregada, já que, determinada espacialmente pela elite e dirigida por ela, os melhoramentos que a cidade aos poucos recebia, quase nunca chegavam às regiões mais pobres, ou chegavam de modo bastante atrasado em comparação aos bairros de elite.

Isso aconteceu, como vimos, porque a cidade de São Paulo entraria num processo de valorização de suas terras que se acentuava com a "privatização" dos serviços de melhorias que aqui entraram com as empresas estrangeiras interessadas nesses negócios. Ao Capital, interessou primeiramente o lucro e depois o uso da melhoria. Aos operários sobraram as reclamações.

Entretanto, suas reclamações não estavam nas páginas dos jornais de grande circulação. Elas apareciam quando esses trabalhadores organizavam-se e protestavam, através de seus veículos de imprensa e principalmente nas lutas operárias que se desenvolveram na cidade nas primeiras décadas do século XX.

A cidade que deixou a escravidão conservava em si ainda a segregação, sob outra forma. Mas, como veremos adiante, os operários, além de exigirem melhores condições de trabalho, lutaram contra a cidade segregada também.

CAPÍTULO 4 - A INDÚSTRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

A localização industrial em qualquer cidade deve-se a alguns fatores determinantes, entre eles, a presença de um sistema viário e de transportes, energia elétrica, mas também de um grande mercado de trabalho assalariado e consumidor.

Como já vimos, São Paulo, graças à dinâmica do café (veio a ser conhecida, inclusive, como capital do café) já em fins do século XIX tinha passado por algumas melhorias urbanas que facilitaram a instalação de indústrias, como a presença de sistemas ferroviários (1867), sistema de loteamentos, arruamento e construções, a presença de casas bancárias, mas principalmente, a grande concentração de força de trabalho (em sua maioria formada de imigrantes), que passaram desde 1888 pela hospedaria localizada no Brás, quando então muitos se fixavam na cidade.

Ao afirmarmos essa relação (café-indústria), queremos ressaltar a importância do deslocamento de alguns capitais do café para a implantação da indústria. Entretanto, não temos como proposta avaliarmos o grau dessa inserção e se tal movimento criou uma possível dependência.

Salientamos que intenso debate acadêmico ocorre desde meados dos anos 70 do século passado, tentando demonstrar em quais bases se davam essa relação café-indústria, ou seja, identificar quando essa relação era benéfica à indústria (por exemplo, a indústria de sacaria se beneficiava da exportação de café) e quando alguma crise na exportação do produto ocasionava queda da produtividade industrial.²⁴

Compreender esses estudos, de forma pormenorizada está fora de nosso propósito, já que nosso principal objetivo nesse trabalho é entender o operário na cidade de São Paulo.

²⁴ Esse debate teve como principais pesquisadores, entre outros: Silva, Sérgio – “Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil” Alfa-Ômega, 1976; Martins, José de Souza – “O Cativo da Terra”; Dean, Warren – “A Industrialização de São Paulo” e Luz, Nícia Vilela – “Luta pela Industrialização no Brasil”.

Entretanto, não podemos ocultar esse debate. Assim assinalaremos alguns desses estudos, sem necessariamente apoiar ou refutar alguma tese apresentada.

Para tal empreitada, em alguns momentos, utilizaremos as análises de Suzigan (1986), que desde o final da década de 70 do século passado, empreende uma organização cronológica e conceitual, acerca das principais idéias que permeiam esse debate acadêmico.

4.1 – Debate Acadêmico sobre as Origens da Indústria no Brasil

Para se entender o processo de industrialização que acontece em fins do século XIX no Brasil e início do século XX, será necessário sabermos quais os principais fatores externos e internos que, de alguma forma, favoreceram o surgimento desse fenômeno.

Entre os autores que tem importância no entendimento desse processo, destacaremos aqueles que nortearam suas discussões sobre a industrialização brasileira, baseados na “expansão da economia exportadora de café”.²⁵ Suzigan (1986), os coloca como compartilhadores da ótica do “capitalismo tardio”. Esta ótica sugere que o desenvolvimento industrial brasileiro é um desenvolvimento capitalista, determinado primeiramente por fatores internos e secundariamente por fatores externos.

Para Suzigan (1986, p.33),

De acordo com essa interpretação, o capital industrial originou-se na década de 1880, na esteira de um rápido processo de acumulação de capital no setor exportador de café. Por essa época, a introdução da máquina de beneficiar café e a construção de um sistema de transporte ferroviário já havia contribuído para melhorar a qualidade do café e reduzir os custos de transporte, estimulando assim a acumulação de capital, e aumentando a procura de mão-de-obra. Estas duas novas atividades empregavam trabalho assalariado e os cafeicultores estavam crescentemente voltando-se para o emprego de trabalho assalariado nas plantações, uma vez que o trabalho escravo era escasso oneroso e já se prenunciava a abolição da escravidão. A solução encontrada para a

²⁵ Dessa corrente reconhecidamente os mais importantes foram: Silva, Sérgio – “Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil”, Alfa Ômega, 1976; Mello, João Manuel C. – “O Capitalismo Tardio”, Editora Brasiliense, 1982 ; Cano, Wilson – “Raízes da Concentração Industrial em São Paulo”, Difel, 1976 e; Aureliano, Liana Maria – “No Limiar da Industrialização”, Editora Brasiliense, 1981.

escassez de mão-de-obra foi a promoção da imigração de trabalhadores livres.

Os compartilhadores da ótica do “capitalismo tardio” compreendem que foi a economia capitalista exportadora de café que criou as condições favoráveis para a emergência do capital industrial. Para Suzigan (1986, p.34), esses economistas entendem que,

[...] essas condições compreendem a prévia acumulação de capital para investimentos no setor industrial, a formação de um mercado livre, a criação de um mercado interno para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salários, matérias-primas e maquinaria.

Sendo assim, para esses autores citados, a indústria deriva quase que totalmente da aplicação de recursos advindos do café, além do que, utilizaria-se de toda uma infra-estrutura , até então, dominada pelo café, como as estradas de ferro e os serviços bancários.

Quando tratamos dos principais agentes sociais no processo de acumulação de capital no setor industrial, vemos algumas controvérsias entre os autores que adotam a ótica do capitalismo tardio. Para Suzigan (1986, p.34) essas divergências ocorrem porque Mello (1982) e Cano (1976) “ênfatizam o papel dos cafeicultores como o grupo social de onde se originou a burguesia industrial, enquanto que Silva (1985), afirma que os imigrantes importadores desempenharam o papel principal”. (Aqui concordando com as colocações de Dean (1971), apontadas adiante).

Outra ótica importante para se entender essa origem é a que leva em consideração o fato de que a industrialização foi liderada pela expansão das exportações. O principal defensor dessa idéia é Dean (1971)²⁶.

Analisando essa obra e tendo como apoio as proposições de Suzigan (1986), entendemos que Dean (1971) estabelece uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, isto é, a indústria se desenvolveu durante períodos de bom desempenho das exportações e se retardou durante períodos de crise no setor exportador.

²⁶ Dean, Warren – A Industrialização de São Paulo, 1880-1945, Difel, 1971.

Dentro dessa idéia, Dean (1971) afirma que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), interrompeu um processo de desenvolvimento industrial que estava em andamento antes da deflagração do conflito. Aqui diverge de Iglesias (1982, p.80-83)²⁷, que acredita que a guerra “força” o país a intensificar a sua industrialização e a suprir sua demanda interna, que outrora era abastecida pelas importações.²⁸

A mais significativa contribuição de Dean (1971), é o estudo das origens do capital e do empresariado industrial. Ele salienta que os cafeicultores investiram em bancos, estradas de ferro, promoção de imigração, e em menor escala, na indústria de transformação. Contudo, o papel mais importante coube aos importadores e imigrantes, principalmente, ao grupo social formado pela superposição dessas duas categorias. (DEAN, 1971, p.120-124 e 194)

Outro autor atuante nesse debate sobre a industrialização é Martins (1986). Para ele, ao contrário do que pensa Dean (1971), não foi necessariamente o café que propiciou o surgimento de uma “economia monetária”.

Para este autor (1986, p.106) “o café foi antecedido por um ciclo da cana-de-açúcar na região central e na região litorânea de São Paulo”, além de que, “desde o século XVIII algum tipo de economia exportadora existia em São Paulo.”

E completa:

[...] a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria.

Sendo assim, essa pequena introdução ao debate acadêmico acerca das origens da indústria no Brasil serviu-nos para compreendermos a complexidade das relações econômicas que ocorriam no início do século XX, e como, vários pesquisadores as entenderam.

²⁷ Iglesias, Francisco – A Industrialização Brasileira, p.80-83.

²⁸ Martins (1986, p.101), aponta autores, como Roberto Simonsen e Antonio Castro, como compartilhadores da ótica de Iglesias (1982), ou seja, que explicam a industrialização brasileira, a partir da substituição de importações. Segundo Martins (1986), para esses autores, a Primeira Guerra Mundial é considerada um ponto essencial de referência na consideração dos fatores de industrialização, já que a partir da análise de dados estatísticos, afirmam que a guerra favoreceu o crescimento industrial.

4.2 – Metodologia de Análise sobre a Indústria na Cidade de São Paulo

Através de Silva (1976, p.77) a nossa pesquisa constatou que no Estado de São Paulo em 1885, existiam 13 indústrias têxteis com 1670 operários, e 3 fábricas de chapéus com 315 operários, tendendo a ter uma localização espacial própria, já que são dependentes de vias de transporte e energia, como também, local de despejos detriticos.²⁹

Para este autor, analisando os dados do Censo Industrial de 1907, mesmo que sugerindo uma margem de erro elevada (50% no caso do Estado de São Paulo) acerca dos dados apresentados, é de se supor que nas primeiras décadas do século XX, o padrão industrial no país característico era da maciça presença da grande indústria (empresas com mais de cem operários). Eram essas empresas que controlavam a maior parte da produção. Para Silva (1976, p.91) os dados do Censo de 1907,

[...] indicam que, feitas essas correções, as nossas “grandes empresas” reagrupariam ainda no antigo Distrito Federal, 58,4% do capital, 43,7% do número de operários e 38,5% do valor da produção. Ao mesmo tempo, o número de “grandes empresas” sobre o número total de empresas, cai de 9,9% para 5,2%. Ao fazermos os mesmos cálculos para o Estado de São Paulo, aumentando a margem de erro ao nível do valor da produção para a elevada percentagem de 50%, verificamos que as “grandes empresas” passam a representar apenas 8,1% do número total de empresas, contra 22,1% de acordo com os dados do Centro. Esse pequeno número de “grandes empresas” controlaria ainda 65,5% do capital, 55,7% dos operários e 51,6% do valor da produção. Notemos, finalmente, que esses cálculos reafirmam também a importância decisiva das empresas que empregam ao mesmo tempo 100 ou mais operários e 1.000 ou mais contos de capital. [...] Para o estado de São Paulo, aplicadas as hipóteses de correção, esse grupo passa a representar 3% do número de empresas, 53,5% do capital, 31,2% dos operários e 34,2% do valor da produção.

²⁹ Ainda com Silva (1976, p.77) temos outros números sobre a indústria paulista: “Em 1901 entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregam de 10 a 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 200 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada uma e uma empresa possui cerca de 800 operários”.

Ao mesmo tempo, Silva (1976, p.89) ressalta a partir dos dados levantados pelo Censo, que são essas “grandes empresas” e não as pequenas e médias, que mais cresciam nesse início de século. Diz:

[...] não pretendemos negar [...] o caráter incompleto das estatísticas de 1907 que não cansamos de afirmar [...] Mas podemos afirmar que o crescimento das empresas com 100 ou mais operários é provavelmente tão espetacular quanto se pensava ser o crescimento do conjunto da produção industrial; e que são essas empresas as que crescem mais rapidamente durante o período. O que significa reafirmar a importância relativa dessas empresas.

Antes mesmo de analisarmos detidamente os dados do Censo de 1907, seria importante explicarmos a opção por esse Censo, em detrimento talvez, do censo de 1920, por exemplo.

Essa opção se deu pelo fato de que nossa intenção é demonstrar quais eram as maiores indústrias na cidade de São Paulo nesse período (1900-1917) e também a presença de ramos heterogêneos.

Para escolhermos o Censo de 1907 e não o Censo de 1920, ou mesmo, não analisar os dois censos, tivemos como premissa, evitar alguma comparação entre eles, algo que com o uso de ambos seria inevitável, já que só se teria sentido essa demonstração de dados dos dois censos, se pudéssemos vislumbrar uma evolução ou mesmo uma queda na produção industrial nesse período de pouco mais de dez anos.

Essa comparação não seria correta, já que como foi ressaltado anteriormente, houve muitas controvérsias entre os estudiosos da indústria brasileira sobre a dinâmica que esse setor da economia teve, derivado da Primeira Guerra Mundial, o que poderia, sem nenhum tipo de “ajuste” estatístico do Censo de 1920, ocasionar graves erros de análise (essa crítica a uma comparação dos dados do Censo de 1907 com os do Censo de 1920, foi feita também por Martins (1986, p.102)).

Por mais que o Censo de 1907 possa conter deficiências, estas são menores que a do Censo de 1920, já que a metodologia de Silva (1976) tentou saná-las através desse “ajuste” estatístico, o que minimizaria prováveis erros na

interpretação dos dados. Entendemos também que, embora alguns estudiosos, como Martins (1986) critiquem a metodologia de Silva (1976), não oferecem uma outra que buscasse corrigir as distorções dos dados apresentados pelo Censo.

Outra motivação na opção da metodologia de análise de Silva (1976), foi porque esse autor ao dividir as indústrias constantes no Censo Industrial de 1907, pelo valor do Capital e número de operários, facilitou-nos a compreensão da distribuição deste ramo econômico pela cidade. Além disso, esse método de análise, ao separar os estabelecimentos em grandes e pequenas indústrias, possibilitou ao nosso ver, uma melhor compreensão, no que tange ao porte das indústrias então existentes.

São Paulo foi privilegiada na coleta dos dados (junto com a cidade do Rio de Janeiro) por ser então, naquele período, uma das principais cidades que continham indústrias. Dessa forma, como o próprio Silva (1976) admite, possíveis erros no censo, deviam estar nos dados recolhidos em áreas mais afastadas.

Importante é que, independente de qual seja a estatística utilizada (original ou corrigida), os dados apresentados sugerem a predominância da grande indústria em São Paulo, o que significa a permanência do mesmo padrão industrial na cidade, seja em qual das duas se analisar.

Para realizar de forma satisfatória a análise dos dados do Censo de 1907, Silva (1976) emprega uma metodologia na qual separa o artesanato, a manufatura e a grande indústria. Isso porque no Censo todas essas categorias aparecem agrupadas como “indústria”. Segundo essa metodologia,

a manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam. Nas duas primeiras, o número de trabalhadores é tal que o proprietário não se ocupa mais diretamente da produção e que a sua subsistência assim como a expansão da empresa não dependem mais diretamente do seu trabalho. Elas são todas as duas empresas capitalistas. Por sua vez, a fábrica distingue-se da manufatura ao nível do valor, uma outra organização técnica do trabalho caracterizada fundamentalmente pela mecanização. (SILVA, 1976, p.82)

E completa: “É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção – chave do sistema capitalista – torna-se uma realidade técnica”. (SILVA, 1976, p.82)

Atentando-se às afirmações de Silva (1976), passaremos a analisar os dados do Censo Industrial de 1907, procurando então as várias informações ali constantes que podem nos auxiliar no entendimento do processo de industrialização na capital paulista. Para tal empreitada, organizamos os dados encontrados, já que no Censo tais dados se encontravam dispersos.

4.3 – A Indústria em São Paulo nas Primeiras Décadas do Século XX

O Censo Industrial nos mostrou que em 1907, a capital paulista comportava 154 empresas das 326 arroladas no estado inteiro (na capital tinha-se então 47,24% de todas as empresas do estado) e 13.314 operários, de um total de 24.186 no estado, ou seja, mais de 50% dos operários do estado estavam na capital.

Através da análise dos dados do Censo, construímos duas tabelas relacionadas abaixo: a primeira sobre as principais indústrias que existiam nesse período em São Paulo e, a segunda tabela demonstrando a distribuição dessas indústrias, conforme o número de operários.

Tabela 4.1 - Principais Indústrias na Cidade de São Paulo – 1907³⁰
(100 ou mais operários e 1000 ou mais contos de réis de capital)

Proprietário	Ramo	Capital (mil-réis)	Operários
Cia Nacional Tecidos de Juta	Fiação e Tecelagem	8.793:000\$000	1.500
Regoli, Crespi & Cia	Fiação e Tecelagem	2.000:000\$000	610
Cia Nacional de Phosphoros	Fósforos	2.000:000\$000	600
Cia Industrial São Paulo	Fiação e Tecelagem	3.200:000\$000	500
F.Matarazzo (Fáb. Mariângela)	Fiação e Tecelagem	2.000:000\$000	450
Vidraria Santa Marina	Vidros e Cristais	1.040:000\$000	408
Cia Fabril Paulistana	Fiação e Tecelagem	3.687:151\$000	400
Cia Antarctica	Cerveja	10.000:000\$000	362
Cia Mecânica Importadora de SP	Fundição e Obras Sobre Metais	5.000:000\$000	353
F.Matarazzo & Cia	Moagem de Cereais	4.000:000\$000	200
Cia Aramina	Fiação e Tecelagem	1.500:000\$000	200
Maggi Enrico	Cordoalha	1.000:000\$000	150

Org: Amir EL Hakim de Paula – 2005

Fonte: Censo Industrial do Brasil – 1907 – O Brasil – Suas Riquezas Naturaes; Suas Industrias.

³⁰ Segundo Dean (1971, p.8), “[...] o padrão de moeda no Brasil foi, até 1942, o mil-réis. Um mil réis escrevia-se 1\$000. A moeda divisionária era o real 9 no plural, réis), 1000 dos quais constituíam o mil –réis. [...] Usava-se conto ao falar em grandes importâncias em dinheiro. Equivalia a 1.000 mil-réis e escrevia-se 1:000\$000 ”.

Tabela 4.2 - Distribuição dos Estabelecimentos Industriais e dos Operários neles ocupados, segundo o número de operários, por faixas de emprego, na cidade de São Paulo em 1907

Faixa de Empregos de Operários	Até 09	10 a 99	Mais de 100	TOTAL
Estabelecimentos	30	87	37	154
(Total / %)	19,50 %	56,50 %	24%	100%
Operários	159	2.724	10.431	13.314
(Total / %)	1,20%	20,45%	78,35%	100%

Org: Amir El Hakim de Paula – 2005

Fonte: Censo Industrial do Brasil – 1907 – O Brasil – Suas Riquezas Naturaes; Suas Industrias.

Através da análise da tabela 4.1, entendemos que dentre os 154 estabelecimentos encontrados na cidade de São Paulo pelo censo, 12 poderiam ser classificados, segundo a metodologia de Silva (1976), como “grande indústria”, por possuírem mais de 100 operários e um Capital superior a 1.000 contos. Entre as grandes indústrias, encontramos duas ligadas à família Matarazzo, o que demonstra a força desse clã industrial nesse princípio de industrialização paulista.

Chamou-nos igualmente a atenção a grande força econômica da Cia Nacional Tecido de Juta, do industrial Jorge Street, visto que possuía o segundo capital empresarial e era a que possuía o maior número de trabalhadores.

Mais do que isso, a tabela 4.1 demonstrou a supremacia da indústria têxtil. Apesar dessa supremacia têxtil, verificamos a presença de estabelecimentos de variados ramos industriais, como a Cia Antartica (Cerveja) e da Cia Mecânica Importadora de São Paulo (Fundição e Obras sobre Metais).

No caso da tabela 4.2, podemos constatar a força dessas indústrias com mais de 100 operários (inclusive as de capital menor de 1000 contos). Apesar de serem 37 estabelecimentos, num universo de 154, e representando em números menos de ¼ do total de estabelecimentos, essas indústrias possuíam mais de 78% do total operário de então, como também, foram alvos das grandes manifestações operárias desse período, como a Greve Geral de 1917, apontada por Lopreato (2000), como tendo início, a partir das reivindicações das trabalhadoras do Cotonifício Crespi.

As indústrias com mais de 100 operários em vários ramos, como os de Calçados, Chapéus, Produtos Cerâmicos, entre outros, não se configuraram como grande indústria, porque não atingiram o Capital de 1000 contos. O Censo também apontou a existência de outros ramos industriais, como o de Chumbo e Zinco, Cal e Cimento, Máquinas e Serrarias.

Entendemos que, embora nas primeiras décadas do século XX, a economia brasileira e, por conseguinte, a paulista, baseava-se no modelo agroexportador, é de se supor que a indústria que estava surgindo já tinha uma participação importante no conjunto da economia, fazendo com que a participação operária nesse contexto, principalmente na cidade de São Paulo, denotasse já grande expressividade. (CANO, 1998, p.235-254)

As indústrias de grande porte na capital paulista estavam, nesse início de século XX (1907) nos bairros do Brás, Mooca e Barra Funda, por exemplo. Isso para Hardmann (1982, p.133) deveu-se a duas motivações principais, que seriam, a presença de

ferrovias (transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores imigrantes, transporte de bens industriais produzidos) e os rios (além da função de transporte, surgiram como fontes de energia hidráulica e hidrelétrica, além de servir de depositários, desde cedo, dos detritos industriais, especialmente no caso dos curtumes, fábricas de papel e tecnologia).

Além de Hardmann (1982), outros autores demonstraram também a dependência da indústria por uma via de comunicação rápida, como a ferrovia. Dentre eles, podemos citar Langenbuch (s/d, p.06). Para o autor:

[...] grande número de estabelecimentos foram implantados na contiguidade imediata da ferrovia Santos a Jundiá, o que lhes assegurava a obtenção de desvios privativos, através dos quais podiam receber os vagões diretamente em seus pátios e armazéns.

De alguma forma para nós, esse fato mostra-nos como a indústria se apropriou (mesmo que não totalmente) de um meio de transporte que no seu início, prioritariamente, funcionava como escoadouro do café.³¹

Afora a concentração industrial nas faixas várzeanas e ao longo de linhas férreas, a cidade de São Paulo tinha segundo Langenbuch (s/d, p.07), entre o período de 1875 á 1915, também presença industrial em bairros que não estavam próximo as ferrovias ou a rios. Entretanto, como o próprio autor demonstra, esses bairros não chegaram a formar concentração expressiva. São o caso da instalação da Cervejaria Guanabara na Vila Mariana e uma fábrica de Curtume em Perdizes.

Com a implantação da indústria, o século XX será o século de São Paulo, quanto à expressividade econômica que o Estado, e por conseguinte, a sua Capital teriam. Liderando essa expansão econômica, a indústria pouco a pouco moldará a cidade às suas necessidades.

Se o crescimento econômico derivado das vendas de café forçou um intenso processo de urbanização, entretanto seria com a indústria que esse processo teria uma expressividade maior, seja pelo aumento de população, como também pela incorporação de novos espaços.

Mais ainda é no século XX que a urbanização acontece com maior intensidade. Sobre isso diz Hardmann (1982, p.122)

[...] a expansão acelerada da cidade de São Paulo esteve subordinada ao capital comercial cafeeiro, após 1870, porém na última década do século, os condicionamentos que o Capital industrial nascente

³¹ A primeira estrada de ferro a surgir foi organizada pelo Governo Imperial, no fim de 1859, se estendendo do Vale do Paraíba ao norte de São Paulo e sudeste de Minas Gerais.

Depois desta, surgiram outras de Capital nacional (caso da Paulista e a Mogiana). A Paulista e a Mogiana foram construídas com Capital privado, em grande parte derivado dos grandes fazendeiros de café (Cano 1976), enquanto que a ferrovia Santos-Jundiaí foi patrocinada por Capital inglês, de uma empresa organizada em 1858, com o nome de Railway & CO Ltda.

Dentre as várias ferrovias surgidas em fins do século XIX, na capital temos, com uma das principais a Santos-Jundiaí. Era a via que aglutinava em suas margens a maior parte das indústrias, dado a importância do porto de Santos, visto que grande parte das matérias primas era importada. Um ponto a destacar seria o fato de que até meados da década de 20 do século passado, havia uma grande concentração de indústrias no trecho, entre as estações da Barra Funda e Mooca.

Outra ferrovia de importância industrial era a Sorocabana, paralela á Santos-Jundiaí, no trecho entre as estações da Luz e da Lapa.

Desta forma, percebemos como as ferrovias, as indústrias e também as moradias operárias acabavam formando na cidade um grande aglomerado, que era de grande importância econômica no início do século passado.

provocava sobre o crescimento e a fisionomia da cidade já podiam ser notados.

Tendo em vista todos os processos citados (capitais investidos na indústria e ampliação do processo de urbanização), a São Paulo do início do século XX já não pode ser chamada apenas de “capital do café”. Já são mais de 150 fábricas instaladas, em que trabalham mais de 13.000 operários (Censo de 1907), que em sua grande maioria são imigrantes, perfazendo quase 4% da população total de 300 mil habitantes, revelando, no nosso entender, uma grande expressividade do operariado na cidade.

Esse contingente de operários, era em sua maioria de origem estrangeira, e entre estes havia uma expressividade entre os mediterrâneos, ou seja, italianos, portugueses e espanhóis. Analisando a composição da mão-de-obra de algumas fábricas da cidade no início do século XX, Carone (2000, p.78), mostra que:

[...] a Fábrica de Tecidos de Antonio Álvares Penteadó emprega mais de 800 pessoas, na maioria estrangeiros; a Fábrica de Móveis Irmãos Raffinete emprega entre 40 e 50 homens, em maioria estrangeiros; a Oficina de Lapidação de vidro dá trabalho a 28 pessoas, sendo 10 estrangeiros; a Fábrica de Caçados Paulista não tem um só operário nacional.

Através da análise de Carone (2000) fica evidente a grande presença estrangeira na composição da classe operária em São Paulo. Entretanto, cabe ressaltar que os imigrantes estiveram presentes em outros setores da economia paulistana, como no comércio e bancos, seja como trabalhadores ou como empresários.

No caso específico da indústria, por um lado os imigrantes eram a grande maioria na composição da mão-de-obra; por sua vez, na condição de empresários, em certa medida, rivalizavam com os de origem nacional. Sendo assim, ao contrário do que ocorria quando se tratava de mão-de-obra – em que havia predomínio estrangeiro - entre os “capitães” da indústria, a composição era diferenciada. Logo, é se necessário, entendermos, um pouco que seja, acerca dessa origem.

4.4 – Origens da Burguesia Industrial Paulista

Para Dean (1971, p.41), a Burguesia Industrial provêm de dois grupos distintos: a Burguesia Rural e a Burguesia Imigrante.

Para ele, essa Burguesia Rural tinha como principal produto de exportação, o café, e dos capitais advindos da exportação dessa rubiácea, houve uma aplicação dos recursos na implantação de estradas de ferro e posteriormente, parte desse capital foi empregado em empreendimentos comerciais e industriais. (DEAN, 1971, p.50)

Essa transferência de recursos do café favoreceu também o surgimento de bancos, entre os grandes cafeicultores, como forma de financiarem a expansão dos cafezais. Sobre isso diz Dean (1971, p.50)

O financiamento do comércio do café continuou sendo, em grau considerável, um negócio local. O comércio dividia-se em duas partes: os corretores (comissários), que forneciam créditos aos lavradores, e os exportadores, que lidavam com os corretores.[...] Alguns fundaram firmas exportadoras ou se meteram em bancos.

Entretanto não podemos afirmar com total segurança, que alguns desses bancos foram promotores, através de empréstimos, também das indústrias ou mesmo contribuindo com o crescimento de algumas delas, mesmo porque, para Dean (1971, p.43), parte desses bancos administrados por cafeicultores foram logo “eclipsados” pelos bancos de capital internacional.

A partir dessas diversificações econômicas, os cafeicultores também se interessaram em aplicar recursos na indústria, estando presentes em vários ramos, como os de enlatamento de carnes, serrarias, fábrica de cal, cimento e vidrarias.

Dentre esses “fazendeiros-industriais”, denominação que Dean (1971) emprega aos cafeicultores que investiram na indústria, podemos citar, Rodolfo Miranda, proprietário de fábrica de tecidos em Piracicaba, Eloy Chaves, dono de fábricas de tecidos em Jundiaí e Antonio da Silva Prado.

Este último de família com grande tradição era neto do Barão de Iguape e, segundo Martins (1986, p.112), alguns de seus parentes foram importantes comerciantes ainda no século XVIII.

Foi diretor e presidente da Companhia Paulista e esteve envolvido na criação de fábricas de diversos ramos, como garrafas, couro e carnes congeladas, sendo inclusive, diretor da Vidraria Santa Marina, empresa que, à época do Censo Industrial de 1907, possuía mais de 400 operários. Esteve ligado a vários cargos públicos de importância nacional, como Ministro da Agricultura no Império, e no âmbito local foi prefeito da cidade de São Paulo (1899-1910) sendo responsável, segundo Dean (1971, p.53) pelo “embelezamento da cidade, que envolveu gastos consideráveis em obras públicas”.

O caso de Antonio Prado pode ser exemplar, já que, para alguns autores, como o próprio Dean (1971), ele revelaria uma passagem de mentalidade, do fazendeiro, do modo de produção escravista, ao industrial, do modo de produção capitalista. Entretanto, essa visão para Martins (1986, p.112) é errônea, visto que, “Prado nasceu e cresceu na cidade de São Paulo, longe das fazendas”, além do que, diz ele:

Não me parece que a biografia de uma única pessoa, quando estudada como exemplo e não como caso, seja a melhor maneira de explicar a habilidade empresarial e a acumulação de capital. É mais importante ter em conta, sua reprodução e as condições da sua reprodução.

Com relação à origem dos industriais imigrantes, encontramos desde aqueles que ao país chegaram pobres e que, por diversas razões (como casamento, por exemplo) se tornaram industriais (na verdade, o número deles é inexpressivo), até os que já chegaram ao país com algum pecúnia como importadores. (casos de Crespi e Jafet).

Para Dean (1971, p.58), o imigrante que conseguiu tornar-se dono de “grande indústria” era derivado geralmente da classe média e não um “obstinado” trabalhador, que através de um regime de privações, poupou recursos que possibilitaram-no ser dono de empresa. Diz o autor: “Os imigrantes que se meteram no comércio e na indústria, eram de origem pequeno burguesa; sua

experiência e seu treinamento, segundo se pode presumir, os predispunha a tais ocupações”.³²

O fato de muitos imigrantes importadores tornarem-se grandes industriais, deve-se, segundo Silva (1976, p.94-95), ao fato do país, no final do século XIX e início do século XX, depender da importação de diversas mercadorias, muitas delas de primeira necessidade, além do que, o comércio interno ser, em grande parte, dominado por esses importadores.

Muitos desses imigrantes representantes de importadoras ou mesmo donos das mesmas conseguiram multiplicar exponencialmente seus capitais, já que, de alguma forma, monopolizavam vários produtos, seja de primeira necessidade ou os de luxo. E se esse enriquecimento propiciou sua passagem do patamar de importador para o de industrial, outro tipo de mudança, só que dessa vez de ordem social, também ocorreu.

Num primeiro momento, grande parte da Burguesia Rural, enxergava todos os imigrantes com certo preconceito, já que aos milhares eles dirigiam-se ao país, muitas vezes fugindo da miséria. Passando-se alguns anos e principalmente com o enriquecimento de alguns deles, essa elite, pelo menos com relação á esses últimos enriquecidos, passou a vê-los, como um exemplo de *self made man*, homem que conseguiu amealhar riquezas, através de uma vida cheia de privações.

Com esse enriquecimento, o casamento entre a elite cafeicultora e esses industriais, de origem imigrante, tornaram-se comuns. Temos o caso de Siciliano, que se casou com Laura de Mello Coelho, filha de rico fazendeiro, ou mesmo, a filha de Rodolfo Crespi, que “consoiciou-se com um Da Silva Prado”. (DEAN, 1971, p.81)

Para Silva (1976, p.97), mais do que uma questão sentimental, o casamento entre essas famílias “facilitou uma certa fusão de capitais”.

Independentemente, de essas fábricas serem de um industrial de origem rural ou imigrante, o fato é que com as indústrias, a cidade transformou-se, tornou-

³² Dean (1971, p.59), cita alguns imigrantes que num primeiro momento eram operários e que se transformaram em donos de fábricas. Esses são os casos de “Dante Ramizoni, fabricante de chapéus, e Nicolau Scarpa, dono de moinhos e fábricas de tecidos”.

se mais rápida mais dinâmica. O modelo fabril se inseriu no dia-a-dia das pessoas. Agora era o barulho das sirenes das fábricas que as acordava e não mais o galo, representante da vida mais simples; e o anoitecer não significa fim do expediente, pois a energia elétrica prolongava o barulho das máquinas.

A tranqüilidade das ruas foi aos poucos modificada pela agitação das pessoas que saíam das fábricas. A máquina não podia esperar, por isso as pessoas corriam. A cidade que recebeu a indústria rendia-se a ela e se transformava com isso. A partir de então, ruas foram ampliadas, praças destruídas, prédios construídos.

A cidade cresceu desordenada aos olhos dos que viviam nela. Mas esse pretense caos tinha um grande motivo: a lógica do Capital Industrial. É para ele que a cidade devia ser moldada. Como diz Carlos (1979, p.35), "o espaço urbano aparece aos seus habitantes como caótico e desordenado [...]" Entretanto, "[...]" enquanto pressuposto das condições de reprodução do Capital, o espaço deve permitir o desenvolvimento articulado e simultâneo dos processos de produção, distribuição, circulação e troca". O caos perceptivo à maioria das pessoas significa a instalação da "ordem" do Capital.

Assim, cada vez mais a indústria mudava a cidade. Ela já não se resumia mais a um pequeno núcleo central rodeado de grandes chácaras. As ferrovias, próximas aos rios, tinham as fábricas em suas margens. As indústrias cresciam sem parar. E, no entorno das fábricas, bairros se constituíam ou cresciam. Eram povoados por seus operários.

Por outro lado, a burguesia industrial fazia o mesmo que sua antecessora, a burguesia cafeeira. Procurava refúgio nos locais afastados da cidade (mas não arrabaldes), longe do barulho das máquinas, da poluição, instalando-se na região da avenida Paulista e nos bairros-jardins, que começavam a aparecer nas primeiras décadas do século XX.

A indústria moderna não trouxe à cidade a possibilidade de um espaço mais democrático, mesmo com toda a sua tecnologia. Sua "modernidade" se resumiu à chegada das novas máquinas. A cidade industrial ainda não eliminou os preconceitos da capital do café. Modificou-os, como também já são outros os

senhores, entretanto, as diferenças entre os grupos sociais perduravam, só que com novas roupagens.

De um lado bairros mais arborizados como Campos Elíseos, enquanto do outro lado da cidade, os operários se amontoavam em bairros, como o Brás, a Mooca, o Cambuci, Lapa, Água Branca e tantos outros, que a partir desse momento serão conhecidos pelo que abrigam: A indústria e os operários. Seriam para muitos autores, por isso, bairros mistos, isto é, ao mesmo tempo industriais e operários.

A cidade que o Capital Industrial construiu, excludente e segregada, teria vários conflitos nesse período. E o operário teria um papel primordial nesse processo de tentativa de ruptura na luta por uma cidade mais pública, que fosse da maioria da população.

CAPÍTULO 5 - RELAÇÃO DO OPERÁRIO COM A CIDADE DE SÃO PAULO: POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHADOR!

Sabemos que o grande crescimento populacional e geográfico da cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século passado aconteceu, primeiramente, devido às exportações do café e a chegada de grandes levas imigrantes e, posteriormente, ao advento da indústria.

Esse crescimento envolveu também mudanças referentes a uma maior atuação da elite cafeeira e industrial na cidade. Esta elite, acoplada ao Capital internacional, realizou diversas melhorias, como a instalação de serviço de água e esgoto, instalação de bondes elétricos, alargamento de ruas, entre outros.

Demonstramos que todas as modificações físicas que foram feitas na cidade, "coordenadas" pela elite, acabaram redundando, na maioria das vezes, em benefícios exclusivos a essa pequena parcela da população.

As melhorias aconteceram para uma determinada parcela da sociedade, já que como mostrou Rolnik (1999) tratava-se antes de tudo, de uma maneira de delimitar os espaços de cada grupo social na cidade, como forma de criar nela hierarquia³³ espacial.

Para nós, na cidade de São Paulo desse período, havia, uma hierarquia espacial, pois qualquer transformação que buscasse melhorias como saneamento básico, energia elétrica, ruas arborizadas, era feita levando-se em conta uma ordem de prioridades, sendo os bairros ricos, muito mais privilegiados por essas obras, do que os bairros populares.

Em outras palavras, a cidade foi dividida entre a elite que ocupava as regiões nas quais as melhorias ocorriam ou que tivessem esses locais como alvo, e portanto mais valorizadas, enquanto a classe operária ocuparia regiões da cidade onde o preço da terra era menor, próximas às fábricas.

Dentro da perspectiva de que a cidade transformava-se de forma desigual, foi que percebemos que as melhorias estavam concentradas numa pequena parte

³³ Adotando o significado apontado pelo dicionário Houaiss (2001), entendemos hierarquia como a "organização fundada sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto ou sobre relações de subordinação entre os membros de um grupo".

da cidade, mas eram realizadas por aqueles que constituíam a grande parcela da população, os operários, que pouco ou quase nada usufruíam daquelas.

Dessa maneira, um novo chafariz, ruas arborizadas e serviços de água e esgoto, só se concretizavam com o trabalho daqueles que conviviam diariamente com esgoto a céu aberto, poluição, entre outras inúmeras carências.

Em conseqüência, percebemos claramente uma cidade cindida, segregada. Por sua vez, isso aconteceu devido ao fato de que a cidade de São Paulo modernizava-se em conformidade com um grande processo de valorização; assim sendo, as melhorias de então somente interessavam àqueles que as coordenavam pelo lucro que pudessem auferir e não pensando no uso que podiam trazer.

Por conseguinte, as diferenças sociais não serão percebidas apenas na relação pura entre Capital e Trabalho (aqui compreendidas como a relação social de submissão que acontece dentro da fábrica), mas também em outra relação externa à fábrica, nas ruas, nos diferentes bairros que a cidade apresentava.

Embora a cidade seja na sua totalidade objeto de lucro do Capital, a região ocupada pela elite era aquela onde essa possibilidade de ganho era maior, pelo próprio padrão de renda que essa elite apresentava, ocorrendo que onde viviam os operários, se alguma melhoria aconteceu, ela foi fruto de reclamações e muita luta.

Isso posto, entendemos que, as diferenças sociais apresentadas na fábrica reproduziam-se na cidade, dando-se que entre a elite e o operário, além da diferença de prestígio social que acontece (seja no domínio da relação de trabalho ou no ganho recebido por esse trabalho), criou-se outra forma de diferença, só que de natureza espacial.

Carlos (1979, p.91), destaca tal processo, afirmando que:

[...] os antagonismos de classe entre capitalistas e proletários se reproduzirão também em nível espacial. Tais antagonismos que podem ser detectados, observando-se, por exemplo, as diferenças na distribuição da riqueza, aparecem espacialmente através de grandes diferenças de paisagens.

Graças a isso, a cidade segregada apresenta paisagens distintas: os ricos possuem ruas mais limpas, arborizadas, enquanto os mais pobres, vivem em áreas de várzea, aparecendo São Paulo como duas "cidades" numa só: a dos ricos e a dos pobres.

Desta forma, para nós, a geografia do operário na cidade de São Paulo, não significa apenas e tão somente identificar os locais que este ocupa, mas sim tentar-se apreender como o operário vivia numa cidade, que embora construída por ele, pouco lhe servia, sendo na maioria das vezes tão opressiva quanto seu local de trabalho.

Dentro desta hipótese é que procuraremos a partir de agora relacionar o operário e a cidade, cidade que ele luta para tornar mais democrática e de uso menos privativo.

5.1 - Condições de Trabalho

Muitos autores³⁴ procuraram compreender a vida do operário do início do século XX. Suas obras relatam com muita precisão a situação de quase miséria que a grande maioria deles vivia.

Entretanto, poucos se preocuparam em definir mais objetivamente, quais trabalhadores ou grupo de trabalhadores se encaixariam nessa classe. Assim, antes mesmo de analisarmos as condições de trabalho dessa categoria, gostaríamos de conceituar quais são, para nós, os grupos de trabalhadores que se encaixam no perfil de classe operária.

De Decca (1987) cita um relatório do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de 1927 (Recenseamento operário da Capital), ou seja, dez anos após o ano limite de nosso estudo, 1917, o qual descrevia na cidade de São Paulo os operários, como sendo trabalhadores dos mais variados ramos industriais e de serviços urbanos, tais como:

Fiação e tecelagem, construções e materiais, padarias, hotéis, bares e chopes, cafés e botequins com garçons, massas alimentícias, frigoríficos (gêneros alimentícios), manufatura de ferro, estradas de ferro (Estrada

³⁴ Rago (1987), De Decca (1987), Hardman (1982,1983).

de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Estrada de Ferro Central do Brasil), diversos estabelecimentos industriais e fábricas (chapéus e bonés, eletricidade, roupa branca, brinquedos, manufatura de fumos, óleos, etc), calçados e artefatos de couro, manufatura de madeiras, estabelecimentos gráficos, indústrias de vidro, automóveis e acessórios, produtos e preparados químicos, bebidas diversas (fábrica de cerveja, licores e xaropes), papel e papelão, manufaturas de metais, borracha e mármore, viação e transporte (The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited), Companhia Telefônica Brasileira, Companhia de Gás (The São Paulo Gaz Company Limited), Serviços Públicos (Seção de Obras da Prefeitura, Água e Esgotos e Limpeza Pública, etc. (De DECCA, 1987, p.15-16)

Por intermédio dessa publicação, percebemos que esses operários pertenciam a uma gama extensa de profissões. Entretanto podemos citá-los como pertencentes a uma mesma classe (a operária), pois necessariamente dependiam da venda da força de trabalho para a sua sobrevivência. Na verdade, buscamos entender esses trabalhadores em seu conjunto, na sua totalidade enquanto classe, e não ficamos nas especificidades de cada profissão, já que ao nosso ver, a especificação profissional mais ocultaria as semelhanças que esses profissionais tinham, do que revelaria que estes formavam uma mesma classe social – essa que até por participar daquele momento do processo de industrialização, estava se desenvolvendo, e que por isso, ainda não aparecia com total clareza.

Singer (1994, p.05) ao estudar a composição dessa classe, concorda também que vários profissionais possam ser incluídos como operários.

Para o autor:

Todo mundo sabe o que é um operário: é aquele homem (ou mulher) que trabalha em fábrica, usando macacão e sujando as mãos na execução de suas tarefas. Mas esse é apenas o estereótipo do operário, isto é, a sua imagem convencional. Há muitos operários que não trabalham em fábricas, mas em fazendas, trens, portos, ônibus, hospitais, escolas, etc. [...] O conceito de classe operária, ou proletariado, se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda e que, por isso, são obrigados a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, a vender sua força de trabalho para poder viver.

Ao discorrer sobre o operariado brasileiro, Singer (1994, p.65) enumera algumas dessas categorias profissionais que podem ser consideradas como operárias. É o caso dos trabalhadores ligados ao transporte terrestre e marítimo, à

construção civil e aos serviços de utilidade pública (energia, comunicações, saneamento).

Entendemos que há diferenças entre esses trabalhadores, entretanto, não concordamos que por isso, cada grupo tem uma independência com relação à totalidade de classe.

Quando trabalhamos com a idéia de classe social, não queremos nos ater as diferenças que cada grupo de trabalhadores, conforme sua atividade, possui, mesmo que tenha a sua importância, pois na luta econômica, é evidente que as relações que determinam o pertencimento ou não a uma classe, são as relações no processo de produção e, não outras esferas, como o tipo de ofício dentro de uma fábrica, por exemplo.

Em nossa concepção, o operário paulistano desse período, não é apenas aquele que trabalha na indústria têxtil, mas também o que era empregado em alguma empresa (pública ou não), e realizava o ofício de pedreiro, carpinteiro, pintor, padeiro, eletricitista e jornaleiro em geral, como também, no serviço de ampliação da rede de água e esgoto.

Naquela época, se o trabalho era escasso na cidade, principalmente em períodos de crise econômica, a conquista de um emprego, especialmente nas fábricas, significava, na maioria das vezes, o fim do medo da fome, mas o início de um verdadeiro inferno, visto que, péssimas eram as condições de trabalho.

Nessas fábricas, se não bastassem as longas horas de trabalho (11 a 13 horas diárias), as multas, os castigos regulares por qualquer ato considerado indisciplinar demonstram que o ambiente fabril, para se dizer o mínimo, estava longe de ser o ideal.

O ritmo do trabalho era determinado pela máquina e qualquer erro podia custar ferimentos irreversíveis (como perda de dedos, membros do corpo) e não muito raro, a morte do operário.

As palavras de Paoli (1991, p.30) resumem o dia-a-dia fabril nas primeiras décadas do século XX. Diz a socióloga:

Todos os dias, operários e operárias entram pelos altos portões dos casarões amplos de chaminé altas, vigiados por funcionários que fazem

a revista e controlam a boa ordem de entrada após o chamamento dos apitos. Distribuem-se pelos vários salões, que seguem mais ou menos a divisão técnica do trabalho de produção. Muitas das máquinas que existem em cada uma destas seções foram meramente justapostas umas às outras por falta de espaço apropriado, pois certas fábricas cresciam e não adaptaram suas instalações físicas a isto.[...]. Nas fábricas têxteis, um pó denso e pequenos flocos de algodão voam pela ação dos ventiladores, tolhendo a respiração e atrapalhando a visão de todos. Na fiação, 50 ou mais fusos giram incansavelmente e os fios que se rompem são controlados, apenas, pela visão treinada. [...] Nas salas de preparação para a tecelagem, produtos químicos que exalam mau cheiro em ambiente fechado, onde 30 a 40 operários trabalham 11 horas, ou mais, se a fábrica define algumas horas extras a partir de suas conveniências.

Nesse mundo do trabalho, onde adultos e crianças estão sujeitados aos movimentos mecânicos, aquilo que segundo Paoli (1991), Foucault chamou de “corpos dóceis”, a vida insiste em não desaparecer.³⁵

Ela está nas brincadeiras que as crianças fazem quando o contramestre já não está por perto, ou mesmo, nas pequenas confusões que a jornada de trabalho enfatiante propicia. É o que vemos num processo policial de 1914:

3ª Delegacia Auxiliar

Em dez de fevereiro de mil novecentos e quatorze [...] ahi compareceu Pedro Gomes, hespanhol, com doze annos, operário [...] e declarou o seguinte: que as duas horas da tarde, mais ou menos, estava o declarante na fabrica onde trabalha brincando com um companheiro de nome Manoel de tal (sic), quando este sem motivo algum começou a insultar o declarante e em seguida feriu-o com uma faca no braço esquerdo, que este facto foi presenciado por outros menores. (Arquivo do Estado de São Paulo, série Processos Policiais, número de ordem 3265)

Se impressiona a agressão em si, não podemos esquecer que maior agressão à esses menores é a perda de parte de sua infância numa fábrica. Mesmo assim, as brincadeiras entram no espaço privado do patrão. Um tipo de resistência silenciosa, ousando transformar máquinas também em objetos de diversão.

Lógico, que eram poucos minutos, até o contramestre embrutecido perceber algo e através de bofetões colocar esses operários-mirins em suas

³⁵ Segundo Foucault (1977) citado em Paoli (1991), a fábrica é produtora de corpos dóceis, pois nesse espaço a força, a habilidade e a atenção, apresentam-se através de gestos proibidos e ausência de palavras.

“devidas” posições. Mas, mais importante é perceber que o operário, mesmo menor, dentro de sua ingenuidade, enfrentava e rompia com a dura realidade a que estava submetido.

Penteado (1962, p.62) era uma dessas crianças que insistia em não deixar a chama da vida apagar dentro da fábrica. Como disse o autor:

[...] após algumas horas de fábrica, eu ficava inquieto e começava a perambular pelas várias secções. Ia à engomadeira, à fiação, à tinturaria, ao alvejamento, aos liços, às maçarqueiras [...] e de cinco em cinco minutos, consultava o relógio, numa ânsia de ver-me livre daquela prisão a que fora condenado pela minha tia e por minha avó, que só assim podiam ver-se livres das minhas artes.

Se era comum o trabalho do menor em fábricas, como forma de baratear custos, também a presença de mulheres no trabalho fabril, teve como principal objetivo, uma possível queda no nível dos salários. E como os menores, as mulheres também sofriam muitos dissabores dentro da fábrica. Muitas, inclusive, se sujeitavam aos assédios freqüentes de contramestres e donos de empresas. Diz Penteado (1962; p.143) sobre isso: “Casos de patrões que seduziam operárias eram comuns nas fábricas [...] Muitas das vítimas, embora honestas, cediam, ante o fantasma do desemprego e, conseqüência deste, da fome”.

As indústrias maiores tinham uma arquitetura que condicionava os operários a uma situação de submissão.

Nessas fábricas, o operário se sentia pequeno e oprimido pela arquitetura imponente. Fábricas que existem até hoje e, são quase sempre admiradas pelo seu tamanho, o que pode demonstrar a empresa como forte, grande, e não por terem sido “prisões” modernas de trabalho.

Hardmann (1982, p.133-134) classificando-as conforme o aspecto externo e a relação com a época histórica de sua construção, chega a pelo menos três tipos de construções:

- 1) Colonial Brasileira (praticamente surgida no período Imperial). A fachada é similar á uma Casa-Grande, uma espécie de prolongamento da atividade agrícola e o Capital Industrial era originário de fazendeiros. Ex: Fábrica Votorantin.

- 2) Britânica Manchesteriana (do século XX). Neste padrão aparecia a fachada típica de tijolinhos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, o sistema moderno de fábricas esta implantado, revelando já, inclusive, sua subordinação ao Capital Internacional. Ex: Matarazzo na Água Branca.
- 3) Estilo Alemão. Eram construções retas e compactas, com dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas. Ex: Cervejaria Antártica na Mooca.



Foto nº 3 – Fachada do Cotonifício Crespi no Início do Século XX.

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

Eram locais sujos, de pouca ventilação e calor insuportável, pouco propícia a alguma sociabilidade, seja pela atenção constante ao trabalho da máquina, como também porque a conversa era quase impossível pelo barulho ensurdecedor, ou mesmo inibida através da cobrança de multas e também da aplicação de castigos, em sua maioria, em crianças.

Espaço interno que tinha que ser preservado, de forma que as máquinas e não os homens sofressem o menor risco de acidentes. Seria mais fácil trocar o operário do que arrumar outra máquina, e máquina parada atrasava a produção.

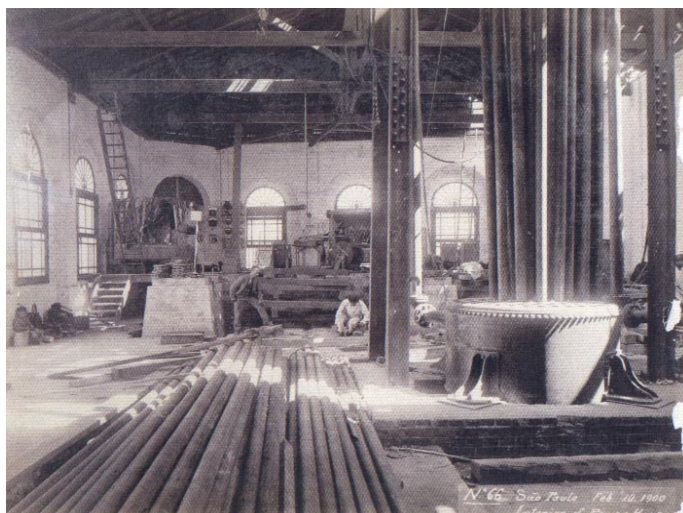


Foto nº 4 – Operários trabalhando numa Fábrica.

Fonte: Imagens de São Paulo – Gaensly no acervo da Light

Assistir a saída desses operários rumando às suas casas causava revolta, mesmo em alguns jornais não operários, próximos à elite, já que era visível a situação de extrema penúria desses trabalhadores. Esses jornais são unânimes em condenar a situação vivida por esses operários, principalmente os mais jovens. É o que se vê no jornal “Diário Popular”:

Descuro Cruel

Comove a quem assiste, às 6 da manhã, à saída do pessoal das fabricas que fez o serviço nocturno! Entre a multidão de homens e mulheres, um bando numeroso de crianças entre 6 e 10 annos, de aspecto tresnoitado, rostos amarelllos, quebrados pela fadiga de doze horas de trabalho nocturno. Numa idade em que aquelles frágeis organismos preparam-se para o trabalho quando adultos, permite-lhes o atrophamento do physico, a falta do repouso nocturno. Que geração de trabalhadores futuros pôde sahir dessa infância tão martyrisada pela exploração ou necessidade paterna e pelo descuro criminoso do poder público? (DIARIO POPULAR, 7/4/1913, p.2)

A saída do trabalho poderia significar enfim o momento do descanso merecido. Entretanto, para a grande maioria desses operários, a casa, quase sempre, era um local tão insalubre quanto o local de trabalho. Para melhor

exemplificarmos isso, nossa próxima discussão envolverá o entendimento sobre as diversas formas de moradia operária.

5.2 – As Moradias Operárias

A maior parte das residências operárias localizava-se próximo aos locais de trabalho, o que fez surgir os chamados bairros mistos industriais e operários. Bairros que estavam próximo às ferrovias e áreas de várzeas, como o Brás, Mooca, Barra Funda, Ipiranga, Cambuci entre outros.

Pelo exposto até agora e cientes das péssimas condições de trabalho e renda que a grande maioria dos operários vivenciava, percebemos que aos operários eram “reservados” dois tipos de habitações: as vilas operárias, e os quartos minúsculos, os chamados cortiços, onde habitava a maioria deles.

Não é nosso objetivo nessa pesquisa entender as particularidades de cada vila existente. Nossa principal tarefa ao citar a existência dessas vilas é compará-las com os outros tipos de habitação operária, como os cortiços, mas também, relacionar o espaço da vila com o seu entorno.

Com o advento da grande imigração no fim do século XIX, como vimos anteriormente, um grande fluxo de pessoas passou pela cidade de São Paulo, com destino às grandes fazendas de café.

Uma grande parte desses imigrantes se transformarão no proletariado urbano paulistano, e devido à baixa remuneração recebida, principalmente no trabalho em fábricas, suas moradias quase sempre são os cortiços.

Devido a isso, no início do século passado, surgiram na cidade, leis com a intenção de favorecer empresas públicas ou particulares na construção de casas para operários.

Segundo Carone (1979),

A lei municipal nº 468, de 14-12-1900, isentava de impostos as casas operárias, permitia o abaixamento do pé direito mínimo e o emprego de materiais dito de segunda, exigindo, porém, a previsão de três compartimentos com área mínima de dez metros cada um deles.

Como forma de expandir lucros, vários industriais começaram a construir conjuntos residenciais para operários. Entre estes empresários, estavam “principalmente industriais de tecidos, cujos estabelecimentos, naquela época pioneira, eram sempre muito próximos às linhas férreas, então os únicos meios de transporte de mercadorias e de passageiros”. (Carone, 1979, p.39)

Uma das primeiras vilas surgidas em São Paulo foi de construção da “Sociedade Economizadora Paulista” de 1907. Localizada próximo ao bairro da Luz, “era uma verdadeira cidadela ladeada, pelas avenidas Tamanduateí e Cantareira e pela já então importante via comercial que era a rua São Caetano”. Nos fundos, passavam “as linhas da São Paulo Railway, elevada sobre viaduto, dando ao local uma vista pitoresca e movimentada”. Além do que, “a localização era estratégica, relativamente próxima à estação da Luz, ao Jardim Botânico e várias fábricas”. (Carone, 1979, p.39)

Na capital, segundo Rago (1987, p.177), tivemos como principais, além da Vila Economizadora, a Vila Maria Zélia no Belenzinho, Vila Crespi na Mooca, a Vila construída pela Falchi ainda em 1890 no Ipiranga, entre outras.

Vimos com Carone (1979) que muitas dessas vilas nem sempre eram construídas com material de boa qualidade. Essa despreocupação com o material usado na construção de algumas delas, provocava algumas vezes o próprio desabamento de diversas casas, e o tão sonhado conforto do operário, transformava-se num amargo pesadelo.

Casas para Operários – Desabamento de uma Vila

Terça-Feira, atrazada, desabaram 10 casas que faziam parte da Vila Soares de Almeida, sita a rua Ipanema (...) Não há casas, em proporção, que mais rendam que as tais casas ditas para operários. Mas, coitados dos operários! Pagam uns aluguéis exorbitantes, exageradíssimos, e as casas oferecendo tão pouca segurança, caindo-lhes em cima e pondo-lhes a existência em sério perigo de morte! (A Plebe, 13/03/1920, p.2)

As casas das vilas operárias eram alugadas aos operários. Também eram construídas em locais pré-determinados (BLAY, 1981, p.92-95), nos bairros

operários ou próximo á estes, como forma de propiciar um manancial constante de mão-de-obra.

O empreendimento estava inserido dentro da lógica do capital, já que angariava grandes vantagens ao seu empreendedor. Para Rolnik (1981, p.70) "[...] todas elas [as vilas operárias] geram alguma forma de lucro para o industrial que as empreendeu".

Uma das vilas mais estudadas é a Vila Maria Zélia, construída pelo industrial Jorge Street, no início do século XX, da qual nos valeremos para nossa análise.

Segundo Carone (2000, p.176), a empresa de Jorge Street (Cia Nacional de Tecidos de Juta), na década de 10, ocupa uma área 3.000.000 m², era especializada em fiação, estampania e mercerização do algodão, como também:

[...] emprega 2.500 operários e possui quase 600 casas destinadas aos trabalhadores, com creche, jardim de infância, dois grupos escolares (com capacidade para 400 alunos), escolas profissionais, farmácia, médico, dentista, açougue, armazém, igreja, jardins, coreto, restaurante, etc.

Essa vila, em particular, nos interessou pela sua especial localização geográfica (era próxima à Liga Operária do Belenzinho, mas também de alguns salões operários e escolas modernas) como também, pelo grande porte da indústria a qual ela era ligada, que conforme a tabela 4.1, página 60, era a segunda em capital e a primeira em número de operários.

A vila Maria Zélia foi fundada em 1916, pelo empresário carioca Jorge Street, para abrigar os operários de sua empresa, a Cia Nacional de Tecidos de Juta, em troca de aluguéis. Localizada no bairro do Belenzinho, ao lado da indústria, a vila de operários tem próxima a si "vizinhos incômodos", como sede de salões operários, ou mesmo, em vários momentos, as ligas operárias, espaços que, com certeza, trariam a esse trabalhador, debates sobre a questão social. O mapa nº 1, página 84 demonstra isso.

Afora a cobrança de aluguéis, os moradores tinham armazéns onde podiam fazer compras. Havia teatro para diverti-los, a presença de escola e de uma igreja.

Entendemos que a existência desses equipamentos propiciava um controle sobre a vida desse operário. A sua família realizava esse controle quando, por exemplo, pedia-lhe a não participação em sindicatos ou mesmo paralisações, com medo que as represálias dos contramestres, ou de outros superiores da fábrica, redundasse em demissão e posterior perda do uso do imóvel.

Dessa forma, ocorria nessa vila, afora os controles ligados á vida do operário, um outro, que chamaremos de espacial. E o que seria esse controle espacial?

Primeiramente, entendemos que havendo todos esses equipamentos destacados num mesmo local, poderia se crer na satisfação desses operários.

A localização próxima à fábrica; a presença de armazéns de mercadorias de primeiras necessidades, a existência de escola para os filhos e filhas (escolas separadas por sexo), teatro e a igreja, podia aparentemente favorecer aos moradores-operários da vila uma vida sem necessidade de muita locomoção.

Não seria necessário sair dos muros da vila, já que quase tudo que o operário “precisaria” (segundo a elite) se encontrava na parte interna, o que numa primeira impressão parece-nos dizer que a concentração desses equipamentos facilitava a vida dos operários.

Isso acontecia, pois a vila oferecia, casa, armazéns para compras, lazer (teatro), acesso à educação (escola para meninos e meninas) e até amparo espiritual, já que tinha a presença de uma igreja católica.

Além desses controles sociais, aparece ao nosso ver, um outro tipo de controle, já que implicitamente havia uma tentativa de circunscrever a locomoção do operário ao âmbito da vila. E isso pode significar muita coisa.

A concentração desses equipamentos possibilitava o controle desse operário, promovendo uma diminuição dos contatos externos.

Significava, entre outras coisas, ir à escola, que pela proximidade, podia ter a influência de uma igreja, ao invés de ir a uma escola de outro tipo, como as “escolas modernas” de ensino racionalista; ir ao teatro "controlado" e não se

aventurar a assistir ao teatro operário, com suas peças revolucionárias, como o "Primeiro de Maio" de Pietro Gori, que ocorria em vários teatros da região leste da cidade; o armazém externo e o bar permitiam uma maior sociabilidade com operários de outras fábricas, algo que podia trazer para a vila e para a fábrica reivindicações e manifestações.

Percebemos então que essa “comodidade” oferecida pelo empresário tinha, entre outros objetivos, desestimular o contato do operário de sua fábrica com outros operários. Sobre esse controle espacial, ver mapa nº 1, página 84.

Os controles espaciais e sociais eram tão fortes na Maria Zélia, que segundo Petratti (1990, p.88), embora a escola da vila tivesse professores pagos pelo Estado, era comum a professora exigir de seus alunos uma frequência semanal nas missas da igreja.

Diz a autora:

[...] Aos sete anos de idade, as crianças passavam a freqüentar o grupo escolar.[...] Os professores pertenciam à rede oficial do ensino público e seguiam o programa da Secretaria da Educação [...] Apesar dos professores serem do Ensino Oficial público, para as meninas (pelo menos) haviam aulas religiosas.

Demonstra a autora inclusive, em fala de uma moradora que na escola,

[...] tinha aula de catecismo. Essas aulas para ir na igreja porque nós tínhamos que ir na igreja. Se ela [esposa do sr.Jorge Street] soubesse que nós não íamos na missa domingo, a gente ia de castigo. A professora punha nós de castigo. Precisava ir na missa todos os domingos. (PETRATTI, 1990, p.91)






Se as crianças eram obrigadas a irem à igreja, é de supor-se que com essa prática, a empresa preocupava-se com possíveis “desvios” de seus funcionários, ou mesmo, de seus familiares.

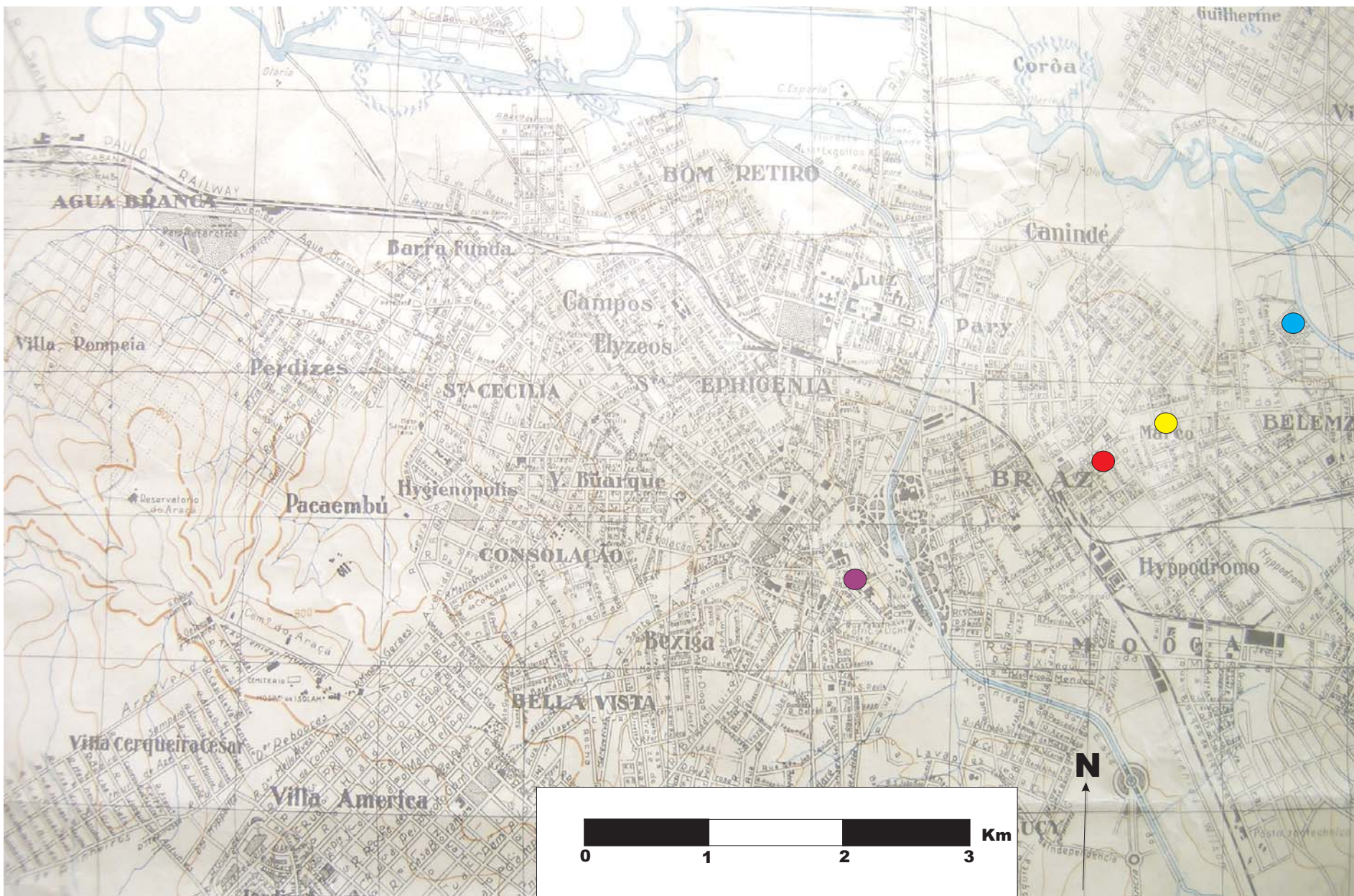
Como visto nessa análise, o fácil acesso dos operários aos serviços relatados anteriormente, poderia desestimular a busca por outros tipos de sociabilidade, como a frequência a sindicatos, centros de cultura operária, escolas modernas.

MAPA Nº 1

Salões Operários, Vila Operária Maria Zélia e Escolas Modernas

LEGENDA

-  Vila Operária Maria Zélia
-  Escola Moderna nº 1
-  Escola Moderna nº 2
-  Soc. Ben. Guglielmo Oberdan
-  Salão Celso Garcia



Planta da Cidade de São Paulo, 1924
Fonte: Hardmann (1983), Petratti (1990)
Org: Amir El Hakim de Paula

De alguma forma, o controle do operário fora da fábrica, através da vila, permite o seu autocontrole interno na fábrica. Os espaços (seja o da fábrica ou fora dela) eram controlados. Como diz Rago (1987, p.184),

[...] os poderes circulam em todos os espaços de sociabilidade do trabalhador: na fábrica, na habitação, na escola de seus filhos evidentemente separados por sexo, no armazém, na igreja ou no teatro. Do trabalho ao lazer, nenhum intervalo é esquecido por esta penalização diária e difusa da existência.

Ao contrário das vilas, o cortiço era um espaço sem nenhuma privacidade. Quartos minúsculos e banheiros coletivos eram duas de suas características.

Apesar disso e das duras condições encontradas, era um dos poucos espaços de sociabilidade operária, mas também dos operários com outros estratos sociais pobres.³⁶

Sobre essa mistura de grupos sociais, favorecida pelo espaço contíguo dos cortiços, diz Rolnik (1981, p.59):

A exiguidade do espaço mistura internamente filhos e pais, filhos homens e filhas mulheres, a família e agregados, comer e conversar ou dormir, etc. A contigüidade das casas mistura famílias, clãs, idade, etnias e destinos. O espaço semi-público do cortiço, corredor, avenida, pátio é vivenciado simultaneamente por grupos sociais diversos, que tem em comum o fato de serem os grupos mais miseráveis da cidade.

Grupos sociais diferentes, mas unidos no pouco espaço reservado a eles: o cortiço. Diferentes não só pela composição, mas pelo grau de organização. O operário se organizava em sindicatos e ligas de bairros: os outros estratos sociais eram como uma turba, mas também amedrontavam a elite. Nos cortiços, os vários grupos sociais tentariam conviver e criariam laços de sociabilidade.

Aqui, tanto quanto na vila, a geração de lucros é grande para seu empreendedor. Diz Kowarick (1981, p.312) “[...] o cortiço, enquanto modalidade de

³⁶ Segundo Rolnik (1981, p.59) habitavam os cortiços “[...] imigrantes recém chegados, recém ingressantes no trabalho fabril, negros e mulatos que ocupam o famoso ‘setor degradado’ da produção (carregadores, mercadejadores, domésticos), em cujo limite se encontram prostitutas, criminosos e vadios.”

moradias dominantes para os trabalhadores, significou para o Capital Industrial em expansão a possibilidade de reproduzi-las a custos extremamente baixo [...]”³⁷

Eles tinham uma localização específica, já que eram as principais formas de moradia do operário. No início do século XX, já não podiam estar presentes no centro da cidade, por força de leis do final do século XIX (Decreto nº 84 de 01/06/1896), que pretende valorizar esta região. Para Rolnik (1999, p.37), trata-se inclusive de se expulsar os pobres do centro da cidade.³⁸

Rolnik (1999, p.184-185), aponta a existência de cortiços em vários bairros da cidade, nesse início do século XX. Para ela, essas moradias “até a virada do século [XIX para o XX] ocuparam Barra Funda, Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Bexiga e Lapa; em 1916 já ocuparam Água Branca, Ipiranga, V. Prudente, Mooca, Pari, Tatuapé e Pinheiros. [...] A história dos bairros populares é a história dos quintais coletivos, dos cômodos mínimos alugados para famílias inteiras”.

Os cortiços estavam localizados próximo ao espaço fabril. Quanto mais próximo da fábrica melhor, já que os gastos com transporte oneram, em muito, esse operário, e os bondes específicos para eles surgiram, como vimos, em 1919.

As ruas próximas aos cortiços ³⁹ eram talvez a única possibilidade da prática de algum tipo de brincadeira.

Nessas vias públicas ocorriam jogos de futebol, um novo uso espacial que infernizava aqueles que as entendiam como, espaço exclusivo de locomoção de veículos.

Transformá-las em “campo de futebol”, é dar a ela um outro sentido, torná-la, em que pese a passagem de veículos, em um local com outra forma sociabilidade.

³⁷ Para Hardmann (1983, p.154) “se os cortiços e outras habitações pobres apresentavam condições materiais piores do que as vilas operárias, ambos representavam redutos de concentração operária. Entretanto, enquanto que os primeiros facilitavam o fortalecimento dos laços de solidariedade de classe, as vilas operárias eram realizações dos empresários industriais, nos terrenos da própria companhia, onde a possibilidade de controle social e ideológica da massa trabalhadora pelos patrões era bem maior.”

³⁸ Blay (1981, p.75) aponta que no Relatório da Câmara Municipal de São Paulo de 1903, .existem várias leis proibindo a construção de cortiços no centro da cidade.

³⁹ Na vila Maria Zélia, os moradores, além das ruas, que poderiam ser usadas como locais de brincadeira, usufruíam de um campo de futebol, próximo á várzea do rio Tietê.

Ao fazerem isso, operários ou não, se apropriavam desse espaço e rompiam, mesmo que minimamente, com uma lógica que determinava as ruas como sendo apenas para a passagem de veículos.

Era a emergência de uma forma de resistência pacífica. A falta de um espaço de lazer transformava as ruas em locais para a prática de esportes.

Conforme os veículos se modificavam, ficavam maiores, alargando-se as ruas. Uma simples partida de futebol, passou a ser considerada contravenção, pois podia obstruir essa circulação.

É o que mostra uma circular interna da Secretaria da Justiça de 1914, descrita logo abaixo:

Circular N.1426/1430, São Paulo, 06/10/1914, Snr 1ºDelegado de Polícia da Capital.

Recomendo as vossas providencias no sentido de serem rigorosamente observadas, no policiamento da cidade, as determinações constantes do Aviso circular expedido por esta secretaria em data de 21 de Dezembro de 1912, relativamente à proibição de jogos de foot-ball, peteca e outros semelhantes, nas ruas desta capital, com prejuízo do socego publico e do livre-transito.

Saúde e Fraternidade.
Eloy Chaves”⁴⁰

O cortiço representa um espaço, no qual não se respeitava os valores dominantes. A falta de presença do poder público criou um local particular, com leis próprias. Esse espaço será estigmatizado pela elite, como forma de isolá-lo do resto da cidade.

Interessante que essa ojeriza ao cortiço, estava presente em parcelas da classe média, que era adepta do anarquismo. Alguns jornais de tendência anarquista, como “O Amigo do Povo”, dirigido pelo advogado libertário Neno Vasco, citaram em suas páginas os cortiços como locais de total degradação humana. Diz o jornal “O Amigo do Povo” de 14/05/1904, página quatro:

Empilhados aos milhares de criaturas humana em casas estreitas, privadas de ar e luz, os habitantes destes lugares insalubres são alcoolicos, meretrizes, mendigos, homens e mulheres meio mortos de

⁴⁰ Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Decisões do Governo de São Paulo, 4 Vol 1914-1915, p.22.

fome por causa de seu modo de vida, em marcha acelerada para a morte.

É de se supor que os cortiços não ofereciam boas condições de higiene para seus moradores. O espaço era limitado e várias famílias utilizavam-se, inclusive, da mesma latrina. Nesse espaço, pouco sobrava para o “privado”.⁴¹ Quase tudo que nele acontecia, como rastilho de pólvora corria de boca em boca, e logo todos que ali viviam teriam conhecimento.

O pouco espaço facilitava a aproximação, mas também propicia o conflito entre seus moradores. A tensão de viver num local pouco salubre, as conversas diárias sobre a vida alheia e ainda, os poucos recursos para a própria sobrevivência, geravam brigas. Algumas delas saíam desse espaço minúsculo e acabavam na Delegacia.

É o que aponta o jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 19/04/1913, na sua página cinco:

Pequenos Factos Um Cortiço em Polvorosa

Em uma chácara da rua do Hippodromo, 200 existe uma grande villa operaria, habitada por muitas famílias.

No meio destas, occupando um dos casebres, vive um operário, portuguez, conhecido por Antonio e que não se recommenda por sua moral.

É solteiro, de idéas muito livres, tendo por costume receber em sua casa com escândalo dos vizinhos, uma mulher de vida desregrada.

O facto tem irritado o espírito das famílias vizinhas, que afinal, hontem, às 7 horas da noite, reuniram-se, no pateo do cortiço para combinar a expulsão da rapariga, do quarto do Antonio.

Nessa occasião, quando todas as mulheres deliberavam sobre o caso, Antonio sahindo do seu quarto e pressentindo, pelas palavras que ouvia, o plano concebido, armou-se de um cacete e debandou o grupo de mulheres, ferindo nessa occasião uma dellas, a de nome Albertina da Silva, de 21 annos, casada e ahi residente.

O escandaloso inquilino da villa operaria, evadiu-se em seguida.

A victima que estava com um ferimento na cabeça, do lado esquerdo, compareceu depois a Policia Central, queixando-se ao delegado de serviço, que deu as providencias no sentido de ser instaurado inquérito.

⁴¹ Na vila Maria Zélia, onde cada família tinha a sua casa, o mundo privado era constantemente vigiado por funcionários da empresa. Era como se o empresário, se achasse no direito de invadir as privacidades de seus operários, como forma, de quem sabe, melhor controlá-lo. Segundo uma moradora apud Petratti (1990, p.86), “não podia pôr cama nem sofá na sala. Não podia ninguém dormir na sala. O fiscal passava para ver [...]”.

O mundo privado parecia acabar nesse cortiço. Todos (as) que ali viviam achavam-se no direito de intervir na vida de outrem. Interessante notar que, a princípio, o problema era a presença da “rapariga” e não a do operário português.

O jornal aponta o cortiço, como uma “villa operaria”, demonstrando que essa classe, apesar de não ser a única a morar nesses espaços, era predominante, quem sabe, pela quantidade de pessoas.

Além de confusões, os cortiços eram alvo de várias acusações de caráter sanitário, como se fossem os culpados das epidemias que atingiam a cidade.

Como nos mostra Rolnik (1981, p.60)

[...] tudo que se passa nele e todos que moram ali são identificados com um pólo negativo da falta de espaço à forma de organização, com suas normas, e sua jurisprudência particulares. Não são reconhecidos enquanto tal: o estigma do cortiço as transformam em 'ausência de ordem', desvio, imoralidade. Suas leis são identificadas como ausência de lei e sua racionalidade como não razão o que é limite e contradição, ameaça.

Ameaça! Foi o que passou a ser sentido pela elite com os cortiços e os que moravam nele. E isso não ocorre apenas pelo local ser considerado "anti-higiênico", mas principalmente, por nele não se reproduzir os modos e tradições elitistas. Um espaço de sociabilidade do pobre para o pobre.

Se na Vila Operária Maria Zélia, tínhamos o operário controlado, submisso e reprodutor dos valores burgueses, por isso “saudável” aos olhos da elite, nos cortiços apresentava-se um operário menos controlado e mais rebelde, aquele que não via necessariamente o capitalista como um benfeitor, mas pelo contrário, como o que o explorava, humilhava-o, no dia-a-dia da fábrica.

A ameaça que a elite sentiu pela presença de cortiços na cidade foi maior quando o operário se organizou e lutou por melhores condições de vida, o que implicava romper com todas as formas de segregação. Combater o trabalho enfadante da fábrica, mas também a cidade segregada.

Antes, precisamos saber como esse operário se organizava e, compreendermos, como a partir dessa organização, eles “assaltavam” a cidade, nas greves e manifestações.

5.3 - A Organização Operária

Como vimos, nesse período estudado, o operariado, em sua maioria imigrante, não tinha qualquer tipo de valorização na sociedade. Pelo contrário, o seu ambiente de trabalho, quase não se diferenciava muito do que ocorria ainda no tempo da escravatura com a mão-de-obra negra, já que embora recebesse salário em troca de trabalho, esse operário estava sujeito á pagamentos de multas, além de sofrer castigos (principalmente os menores de idade) e acidentes. Essa superexploração do trabalho foi noticiada pelo jornal “A Terra Livre” de 23/01/1907, citado em Kowarick (1981, p.213):

[...] onde o suplício dos operários atingiu o cúmulo inquisitorial é nas fábricas de tecidos de São Paulo, e entre estas onde se fez maior devastação é na ‘ Fiação e Tecelagem Mariângela dos Srs. Matarazzo e Cia [...] os teares e as máquinas nunca param nem de dia nem de noite. Os homens [...] trabalham 16 horas por dia; as mulheres trabalham segundo os ramos, 14,12 e 11 horas por dia [...] As crianças trabalham das 5 da tarde às 6 da manhã com uma hora de intervalo, sob a vigilância dos guardas [...] meio mortos de fadiga e fome caem a dormir; então o encarregado acorda-as e manda-as retornar ao trabalho, mas os pobres pequenos tornam a cair! Então o contramestre desperta-as a bofetadas e elas soluçando, retomam o trabalho [...] os contramestres na fabrica, tem carta branca, podem bater nos seus subordinados ou despedi-los.

Em decorrência disso, embora a escravidão já não existisse no início do século XX e começasse a surgir no país uma prática capitalista de trabalho, o operário era um vendedor de força de trabalho sem direitos mínimos. Diante de tal situação, restava a esse trabalhador organizar-se para reivindicar melhores condições de trabalho.

Organizando-se, num primeiro momento, principalmente, em entidades beneficentes, o operário buscava formas de sanear uma vida repleta de penúria econômica, recorrendo a essas associações que funcionavam como um pólo de ajuda mútua.

Com a entrada de imigrantes, basicamente italianos, portugueses e espanhóis, aportaram no país também, militantes que já desenvolviam atividades

de organização operária de caráter revolucionário, trazendo então às terras tropicais, idéias sociais que já tinham enorme repercussão na Europa, como o socialismo marxista, o anarquismo e, sua vertente sindical, o anarco-sindicalismo.

Em que pese à presença de sindicatos de orientação revolucionária (caso dos anarco-sindicalistas) em São Paulo também tivemos presença de operários ligados a entidades religiosas (como os Centros Operários Católicos da Mooca, Lapa, Penha, Brás, Belém, etc), étnicos (entre outros, a Lega di *Resistenza fra Operai Arti Grafiche ed Affini*), e as já citadas, beneficentes (Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas).

As sociedades que não compartilhavam da orientação anarco-sindicalista, de um modo geral, propunham-se a realizar programas assistenciais que incluíam serviços médico-farmacêuticos e auxílio em caso de enfermidades, desemprego, invalidez e funerais. Eram combatidas pelos anarco-sindicalistas, já que elas pregavam, de certo modo, uma resignação dos trabalhadores com relação à sua situação de penúria, sendo por isso, contrárias à luta de classes.

Para esses militantes anarco-sindicalistas, essas entidades criavam a falsa expectativa aos operários de que pudessem conseguir melhorias nas suas condições de existência, sem afetar as relações de produção. Além disso, reforçando a origem religiosa, étnica, por exemplo, dividiam a classe operária, enfraquecendo o movimento de cunho reivindicatório.

Os historiadores e cientistas sociais⁴² qualificam os operários do início do século passado, como sendo organizados majoritariamente sob a ideologia anarco-sindicalista, o que significaria a predominância nos meios operários de idéias de cunho libertário, ou seja, os operários se organizariam nos sindicatos, que se aglutinariam em ligas e federações sem perder a autonomia, para finalmente federarem-se numa confederação.

Entretanto, é digno de nota que, tendo-se em conta essa ligação entre o sindicato e o anarquismo, existiram aqueles que, apesar de anarquistas, defendiam que o sindicato deveria ter uma neutralidade política ou religiosa.

⁴² Dentre esses pesquisadores temos: Maram (1975), De Decca (1987), Hardmann (1982,1983), Pinheiro (1979,1981).

Leuenroth, um dos principais “líderes” operários, declaradamente anarquista, defendia essa neutralidade. Diz Maram (1975, p.92) sobre isso:

[Quando] a Federação Operária Local de Santos apresentou uma moção para que o congresso recomendasse ‘a propaganda do anarquismo nas associações de trabalhadores, como um meio indispensável para obter a emancipação dos operários’, Leuenroth e José Elias, influentes anarquistas opuseram-se á moção, sustentado que ela violava o princípio de neutralidade dos sindicatos e limitava o seu apelo.

Como não acreditavam em partidos e não participavam da luta parlamentar, uma das poucas formas de manifestações foi a greve geral e os comícios populares nas ruas, corroborando para a nossa análise de que, em alguns momentos, os operários "invadiam" espaços da elite.

Essas organizações subsistiam, graças ao árduo trabalho de seus militantes e filiados, já que possuíam como única receita a contribuição espontânea de seus membros, ocorrendo que muitos sindicatos surgiam em um momento de grande efervescência grevista (como a greve geral de 1917), e passado o evento sucumbiam, seja por não terem alcançado seus objetivos e assim, tendo gerado desconfiança entre seus filiados, ou na maior parte, como efeito da repressão que sofriam do Estado, através de empastelamentos, prisões e deportações de seus melhores militantes.

Devido ao crescimento, no início do século XX, de várias manifestações e greves operárias, esses trabalhadores acharam como forma de melhor se organizar, fundarem várias federações operárias estaduais (caso da FOSP- Federação Operária de São Paulo) e posteriormente uma confederação nacional (COB – Confederação Operária Brasileira), realizando três grandes reuniões operárias no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, sendo a primeira em 1906, a segunda em 1913 e a última, em 1920.

Outra importante forma de organização dos operários no período estudado foram as ligas de bairros.

Essas ligas surgiram como forma de canalizar as diversas reclamações que a classe operária expressava naquele momento de grande penúria. Tinham como fins imediatos melhorar as condições de vida e de trabalho do operariado, mas

também, lutar contra o trabalho de menores de 14 anos, a igualdade nos salários de homens e mulheres.

Para Fausto (1986, p.203-204), “é provável que as ligas tenham tido maior possibilidade de êxito por serem um veículo, não apenas das reivindicações relativas a produção, assumindo as questões mais gerais da carestia de vida, da habitação, etc.”

Entre seus propósitos, tinham a promoção de conferências e excursões.

Segundo Lopreato (2000, p.102), as primeiras ligas operárias foram constituídas em Maio de 1917, na Mooca e Belenzinho, e foram de grande importância no movimento grevista de Julho.

Sobre a participação dessas ligas na organização da greve, Fausto (1986, p.204) aponta que:

[...] ao longo dos primeiros dias de greve, as ligas funcionam claramente como núcleo de coordenação e de contatos: a paralisação parcial do Cotonifício Crespi decide-se em assembléia realizada em sua sede; após o serviço os grevistas da Antártica dirigem-se à Liga onde se reúnem, inscrevendo-se como sócios, em grande número; é a entidade, juntamente com a Liga do Belenzinho, que convoca as associações proletárias para a formação de um ‘Comitê Geral.

Mesmo após o movimento, como está demonstrado no mapa nº 2, página 94, houve uma ampliação do número dessas entidades na cidade, como forma de “reunir os trabalhadores em sociedades de resistência de caráter geral e nos próprios bairros onde eles trabalhavam e/ou residiam.” (LOPREATO, 2000, p.102)

Localizamos no período de Maio à Setembro de 1917 as seguintes Ligas Operárias:⁴³

- 1) Liga Operária da Lapa e Água Branca – Rua Trindade
- 2) Liga Operária de Santana – Rua Voluntários da Pátria, 241-A
- 3) Liga Operária do Belenzinho – Rua Joaquim Carlos, 20
- 4) Liga Operária do Ypiranga – Rua dos Sorocabanos
- 5) Liga Operária do Brás – Rua Joly, 125
- 6) Liga Operária da Mooca – Rua da Mooca, 190

⁴³ Fonte: Jornal “A Plebe” e Lopreato (2000)

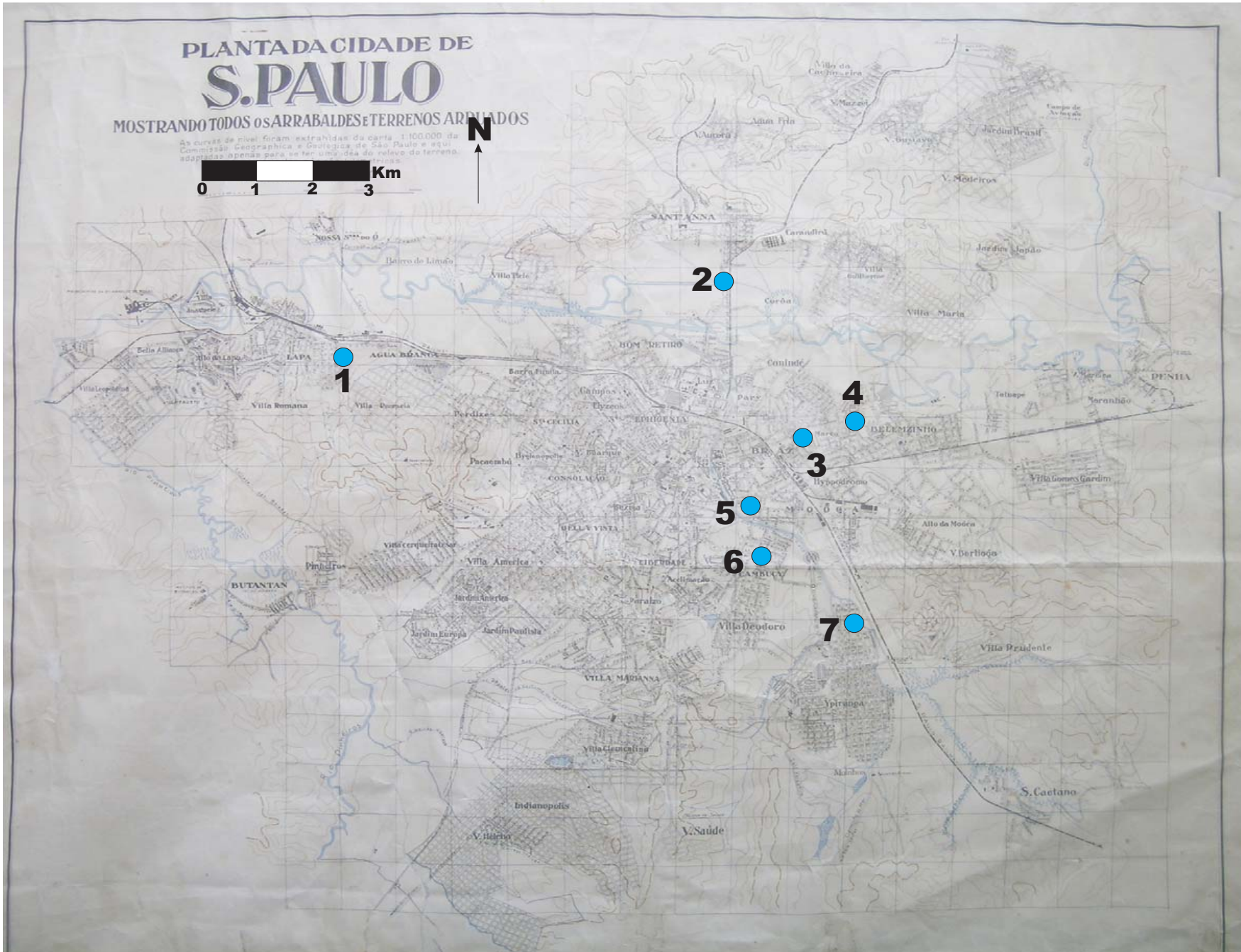
MAPA Nº 2

Ligas Operárias em São Paulo (Maio-Setembro 1917)

LEGENDA

 Ligas Operárias

- 1- Lapa
- 2- Santana
- 3- Brás
- 4- Belenzinho
- 5- Moóca
- 6- Cambuci
- 7- Ipiranga



Planta da Cidade de São Paulo, 1924
Fonte: Jornal "A Plebe"(1917); Lopreato (2000)
Org: Amir El Hakim de Paula

Essas ligas funcionavam como um centro de agitação operária nos bairros. Assim, descentralizavam o conflito e propiciavam através do contato com operários dos vários ofícios, um fortalecimento desses laços de solidariedade, já que a elas os operários dirigiam-se para realizarem várias atividades, como organização dos comícios, por exemplo.

O surgimento das ligas operárias foi um componente importante para que a greve geral tivesse tanto êxito. Mais ainda, elas expressaram a força que essa classe possuía.

Como veremos, foi a intensa organização operária através de sindicatos e ligas de tendência anarco-sindicalista, que possibilitou a emergência de grandes lutas nesse início de século XX. Entretanto, cabe ressaltar a grande importância que os militantes operários dariam nesse período à formação política e social desse trabalhador.

Como realizar essa tarefa de formação, se os operários e os seus filhos pouco tempo e dinheiro tinham para se dedicarem aos estudos? E, além disso, sabendo-se que as escolas existentes (seja às ligadas ao Estado ou à Igreja Católica) promoviam alguns valores, tais como, “Nação”, “Pátria”, “Conciliação de Classes”, que se adequavam melhor à ideologia burguesa?

Sendo assim a partir de 1909, os sindicatos começaram a organizar entre os operários, escolas, que ao invés de propagarem os valores “burgueses”, se especializassem em fomentar no operário (e sua família), um outro tipo de sociabilidade, ou seja, uma sociabilidade “do” e “para” o operário.

Nesse contexto, foi que surgiram, incentivadas por sindicatos, as escolas para operários de ensino racionalista, conhecidas como “Escolas Modernas”.

5.4 – A Educação Operária: O caso das Escolas Modernas

Para melhor compreensão do que representou esse aspecto educacional, e como os operários organizados em sindicatos o entendiam, num primeiro momento, discorreremos sobre as origens dessas escolas.

As escolas racionalistas (ou modernas) surgem na Espanha no início do século XX, sob a influência da pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia.

Francisco Ferrer y Guardia era um espanhol da região da Catalunha e sempre esteve muito próximo do movimento operário e anarquista, tendo travado contato com vários expoentes desses movimentos, como Reclus, Grave, Tolstoi e Kropotkin.

Preconizava uma pedagogia livre da tutela estatal e da Igreja (principalmente a Católica), almejando uma instrução baseada nos conhecimentos científicos da época, ditos “racionalistas”.

Para Busquets (1980, p.36),

[...] em linhas gerais, dito pensamento responde a uma série de características mais ou menos, definidas que poderiam concretizar-se nos seguintes pontos:

- a) Caráter ambivalente do processo educativo.
- b) Racionalismo (laicização e cientificismo)
- c) Antiautoritarismo e antiestatismo
- d) Igualitarismo
- e) Idealismo
- f) Respeito à personalidade do aluno
- g) Superação da divisão entre trabalho manual e intelectual.
- h) Formação Integral.

Sua escola começou a funcionar, em Barcelona, em setembro de 1901, enfrentando cerrada oposição da Igreja e do Estado, tanto que em 1906 acabou fechada⁴⁴. Em seu lugar, o Estado abriria uma escola no qual se ensinava a doutrina cristã.

Apesar dessa cerrada oposição clerical e estatal, a idéia de se formar escolas racionalistas seria abraçada pelo movimento operário espanhol, de tendência anarco-sindicalista, já que poucos eram os operários e seus filhos que tinham acesso à escola. Além desse fato, os valores que geralmente norteavam as escolas laicas e religiosas, eram vistos com desconfiança, pois para os militantes anarco-sindicalistas, as escolas “burguesas” e religiosas promoviam a

⁴⁴ Segundo Calsavara (2004, p.31) “Esta rica experiência é ameaçada em 31 de março de 1906, em Madri, quando uma bomba é lançada contra o carro do rei Afonso XIII por Mateo Morale, ex-bibliotecário da Escola Moderna de Barcelona, que acabou provocando a morte de 23 pessoas. A Escola é fechada e Ferrer é preso, acusado por cumplicidade, sendo absolvido em 1907 por um tribunal civil”.

competição (através das notas), o respeito à hierarquia, sendo nelas comuns as punições aos alunos, valores considerados inapropriados ao ambiente escolar.

A Escola Moderna de Ferrer tinha em suas salas de aula, a presença de alunos ricos⁴⁵ e pobres (como forma de demonstrar às crianças que as diferenças sociais não eram mais do que ocasionadas pela organização sócio-econômica vigente) e também mantinha no mesmo espaço meninos e meninas, com o objetivo de não criar entre as crianças nenhum preconceito entre homens e mulheres.

Mesmo com o apoio do movimento operário espanhol, a experiência de Ferrer não conseguiu vingar mais do que cinco anos. Em 1909, depois de ser acusado mentor intelectual da “Semana Trágica”⁴⁶, foi condenado à morte e executado no Castelo de Montjuich, em Barcelona.

Apesar da morte de Francisco Ferrer y Guardia, a idéia de uma escola de cunho racionalista se espalhou por outros países como a França e chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Diferentemente do que ocorria na Espanha, a escola moderna brasileira foi direcionada prioritariamente aos alunos filhos de operários. Para Carone (1979, p.12) essas escolas foram necessárias já que “o operário é antes de mais nada um autodidata, ele aprende ouvindo seu companheiro discursar ou escutando-o ler.”

Localizadas nos bairros do Brás e do Belenzinho, de grande presença operária, tinham aulas diurnas e noturnas e cursos especiais aos sábados, para crianças dos dois sexos e eram também freqüentadas por adultos.

⁴⁵ É importante apontar que, apesar do movimento operário ter apoiado essa iniciativa de formação de escolas racionalistas ou modernas, outros grupos sociais, como os anticlericais de tendência liberal, também apoiaram a idéia.

⁴⁶ Revolta popular ocorrido em Barcelona, quando da embarcação de reservistas para a guerra do Marrocos. Esta revolta foi motivada pelo mal-estar provocado às famílias pobres que não podiam pagar a cota para se livrarem de ir à guerra, uma guerra que militantes anarquistas e socialistas condenavam como imperialista, para benefício das classes mais ricas. Lerroux (líder anticlerical e populista) e os anarquistas foram os grandes inspiradores dessa revolta (houve uma grande greve geral) que rapidamente se manifestou em um anticlericalismo exacerbado. (foram comuns incêndios à conventos).

Um dos grandes incentivadores dessas Escolas Modernas em São Paulo foi o Professor João Penteadó⁴⁷. Com o apoio de alguns sindicatos (como o de vidreiros) dirigiria duas escolas, uma fundada em 1909 na Av. Celso Garcia, 262 e outra em 1912, na Rua Cotegipe, nº 26.



Foto nº 5 – Alunos da Escola Moderna

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

Segundo Hardmann (1983, p.70) essas escolas “sobreviveram precariamente durante cerca de seis anos (1913-1919)”, período no qual aconteceram grandes manifestações operárias, como a luta contra a carestia de vida (1913) e a greve geral de 1917.

Para as autoridades, uma parte da responsabilidade da agitação operária dessa década, estava no conteúdo escolar delas, ocorrendo inclusive, fechamento de todas as unidades, quando da emergência de um movimento paredista mais forte. Isso porque essas escolas além de incentivarem um ensino racionalista, exaltavam várias datas operárias (como o Primeiro de Maio e o aniversário da Comuna de Paris em 18 de março), como forma de criar uma consciência de classe entre seus alunos, preparados para no futuro, participarem ativamente do movimento operário.

Sobre essas perseguições, e o fechamento de Escolas Modernas no decorrer da greve de 1917, o jornal O Combate, de 10/07/1917, noticiou que:

⁴⁷ João Penteadó nasceu em Jaú, na década de 1870 e morreu em 1965. Autodidata, foi professor de primeiras letras e militou na imprensa operária e anarquista. Na foto nº5, aparece á esquerda, ao lado de seus alunos.

[...] A polícia fechou hontem a liga operária da Mooca e a Escola Nova, que se tratava de dois focos de agitação [...] Quanto à Escola, maiores razões militam em prol de sua reabertura. Installada à custa de sacrifícios, para propagar a instrução entre o proletariado, é doloroso aos seus organizadores vel-a fechada. (O COMBATE, 10/07/1917,p.03)

As aulas nessas escolas seguiam um currículo muito próximo de outras escolas da época, com a presença das matérias de história, geografia, português, aritmética, mas também datilografia, higiene mental e sexual.

Essas aulas tinham como objetivo formar o aluno com um pensamento crítico sobre a sua realidade. É o que vemos nas palavras de Florentino de Carvalho, professor da Escola Moderna, citado em Calsavara (2004, p.154), acerca de como se deveria trabalhar o conteúdo de Geografia:

Quando estudamos um simples compendio de geografia que nos descreve a flora e a fauna e outras riquezas dos diversos países, dando a entender que são desfrutados por todos os seus habitantes, poderemos racionalmente deixar de explicar que essas riquezas beneficiam exclusivamente determinados indivíduos e que a imensa maioria definha de miséria, ao pé de grandes depósitos, que produziram com seu trabalho.

Além dos alunos terem aulas com um conteúdo crítico, ocorriam nas Escolas Modernas outras práticas muito importantes: as saídas ao campo.

Nessas saídas ao campo, os alunos tinham um maior contato com o bairro onde se localizava a escola, sendo que esses exercícios extraclasse enriquecia o conteúdo de várias disciplinas.

Seguem dois relatos de alunos da Escola Moderna, sobre esses trabalhos de campo, citado em Calsavara (2004, p.166 e 174)

“Um passeio à margem do Tietê”

No sábado, dia 06 de março, nós nos reunimos todos às 7 horas da manhã na nossa Escola e cantamos o hino “A Mulher” e “O Primeiro de Maio”.Depois de meia hora saímos, e descemos a rua Catumbi.[...] Ao chegarmos ao rio Tietê vimos barcos dentro e fora do rio. [...] Na volta, o professor nos mandou pegar uma varinha com flores e pegamos também taquaras de bambu.

Edmundo Mazzoni

“Nossa visita à Escola Moderna nº2”

Sábado, dia 20 de junho de 1914, nós fomos visitar a Escola Moderna nº 2, da qual é professor Adelino de Pinho. Saímos daqui a uma hora,

descemos a rua Saldanha Marinho e pegamos a Avenida Celso Garcia.[...] Fomos bem recebidos. Os meninos de lá recitaram e cantaram e nós também fizemos a mesma coisa. [...] Na volta o Carlos Lampo descontentou ao nosso professor porque brigou com um pobre menino que estava distribuindo anúncios na rua.

Pedro G.Passos

No primeiro relato é patente a valorização de algumas datas operárias (cantaram o hino “O Primeiro de Maio”) e a preocupação do aluno em destacar cada momento da saída. O segundo relato, demonstrou a boa convivência entre alunos e professores das duas escolas.

Algo que nos chamou atenção foi a reprimenda dada pelo professor a um aluno da Escola, quando este brigou com um menino que distribuía panfletos na rua. Isso evidencia a preocupação do professor em mostrar aos alunos a importância de se valorizar não só o companheirismo entre eles, mas também com outros meninos, como os que sobreviviam entregando anúncios, como forma de diminuir qualquer tipo de preconceito social com os mais pobres.

Como vimos, a prática educacional das escolas modernas divergia radicalmente das escolas laicas e religiosas, então existentes.

A Escola compunha um dos aspectos das lutas travadas na cidade entre os distintos segmentos da sociedade e foi de importância cabal na formação dos jovens militantes, muitos deles, quem sabe, participantes das principais agitações operárias da década de 10 do século XX.

Mas não só. Os festivais operários sejam realizados em locais abertos ou não, eram partes desse processo de educação operária, principalmente através de suas palestras e peças teatrais. Através de seus pic-nics, contribuíram, de alguma forma, na apropriação dos espaços da cidade.

Ao entendermos como se realizava esse lazer operário, a importância que essas atividades tinham na vida operária, mais fácil será compreender o êxito das grandes manifestações de rua do período.

5.5 – O Lazer Operário

Com grande parte de sua vida sendo dedicada ao trabalho, esses operários desfrutavam de poucos momentos de lazer.

Mesmo assim, esse momento era utilizado de diversas maneiras. E essa diversidade também dava-se, na própria maneira de encarar o mundo que tinha esse trabalhador, seja ele político ou religioso.

Mas, geograficamente era quase que circunscrito a sua própria região de moradia e trabalho, tanto que para De Decca (1995, p.64-65), em vários momentos "[...] o lazer operário se confundia com o lazer popular dos bairros operários das capitais brasileiras [...]".

Para a autora, a diversidade de lazeres dava-se também pela sua complexidade étnica e sindical:

[...] Por todo o Brasil, desde o final do século XIX, os trabalhadores se reuniram por fábrica, por bairro, por categoria profissional, por nacionalidade e, mais tarde, por sindicato, para fazer música, dançar, comemorar datas significativas para eles, etc. (De DECCA,1995,p.66)

Ocorriam em prédios que pertenciam a alguns sindicatos ou ligas (menos probabilidade), como também, em salões que pertenciam a vários grupos étnicos imigrantes e que por serem localizados nesses bairros, recebiam grande afluxo de operários.

Era uma prática comum nas reuniões operárias, de tendência anarco-sindicalista, a presença de alguma atividade política, como forma de, mesmo num momento de diversão, alertar o operário acerca de sua real situação na sociedade vigente, além de que essas atividades funcionavam como fonte de arrecadação para o aluguel de prédio de alguma entidade de classe, ou mesmo, como fundo de recursos para operários que estivessem em greve.

Em seguida, vemos como era uma dessas reuniões operárias. O jornal "A Terra Livre", colocou em suas páginas, propaganda de um evento dramático, que

se realizava intercalado com várias conferências, para se angariar recursos à federação operária:

Pró Federação Operária

Em benefício do cofre da Federação Operária do Estado de São Paulo, realizar-se-a uma festa no dia 6 de outubro, no salão Germânia, a rua 11 de Junho.

Programma

- I – Conferencia em língua portuguesa
 - II – El Acabose peça num acto e o monólogo Si Fuera Cura: em espanhol.
 - III – Ideale, “Bozzeto” dramático em italizano.
 - IV – Conferência em língua italiana.
 - V – Baile familiar
- Nos intervalos haverá kermesse. (A TERRA LIVRE, 22/09/1906, p.04)

No início do século XX, o deslocamento dos operários para outras áreas da cidade, mesmo que em busca de algum divertimento não era tarefa tão fácil, seja, como vimos, pelo pouco tempo livre que lhe era dado, ou porque, o preço do bonde encarecia, em muito, seu orçamento familiar.

O preço dos bondes reforçava alguma circunscrição geográfica de seu lazer, obrigando ao operário procurar formas de conseguir usar esse tempo precioso, no seu próprio bairro.

É por isso que, a fundação de algumas associações recreativas, entidades que procurassem diversões a preços mais baratos, eram comuns.

Sobre isso, Penteado (1962, p.171) relata alguns desses momentos:

Em 1904, um grupo de trabalhadores do Belém, vidreiros, na sua maioria, resolveu fundar uma associação recreativa- dançante, pois as diversões eram tão raras e os poucos bailes públicos então existentes estavam localizados, quase todos no centro da cidade. Como a maior parte dos elementos que compareceram à primeira reunião era composta de agnósticos e anticlericais, ao nome escolhido “Pérola”, foi acrescentado a palavra Internacional.

A possibilidade do contato com operários de outros bairros fica evidenciado pela relação geográfica dessas associações recreativas, possibilitando uma maior sociabilidade entre esses indivíduos: “A ‘Pérola’ mantinha intercâmbio de convites

com as sociedades congêneres dos vizinhos bairros do Brás e da Mooca e com algumas do Centro.” (PENTEADO, 1962, p.174)

Outra prática comum entre os operários (principalmente os que moravam próximo aos rios, ainda sem poluição) era a natação ou mesmo uma contemplação da Natureza: “O Tietê, áquele tempo, com raras exceções, era bem raso em todo o trecho entre a Vila Maria e o Tatuapé, zona procurada pelos banhistas e pescadores”. (PENTEADO, 1962, p.169)

Ademais, após uma jornada semanal estafante de trabalho, o rio poderia funcionar através de sua “sinfonia natural”, como um momento de relaxamento e descanso: “Outros atrativos possuía o lendário Tietê. Suas margens eram sonoras, principalmente nas manhãs ensolaradas, quando pássaros cantores entoavam verdadeiros hinos ao sol, alegrando-nos com seus improvisados concertos”. (PENTEADO, 1962, p.169)

Com o passar dos anos, a indústria foi se apropriando do rio e aos poucos acabou com esses momentos relatados pelo cronista. O próprio autor demonstra a decepção com a situação do rio em 1960:

Ao rever esse trecho, em 1960, tive uma bem amarga decepção. O nosso velho e querido Tietê, teatro de tantas brincadeiras e horas felizes, desaparecera. Sim, esta é a verdadeira expressão, pois não se pode mais chamar de rio àquele canal de águas sujas, poluídas e tornadas perigosas pelos detritos de numerosas indústrias que o margeam e pelo lançamento dos cais de esgoto, águas servidas das tinturarias, desde São Miguel, onde se encontra a Nitro- Química, até os últimos limites da cidade. (PENTEADO, 1962, p.165)

Voltando à questão do lazer nesse início de século XX, nossas análises nos direcionam ao entendimento de que as saídas às regiões mais periféricas da cidade, quase sempre estavam ligadas aos operários que freqüentavam as associações de classes e que, por isso, participavam dessas reuniões externas.

Muito comuns nesse período eram os pic-nics. No dia de folga, várias famílias de operários reuniam-se e dirigiam-se aos locais afastados da região central, em busca de uma maior qualidade de vida:

Pic-Nic

Promovida pelo “Grupo Jovens Idealistas” e “Centro Filodramático Libertário” realizar-se-a no dia 24 de maio, no Bosque da Cantareira, uma festa campestre que constará de recitação, baile e outras diversões. (A Rebelião, 17/05/1914, p.2)

Nem sempre essas saídas das cercanias de São Paulo à procura de um momento de tranqüilidade terminava sem confusão. Isso acontecia quando algo, tão próprio da fábrica e do espaço urbano, a luta de classes, aparecia num encontro entre operários e patrões, já que os mais ricos também elegiam os locais mais longínquos do centro, como área de recreação.

É o que vemos no jornal “A Terra Livre”, de 23/10/1906, quando aponta um conflito entre operários e donos de empresas.

Divertimento de Senhores

Ahi vae mais uma prova de que a autoridade está a serviço dos ricos e não serve para manter a ordem quando a desordem é feita pelos poderosos.

Na várzea de Santo Amaro tem havido nestes últimos meses, corridas de cavallos, nas quaes fazendeiros e capitalistas fazem tranqüilamente apostas de 500\$000, de um conto e até de dez contos (ah! Se fossem pobres jogadores de bicho!)

Na corrida de domingo, 19 de agosto, alguns operários do bairro Vila Clementino foram assistir às corridas. Acabadas ellas, não sei o que subiu à cabeça daquelles salteadores graúdos, que se lançaram, com os seus cavallos, sobre os trabalhadores, ferindo bastante com o cabo do chicote, sobretudo a Salvador Raimundo e Amaro dos Santos. Este ultimo recebeu dois profundos golpes na testa.

Houve quem se incomodasse com isto? Se fosse o contrário – os operários ferindo os senhores – eram logo processos sobre processos, insultos na imprensa, repressões ferozes.

A polícia corre, mas para fuzilar os grevistas que reclamam um pedaço de pão. A ‘igualdade perante a lei’ é o que se vê. (A TERRA LIVRE, 23/10/1906, p.3)

Essas saídas campestres não eram mais comuns, pois o próprio preço dos bondes era um impeditivo para a circulação dos mais pobres.⁴⁸

⁴⁸ Diz Nascimento (2002, p.81) sobre os preços dos bondes ser um impeditivo para a prática de um lazer externo: “As despesas com passagem de bondes, considerando ida e volta para os membros da mesma família, eram muito altas para as classes mais pobres, como diz o próprio relatório da empresa (General Manager) de 1908”.

Além dos Pic-Nics campestres, eram locais de lazer dos operários alguns dos parques públicos existentes, muito embora, as instalações que esses parques tinham, estavam mais ligadas aos hábitos das classes mais abastadas.

Isso ocorria, pois as atrações oferecidas (quadra de tênis, chá das cinco), não faziam parte, de forma alguma, dos hábitos rotineiros dos trabalhadores.

Algumas vezes, quando iam a esses parques, eram tratados como se estivessem dentro da fábrica, e assim a forma servil da relação patrão-operário, contramestre-subalterno, acontecia no momento do lazer. Como diz Americano (1957, p.220), sobre os passeios na Estação da Luz:

[...] a proporção que chegavam os 'funcionários', os operários, embora de colarinho, cediam-lhes os bancos, e ficavam passeando em redor do repuxo e do lago, onde os cisnes não podiam dormir, por causa da luz e da música.

Ao mesmo tempo, não fazendo parte da classe mais abastada, o pobre sofria privação de todo tipo, inclusive expulsão do local. Diz o mesmo autor:

"Terminado o jantar as cinco, as famílias dos bairros vinham vindo. Sentavam nos bancos do jardim. Os vadios eram escorraçados e ficavam para o lado de fora das grades". (AMERICANO, 1957, p.215)

Entretanto quando se tratava de uma ida ao parque público para comemoração de alguma data, talvez pelo número maior de pessoas, o que denotava união e expressividade dessa classe, esses problemas não apareciam. Nas memórias do Sr. Ariosto fica evidente esse fato. Entrevistado por Ecléa Bosi (1994, p.142) diz o senhor: "Os operários do Brás festejavam os Primeiro de Maio, fazendo piqueniques no Parque Antártica: as famílias se reuniam, havia baile na grama, cantavam, brincavam."

Ou mesmo, como aponta o jornal "O Amigo do Povo" de 10/05/1901, acerca também de uma comemoração do dia do trabalhador, só que em outro parque da cidade.

Em Villa Marianna

Uma outra reunião se effectuou no aprazível Parque Paulista, de Villa Marianna. Às duas horas da tarde do 1º de Maio começaram a afluir bastantes trabalhadores, deante dos quaes, cerca de 5 horas, realisou o camarada A. Cerchiai a sua annunciada conferência. O discurso do nosso companheiro de redacção que durou cerca duma hora, colheu applausos calorosos da parte dos ouvintes. No fim da conferência, muitos de nossos camaradas, desceram para a cidade, cantando hynos revolucionários.⁴⁹ (O AMIGO DO POVO, 10/05/1901, p.3)

Percebemos que em alguns momentos de lazer operário, o baile estava presente, apesar dessa prática não ser unânime entre eles, principalmente os que iam aos sindicatos de tendência revolucionária. Ele só era permitido, se antes viessem conferências e outras manifestações políticas, como a que realizada no Centro Libertário "Terra Livre".

Essa proibição dos bailes foi objeto de grandes discussões em congressos operários, como atesta Pinheiro (1979, p.92), quando então a Federação Operária de São Paulo, em seu segundo congresso instruiu aos seus filiados que oferecessem festividades e palestras aos operários, proibindo, entretanto, os jogos e os bailes. Diz a resolução:

O Segundo Congresso Operário Estadual aconselha aos Sindicatos a fundação de centros dramáticos-sociais e de sessões onde se entretendam os sócios em palestras amigáveis. Aconselha também a exclusão do baile e de qualquer espécie de jogo.

Para Rago (1987, p.112) essa proibição estava ligada ao fato de que, para os militantes operários anarquistas, o baile ser visto “como prática imoral, alienante e corrompida, pelas tentações que desperta ao aproximar os corpos de sexo diferente”.

Apesar de serem contra e, em seus congressos sistematicamente instruírem a eliminação dessa prática, esses militantes tiveram que ceder e como vimos num encontro de 1906, o baile estava presente, junto ao adjetivo “familiar”.

⁴⁹ Sobre o uso dos parques públicos para o lazer e a localização de alguns deles, diz Nascimento (2002, p.79): “Uma das atividades de lazer que se intensificaram foram os passeios nos parques públicos nos fins de semana. Era uma das opções de lazer preferidas pela população. Os parques públicos da época [1900 a 1914] eram o jardim da Luz, Antarctica, Bosque da Saúde, Ypiranga e Represa em Sto Amaro.”

Outra prática muito comum entre os operários era o futebol. Apesar de ter sido trazido da Europa pela elite, logo se popularizou entre a classe operária, provocando tanto paixões entre seus membros, quanto também desconfiança, principalmente dos seus militantes anarquistas.

A prática do futebol entre a classe operária devia-se ao pouco valor despendido, já que não necessitava de aparelhagem e condições especiais.

Tão popular que, no jornal "O Estado de São Paulo", de 29/08/1915 citado em Negreiro (1992, p.79-83) anunciou-se "47 jogos, envolvendo 94 clubes, 188 times, 2068 jogadores". Dava-se então que "todo terreno vazio era possível de transformar-se num empossado campo para aquela prática esportiva".

Sobre a efervescência do futebol entre a classe operária diz o Sr. Amadeu, morador do Brás, citado em Bosi (1994, p.138):

Comecei a jogar futebol como nove anos [1915]. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos 50 campos de futebol. Penha pode pôr cinqüenta campos. Barra Funda entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns 50 campos. Vila Matilde, uns vinte.⁵⁰

Penteado (1962, p.257) dedica grande espaço em suas crônicas ao futebol, principalmente entre as crianças que moravam no bairro do Belenzinho, então bairro de grande presença operária. "O jogo de futebol era praticado no 'Buracão', uma grande escavação existente na confluência da rua Conselheiro Cotegipe com a avenida Álvaro Ramos. Na época das chuvas, o Buracão transformava-se em lagoa, ou nossa piscina".

Aponta também que o futebol esteve intimamente ligado aos operários do bairro.

⁵⁰ Segundo Antunes (1992, p.15), apesar do futebol ser introduzido no país pela elite, "[...] a primeira partida de futebol propriamente dita disputada no Brasil ocorreu [...] em 1895, no grande descampado da Várzea do Carmo, pasto dos burros puxadores de bondes". E completa: "Da várzea do Carmo, os campos se alastraram por toda a cidade, sobretudo nos bairros operários. E com eles, inúmeros clubes foram surgindo. Brás, Belém, Penha, Bom Retiro, Canindé, Ponte Grande, Santana e Ipiranga tinham as maiores concentrações de clubes de várzea".

Na vila Maria Zélia, com a instalação da Fábrica de Tecidos de Juta, fundou-se o “Juta Belém”, que se transformou, depois, com a mudança do proprietário da firma, em “Scarpa”. Seu campo ficava na própria vila, na zona do Catumbi, tivemos, ainda, o “União Operário”, constituído de moradores dessa artéria e da Rua Cachoeira, na sua maioria, carroceiros, oleiros e barqueiros.⁵¹ (PENTEADO, 1962, p. 222)

Entretanto, o cronista aponta a criação de um time de futebol do bairro, formado por operários de diversos ofícios e que, talvez pela identificação com a classe ou pela predominância desse setor da população no bairro⁵², chamava-se “União Operário”, proposta que poderia se contrapor, ainda que implicitamente, à uma maior relação entre operários e patrões.

Ao tomar as várzeas, os jogos de futebol se alastravam entre a classe operária, provocando suspeitas por parte dos anarquistas, mas também preocupações nas autoridades municipais.

Como mostra Antunes (1992, p.46), os anarquistas “[...] acusavam os trabalhadores de só se interessarem pelos bailes e pelo futebol, elementos culturais 'impostos' pela burguesia". Ainda mais, causavam-lhes "arrepios" a idéia de se praticar futebol na própria fábrica, já que "a prática do futebol, principalmente nos clubes de fábrica, levava todos os trabalhadores a defender nomes de empresas, separando-os e colocando-os em confronto."

Posteriormente, os comunistas terão outra idéia sobre o futebol, enquadrando-o como "mais um campo de luta pela libertação de todas as formas de miséria e opressão". (ANTUNES, 1992, p.47)

Para a elite, a algazarra provocada pelos jogos nas várzeas incomodava, visto os constantes uso de palavras obscenas, mas também as freqüentes brigas, o que gerava reclamações à autoridade municipal, para a remoção de tal prática, em área "inapropriada".⁵³

⁵¹ Para maior detalhes sobre como o futebol foi uma forma de fomentar entre os operários e a empresa uma maior identificação, ver Antunes (1992).

⁵² Não é nossa proposta analisar essa relação bairro operário e futebol. Entretanto, é curioso que no Belenzinho, como afirma Penteado (1962) surgisse um time com esse nome. Poderíamos indagar se uma das motivações do nome fosse a influência do espaço (bairro operário) na nomeação da agremiação.

⁵³ A participação dos operários no futebol se daria também como torcedores, a partir da década de 10 do século passado, quando então seriam comuns, cenas de operários se acotovelando das gerais, para assistirem ao espetáculo. Isso aconteceu, já que segundo Negreiro (1992, p.54) o preço das gerais era de 1000 réis e da arquibanca de 2000 réis, não muito diferente de qualquer outro espetáculo popular.

Nas palavras de Antunes (1992, p.44), o futebol enraizou-se pela classe operária, tanto que:

[...] com a democratização do futebol, as margens dos rios foram transformadas em campos de jogo e passaram a funcionar como ponto de encontro e divertimento de trabalhadores e suas famílias. Já na década de 20, todo operário contava com seus times de várzea.

É inegável a sociabilidade que o futebol pode trazer. Os times de futebol de rua faziam que os operários dispersos, em seu momento de lazer, pudessem se encontrar, e apesar da rivalidade criada pela disputa da partida, havia uma aproximação entre esses indivíduos.

Afora o futebol e os bailes, outras formas de lazer também foram comuns à esse operário. Uma de grande importância foram os teatros sociais. Estes recebiam operários para as peças que retratavam os momentos de luta desses, como o "Primeiro de Maio" de Pietro Gori.

Em sua maioria, esses espaços eram alugados pelos operários, já que pertenciam a vários grupos étnicos que em São Paulo, a essa época, criavam vários clubes e sociedades, formados por vários setores da população.⁵⁴

Apesar dessa diversidade étnica e profissional, o teatro social nas primeiras décadas do século XX, era em sua grande maioria ligado aos operários, e dentre esses, a maior expressividade era dos espetáculos ligados à ideologia anarquista.

A origem desses teatros, com peças que privilegiavam a temática social, segundo Hardmann (1983, p.88) teve como principais idealizadores Kropotkin e Jean Grave.

No caso brasileiro,

[...] já nas primeiras décadas deste século [século XX], surgirão, principalmente no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, dezenas de grupos anarco-sindicalistas de teatro social, com representações sistemáticas anunciadas pela imprensa operária.

⁵⁴ Eram comuns as comemorações operárias acontecerem em salões alugados, como atesta o jornal "O Amigo do Povo", de 01/05/1903, a respeito de uma comemoração da Associação das Artes Gráficas e Anexos, no Club Lira.

Para esses militantes operários, da mesma forma que o sindicato devia ser um instrumento de luta contra o Capital, o teatro, com suas peças “revolucionárias”, deveria preencher o tempo de ócio desse operariado, como forma de não desviá-lo da luta contra o patronato. As peças que não tinham uma preocupação com a temática social eram achincalhadas por esses militantes, como aquelas que tratassem, por exemplo, de romances. É o que vemos, numa citação do jornal “O Amigo do Povo” de 09/07/1904, citado em Lima et all (1987, p.207-208)

[...] O drama *Amor e Desventura* (que título!) arcaico dramalhão de capa e espada, com duelos e grandes frases grotescamente heróicas, borracheira idiota, capaz de fazer evacuar uma sala cheia de gente de bom gosto mais depressa do que uma carga de cavalaria com o salve-se quem puder dos momentos de pânico, pode servir para muita coisa, inclusive para comover pedras, mas para educar os assistentes nem por sombras. Nem vale a pena falar da comédia e do baile. Não nos levem a mal os sócios da União estas observações e não desistam de aumentar sua força enveredando pelo caminho seguido pelo proletariado. O mesmo dizemos ao grupo filodramático Ermetti Novelli, se, como mostrou, pretende colaborar no esforço do proletariado, escolha obras modernas, emancipadoras, com cujas responsabilidades amadores inteligentes e de boa vontade possam honestamente arcar.

Uma parte desses salões nos quais essas peças eram encenadas ficavam nos bairros operários, alguns deles ligados às associações sindicais. Para Hardmann (1983, p.31), dois desses salões se destacavam na freqüente presença de peças sociais, como “o salão da Sociedade de Beneficência Gugliemo Oberdan(1889) na rua Brigadeiro Machado nº 5 e o salão Celso Garcia, pertencente à Associação das Classes Laboriosas (1891), na rua do Carmo nº 23”, localizados na região central da cidade.⁵⁵

As peças operárias criticavam o capitalismo e denunciavam a situação dos trabalhadores; eram de autoria de intelectuais, próximos ao Anarquismo, casos de Neno Vasco, advogado português e diretor do jornal “O Amigo do Povo”, autor da

⁵⁵ Penteadó (1962, p.260-261) ainda aponta a existência de outros salões não operários, onde se encenavam peças de caráter social, casos do salão grêmio Luso-Brasileiro no Bom Retiro e dos salões Gil Vicente e Almeida Garret no Brás. Algumas das peças aí apresentadas tinham o apoio dos sindicatos ou mesmo dos jornais operários.

peça “Pecado de Simonia”, comédia anticlerical, ou mesmo, Pietro Gori, famoso advogado italiano, autor do drama “Primo Maggio”, muito encenado entre os círculos operários de São Paulo. Eram comuns também, peças de autores não anarquistas, que criticavam o sistema vigente, casos de Tolstoi e Zola.

Essas peças tinham a presença de crianças entre os espectadores, geralmente filhos de operários, que desde tenra idade, conviviam com dramas e palestras contra os capitalistas e o clero.

Muito embora essas peças tivessem caráter pacífico, no seu início, quando apareceram em alguns salões, foram alvos de batidas policiais, visto que para a elite, esse teatro representava algum perigo.

De fato, as peças teatrais apresentavam algum grau de perigo real, pois além de questionarem a situação dos trabalhadores, elas, na verdade não eram as únicas atrações da programação. Isso porque, intercalavam-se conferências de formação política, algo que pudesse contribuir com uma maior organização dessa classe.

Acontecia, portanto em algumas delas, repressão policial, conforme aponta o jornal “O Amigo do Povo” de 21/06/1902:

Sábado, dia 17 do corrente, realizava-se no Cassino Penteado [no bairro do Brás] um espetáculo em favor da propaganda pelo opúsculo em português. Ouvia-se atentamente e pacificamente o “Primo Maggio” de Gori, quando os mantenedores da ordem burguesa vieram perturbar o sossego. Disseram-lhes que o espetáculo era particular. Os homenzinhos teimaram entrar, e como houvesse protestos, chamaram tropas – até cavalaria! -, assustando mulheres e crianças, resistiram os espectadores, declararam suspenso o espetáculo, prenderam três camaradas; Torti, Marconi e Cerchiai. (Apud in Lima et al, p.163)

Entender o lazer operário, para nós é importante, pois demonstra que mesmo num momento de descontração os operários “invadiam” vários espaços, públicos ou não, fechados ou mesmo abertos, e como a elite, realizavam ali suas festividades.

Mais importante do que enumerar todas essas festividades, é perceber que, assim como nas manifestações, o lazer também era uma forma do trabalhador

ocupar seu espaço na cidade. E por isso vivia sendo obrigado a procurar alternativas, onde não fosse importunado.

As festas, pic-nics, sempre atraíam muita gente e assim fortaleciam os laços de solidariedade desses indivíduos. A vida cotidiana também possibilitou um novo modo de encarar a cidade e quem sabe, novos espaços de sociabilidade, que rompiam com um modo hegemônico pré-determinado.

Mesmo que de uma forma lúdica, sem causar maiores “transtornos” à elite, o que percebemos nessas festividades, é que havia uma necessidade dessa classe criar uma cultura própria, avessa aos valores burgueses então dominantes. Sendo assim, quanto mais estivessem seus valores presentes na cidade, fosse nas peças ou nos pic-nics, maior seria a possibilidade de êxito nas manifestações e greves.

Como bem demonstrou Hardmann (1983, p.42), sobre as várias atividades operárias

[...] havia condições favoráveis, isto é, a presença de uma massa popular ativa, de um público capaz de preencher e de se apropriar – provisoriamente – dos novos espaços: a força momentânea da classe e de seu movimento permitiam que os núcleos libertários de propaganda procurassem e identificassem esses novos espaços. A “alegria” estuante era condição de uma propaganda fecunda.

Ocupar os espaços fosse na luta ou na festa era o que importava a essa classe. Era uma forma de demonstrar a sua força e que o fim da dominação burguesa cada vez estava mais próximo. Sendo assim, não seria errôneo creditar o grande êxito das manifestações contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917, às inúmeras atividades desenvolvidas por esse operariado, seja na luta, ou no período de comemorações, pois o que mais importava, em todos esses momentos, era a visibilidade da classe operária perante os outros setores da população.

Ocupar a cidade era uma forma de demonstrar isso, além do que através dessa presença maciça, se contrapropunha à cidade do “burguês”, com se fosse uma outra, mais democrática e livre.

Assim sendo, é sobre luta do operário na cidade que falaremos a partir de agora. E falando de sua luta na cidade, fazemos a sua “geografia”.

5.6 - Movimentos de Luta: Os Operários pedem Passagem!

Como vimos, a organização sindical de tendência anarco-sindicalista, por não concordar com o sufrágio universal, tinha como principal “arma” na luta contra o Capital, as manifestações e passeatas. Portanto o uso das ruas da cidade (principalmente àquelas das regiões centrais, onde se localizavam as lojas mais “chics”⁵⁶), era uma das poucas maneiras desse operariado expressar sua existência (já que vivia confinado nos arrabaldes) e ao ocupar esses logradouros, demonstrar a sua força.

A manifestação de rua era também uma orientação da maior central de operários, a Confederação Operária Brasileira (COB)⁵⁷. Analisando as resoluções do 1º Congresso da COB, de 1906, vemos que sendo partidários da ação direta e não da ação parlamentar, os militantes dos sindicatos filiados, entendiam que seria pelas ruas que se deviam propagar as lutas e manifestações operárias. Uma das resoluções da COB afirmava que:

[...] como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos a greve parcial ou jeral, a boicotage, a sabotagem, o label, a **manifestação pública** (grifo nosso) etc, variáveis segundo as circunstâncias de lugar de momento.(A VOZ DO TRABALHADOR, 01/02/1914, p.7).

Como nos mostra Rolnik (1981, p.163), por ocuparem os espaços reais e não os virtuais, como as eleições, foram possíveis grandes agitações. Diz ela:

Boicotes, greves, sabotagens e manifestações de rua são os métodos a empregar: são lutas diretas, que não reconhecem os canais de

⁵⁶ Sobre essas lojas, ver o trabalho de Deaecto (2002) – Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930).

⁵⁷ Em 1906, vários sindicatos e ligas do país inteiro, realizaram um encontro com o intuito de organizarem uma central sindical de âmbito nacional. A proposta de organização foi aceita e, em 1908, com a presença de cinquenta associações operárias de todas as regiões do país, foi organizada a COB (Confederação Operária Brasileira), tendo algumas teses anarco-sindicalistas, como a ação direta, como principal método de ação. Apud in: Paula (1999) – A Geografia do Movimento Operário no Brasil de 1906 á 1937.

participação instituídos pelo Estado, pelo contrário, pretendem que este e todos os seus 'canais' desapareçam o mais breve possível: os homens podem e devem se auto-governar, e já.

Acima de tudo, ao tomar as ruas de assalto, esses militantes e operários incitavam todos a ocuparem os espaços que, construídos por eles, eram usufruídos pelos patrões.

A própria autora completa esse raciocínio:

Para os militantes, a ligação exploração na fábrica/exploração urbana era imediata: a propriedade privada (dos meios de produção dos terrenos urbanos, das casas, da distribuição de alimentos e gêneros de primeira necessidades), marcava a fronteira entre dominadores e dominados. (ROLNIK, 1981, p.163)

Evidencia-se portanto, que o processo de subjugação não terminava quando o operariado saía da fábrica. Ele se transformava, ficava mais sutil, mas tão violento quanto antes. A violência da fábrica representada pelo patrão e seu contramestre, instituindo ordens, punições e castigos, apareceu de forma correlata na cidade elitizada, pela expulsão dos mais pobres do centro, pela acomodação dos mesmos em quartos minúsculos e em locais afastados, como também no uso coercitivo da polícia, os "contramestres" da política paulistana.

Apesar dos espaços serem diferentes, as relações de dominação eram muito semelhantes. Deu-se então que o conflito interno patrão-operário ultrapassava as paredes da fábrica e instalava-se nas ruas. Ocupar as ruas da cidade significava romper com o processo em vigor. Era ocupar a "fábrica" externa que como a real, transforma seres-humanos em animais, ou pior, em autômatos.

Como dito nas primeiras partes deste trabalho, a indústria e seu modelo passaram a gerir a cidade a seu bel-prazer. Em contrapartida, o proletariado descontente no ambiente fabril, vai reclamar de suas mazelas apropriando-se do espaço do mundo exterior.

Mais do que nunca, a ameaça que se tinha no cortiço, tornava-se realidade com as manifestações de rua. Foram nessas manifestações que os "construtores" da cidade a ocuparam para si e por isso foram comuns em suas reuniões, a presença secreta da polícia, como forma de acompanhar seus passos. É o que

vemos no relatório dirigido ao Gabinete de Investigações e Capturas de 05/07/1915, citado em FONSECA (1996, p.25):

Comunico a V.sa a reunião de operários e de vários anarquistas do costume que houve ontem as 9 horas da manhã sito á Rua 21 de Abril nº 144 a fim de tratar de melhorar suas situações o seguinte: falou nesta reunião Antonio Nelepinski, João Penteado e Edgard Leuenroth que é necessário todos os operários reunirem-se para defender seus irmãos de trabalho e para defender seus direitos é necessário que o povo chame seus irmãos de trabalho em **plena praça pública** (grifo nosso) para formar a verdadeira guerra que é guerra social; Edgard fez ver ainda o povo que nesta reunião se achavam o resultado que eles podem obter de um governo ou de uma pátria é o seguinte: ver os capitalistas e os governantes passear de automóvel e terem seus bons Palácios nas Avenidas principais, e tudo que se diz de bom e melhor, **mas o povo trabalhador, o povo que produz, o povo construtor e o povo que faz as delícias no mundo** (grifo nosso) não pode gozá-la porque este povo não tem raciocínio intelectual para analisar o ambiente de um governo; enfim falou Edgard que para o povo trabalhador se ver livre das penitências, das misérias e do cativo é necessário que todos os povos deserdados da fortuna e do bem estar se revoltem contra todos os homens que atualmente governam e os que ainda pretendem governar. Edgard e seus companheiros que ali falaram tiveram grandes aplausos por todos que ali se achavam.

Nas palavras de Leuenroth, fica evidente que o operário era o principal construtor da cidade.

Era ele que no trabalho de abertura ou alargamento de ruas, propiciava aos mais ricos passearem com seus automóveis, mas também seria de suas mãos que se construiriam os grandes palácios das avenidas.

Entretanto, muito pouco do que esse trabalhador fabricava, construía, era por ele usufruído. Isso porque, para Leuenroth, nenhum governo se preocupava com essa classe. Somente então se usava algum poder de Estado, para reprimir as manifestações mais populares e preservar a “ordem” da elite.

Apesar da reunião se realizar em um local fechado, a orientação do movimento, segundo a descrição do policial infiltrado, era para que os operários se utilizassem das ruas e das praças públicas para seus protestos.

A partir dessa apropriação espacial seria possível iniciar um movimento de ruptura social e econômica, baseado na luta de classes, o que Leuenroth chama de “guerra social”.

Sendo assim, para melhor exemplificarmos essas apropriações pelos operários, vamos nos ater a um momento de grandes manifestações, eventos que como veremos adiante, tiveram também importância espacial.

Foram os casos das grandes manifestações operárias da década de 10 em São Paulo (manifestações contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917), surgidas num contexto de grande carestia e aumento abusivo dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

É importante percebermos que o ato da greve e de outras manifestações operárias tinha em si uma percepção de se libertar do patrão, de contestação a sua autoridade: nas manifestações de rua, voltava-se contra os políticos, que também defendiam interesses patronais contra os da maioria.

Mas também era um momento de festa, de valorização, de se conhecer enquanto classe e de reconhecer o outro como companheiro, tanto pela luta, quanto pelo fato de ser morador da cidade, que sofria as mesmas dificuldades. Diz o historiador francês Prost (1993, p.49) sobre o significado das greves:

[] Os operários em greve não se limitam a reivindicar, eles contestam a autoridade do "pai da fábrica", eles rompem um laço, eles se libertam de uma dependência. Aliás, é exatamente por isso que os sindicalistas do século atribuem tanta importância à greve. Ela educa, encarna, arrasta, cria.

Essas manifestações de rua, como numa espécie de ritual, iniciavam-se com a saída de casa, ainda no bairro operário, quando as colunas⁵⁸ de trabalhadores se formavam e lentamente se encontravam com outras, formando uma única manifestação, tomando as ruas e praças, chegando ao centro como se formassem um turbilhão humano, apropriando-se, mesmo que num pequeno instante, de algo perdido, que decisivamente se conquistava.

É o que vemos na descrição de um desses fenômenos (manifestação de rua), relatado pelo jornal "A Lanterna", de 21.10.1911, citado em Hardmann (1983, p.73)

⁵⁸ Coluna, era como os jornais operários referiam-se a organização dos trabalhadores em grandes grupos. Essa expressão, usada pelos militares até 1914, designava os batalhões de combate. Ao nomearem o grupo de operários como "coluna", esses jornais poderiam, implicitamente, sugerir que os operários estivessem também em um conflito de classes, por isso, em combate.

Um outro companheiro dispunha-se a falar, quando todas as atenções foram atraídas para o largo do Ouvidor, de onde vinha a coluna do Braz que, precedida por uma banda de música e de muitos cartazes entrou no Lgo São Francisco, por entre aplausos calorosos e vivas entusiásticas do nosso povo que ali estava.

Nesse comício, o condutor da coluna do Braz, Leão Aymoré, ao término de sua fala convida

o povo a percorrer em coluna o centro da cidade, no que foi logo atendido, pondo-se a Coluna em marcha pela Rua Benjamin Constant, descendo a Rua Mal. Deodoro, Rua XV de Novembro, subindo depois a Rua São Bento e entrando novamente no Largo onde falou novamente o companheiro Maffei.

Nessa manifestação não importava apenas o ato em si, o protesto na praça, mas também a circulação dos operários nas ruas centrais.

Isso porque, se as manifestações pelas ruas centrais demonstrava de uma forma vivaz a indignação desses operários pelas suas condições de vida, indicava também (e principalmente) a força que essa classe tinha na cidade, ainda que fosse totalmente alheia á alguma participação política parlamentar.

Também notamos essa força nas manifestações contra a Carestia de Vida.

5.6.1 - Manifestações contra a Carestia de Vida

As manifestações contra a Carestia de Vida tiveram seu início em 1912, com o chamado de vários grupos anarquistas, que contando com o apoio dos socialistas, realizaram, através de assembléias (seja em locais fechados ou não) um ciclo de agitações que se estenderia até 1914.

Esses comícios surgiram como protesto ao aumento generalizado de preços dos artigos de primeira necessidade, mas também como efeito do alto valor dos aluguéis, valor então insuportável para grande parte do operariado, já que independente do aumento do aluguel, seus salários continuavam sem reajustes.

Num primeiro momento essas manifestações estavam circunscritas aos bairros operários (como o Brás, Bom Retiro, Lapa, Mooca, etc), sendo compostas por trabalhadores de diversos ofícios, mas também, no seu início, contando com a presença de “pequenos especuladores imobiliários e empreendedores de vilas e cortiços que desejavam isenções fiscais para a construção de casas operárias, sua fonte de renda”. (ROLNIK, 1981, p.148)

A partir de 1913, o movimento cresceu e lentamente saiu dos arrabaldes da cidade e chegou ao centro. Essa movimentação poderia trazer um confronto entre manifestantes e policiais, fazendo com que, aqueles que ali estavam procurando formas de amealhar algum lucro (como os pequenos empreendedores), aceitassem que nesses encontros, apenas os discursos fossem enérgicos, sendo que a dinâmica do protesto fosse pacífica, sem danos à propriedade.(ROLNIK, 1981, p.148)

Entretanto, a partir de 1913, apesar do apelo desses pequenos empreendedores, o conflito foi, conforme crescia o movimento, tornando-se inevitável.

Isso porque, se por um lado, a tomada das ruas era para protestar contra os preços altos dos gêneros alimentícios, por exemplo, por outro, era também uma forma de tentar “retomar” a cidade segregada.

Foi a partir de uma luta determinada (no caso contra aumento de preços) que a ocupação do centro e sua “paralisação” aconteceram. Paralisação que emperrava a circulação normal das mercadorias. Devido á essas manifestações, pela primeira vez, eram os operários organizados que determinavam o ritmo da circulação de pessoas e mercadorias pelo centro.

Esse evento gerou reclamações por parte da elite. Apoio às manifestações podia acontecer, entretanto, elas deveriam ser “pacíficas”, para não subverter uma ordem já estabelecida. Foi o comentário feito pelo jornal “Diário Popular” de 15/03/1913, na sua página um:

“Em São Paulo, pretende-se agora promover uma agitação declarando que ela visa a carestia de vida. O fim encontra sympathia em todas as classes, Oxalá não se trate de um meio **de perturbar a ordem** [...] (grifo nosso)”

Se essa ordem não for mantida

[...] pode haver censura caso ela degenere em agitação política desordeira ou em expansão de doutrinas demolidoras, e neste dois últimos casos, o louvor passará a pertencer ao poder publico, a quem compete manter a ordem e por qualquer meio de entaves à desordem, reprimindo-a com a energia que a situação exigir em beneficio do todo, inclusive dos ingênuos que se deixam levar a momentos desagradáveis.

“Manter a ordem” para a Polícia, entre outras coisas, era primordialmente não atacar a propriedade privada. É isso que vemos num comunicado da Polícia, escrito na página dois do jornal “Correio Paulistano”, do dia 01/05/1917, acerca de outra data de grande importância ao movimento operário, o Primeiro de Maio, que como a luta contra a carestia, poderia causar algum “transtorno” á ordem reinante.

Em comemoração à festa do trabalho, os operários pretendem realizar hoje vários comícios em determinados pontos da cidade. A policia pede e espera que tais reuniões ocorram na mais perfeita calma e com o maior respeito ao socego e a vida da cidade. Quaesquer attentados as pessoas ou á **propriedade** (grifo nosso) serão enérgica e promptamente reprimidos.

O movimento operário percebia, seja na comemoração do Primeiro de Maio ou na luta contra o aumento dos gêneros alimentícios, que na realidade “manter a ordem”, seria uma forma de impedir a passagem de suas colunas pelo centro, já que essas colunas provocariam, pela grandeza do ato, um possível fechamento de lojas, e assim “quebraria” a “normalidade” cotidiana ali reinante.

Com medo de que esses atos no centro da cidade resultassem em transtornos à ordem pública, a polícia fazia de tudo para atrapalhar tal evento e assim afastar os operários da área. É o que aponta o jornal “Germinal” de 01/05/1913, mostrando com detalhes os reais motivos do impedimento de uma manifestação de operários, contra a Carestia de Vida:

No dia 20 do mez passado, a Liga Popular contra a Carestia de Vida, tentou verificar vários comícios e uma grande manifestação no centro da cidade, para protestar contra a carestia da vida e a lei de expulsão. A constituição garante todas as liberdades, mas essas liberdades têm um certo limite, pois não permite que se chegue ao abuso, nem alteração da ordem. Os correctos funcionários da policia paulistana entenderam que

tal manifestação no centro da cidade, no bairro burguez, constituiria um abuso, e como a manutenção da ordem, dá direito a proibir qualquer acto publico ou particular, mesmo sem pretexto, tanto a manifestação como os comícios foram obstados pelas autoridades. Primeiramente a manifestação central foi proibida, permitindo-se os comícios dos bairros, dando-se a entender que as ruas centrais não são públicas, pertencem aos senhores. Se querem fazer comícios, façam lá na sua terra! (GERMINAL, 01/05/1913, p.4)

Como afirmou o jornal operário, pertenciam aos senhores as ruas centrais, pois era lá que ficava também o “bairro burguez”.

Como vemos, a cidade segregada está alheia a seu maior construtor - os operários. Apesar disso, em vários momentos dessa luta contra a carestia, os operários se organizaram e chegaram ao centro.

Essa proibição determinada pela polícia acontecia, pois, como mostrou Deaecto (2002), grande parte das lojas de produtos ‘finos’, importados que serviam á elite, localizavam-se nessa área da cidade. Entretanto, cabe ressaltar que todas as melhorias que o centro da cidade possuía, foram realizadas pelas mãos de centenas de operários, trabalhadores que estavam proibidos de se manifestarem nas ruas centrais.

Como visto, nas manifestações contra a Carestia de Vida, os operários se organizavam primeiramente nos bairros, e daí partiam, em colunas, para o centro. Como forma de facilitar a organização desses eventos, as agremiações operárias percebiam a importância da localização de suas sedes, já que facilitaria o acesso dos trabalhadores, às suas reuniões.

Tendo essa preocupação com a localização, como fundamento para a ampliação das agitações operárias, é que o jornal “A Voz do Trabalhador – Orgam da COB”, de 15/08/1913, página três, comemora o fato de um de seus filiados conseguirem uma sede bem centralizada. “[...] O ponto em que se encontra instalada a nova sede social é magnífico, pois abrange diversas linhas de bondes que se comunicam com os arrabaldes da cidade, onde reside maior número de operários”.

O encontro de operários para os comícios contra a Carestia de Vida, levava em conta a confluência das principais ruas e avenidas de bairros operários. Vias

públicas que proporcionassem o acesso a avenidas mais largas, que comportassem um maior número de pessoas.

A elite alargou as ruas mais centrais para facilitar a circulação pelo centro e para o centro (casos da Av. Rangel Pestana). Ruas mais largas ajudam a uma maior fluidez das mercadorias. Entretanto, ruas mais espaçosas facilitam o trânsito das manifestações também. E os operários perceberam isso. Seus encontros nos bairros ocorriam geralmente na confluência de ruas que permitiam uma maior aglomeração de pessoas.

O jornal “Germinal” de 20/04/1913 aponta a “geografia” dessas manifestações e como se desenvolveram essas movimentações pela cidade:

Revolta popular contra a Carestia de Vida e a Lei de Expulsão

Serão realizados, nesta cidade, os seguintes comícios:

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas da Mooca e João Antonio de Oliveira, de onde o povo dirigirá-se-a, em coluna, para o largo da Concórdia.

As 3 e ½ da tarde no Largo da Concórdia, de onde, juntamente com a coluna da Mooca o povo dirigirá-se-a para o largo de São Francisco.

As 3 e ½ da tarde nos cruzamentos das ruas da Graça e Três Rios, de onde os manifestantes seguirão para o Largo de São Francisco.

As 3 horas da tarde no largo do Cambuci, seguindo depois o povo em coluna, para o largo de São Francisco;

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas de Santo Antonio e 13 de Maio de onde os concorrentes se dirigirão para o largo de São Francisco.

As 4 horas da tarde, uma vez reunidas as colunas que virão dos diversos bairros, realizar-se-a o Comício monstro no Largo de São Francisco, onde falará os delegados das entidades organizadoras e outros oradores populares.

Povo de São Paulo! É preciso que a tua presença nesta manifestação afirme de uma vez para sempre os direitos, e liberdades que por natureza e por conquista dos lutadores passados e contemporâneos te pertencem.

A dignidade exige que ninguém falte a esta manifestação de soberania popular. (GERMINAL, 20/04/1913, p.1)⁵⁹

A organização geográfica é explícita. Os jornais operários demonstraram isso. A manifestação num primeiro momento era descentralizada e os operários

⁵⁹ Em que pese nesse dia, como vimos anteriormente, a manifestação não ser realizada, nosso intuito ao inserirmos no texto essa citação de um jornal operário, é demonstrar como as manifestações contra a carestia se organizavam, já que, afora essa, outras manifestações também saíram dos bairros operários e se dirigiram à região central da cidade, caso constatado nos jornais operários de então, como também, na informação de um secreta da época, citada na pág.123-124.

após se reunirem, saíam em colunas dos diversos bairros, para se encontrarem finalmente no centro da cidade.

O mapa nº 3, página 125, aponta o provável percurso realizado pelos operários para chegarem até o centro. A análise permite-nos perceber como as manifestações, de certa forma, ‘cercavam’ a região central da cidade.

Lentamente iam se apropriando das vias públicas. Através dessa apropriação, os operários conseguiam obstar a circulação de veículos e principalmente, promover um ato de força.

Atingindo-se o centro, ocupava-se um espaço que objetivamente não era seu, já que, apesar de serem públicas, na prática, com a proibição das manifestações, as ruas e praças centrais, pertenciam, como afirmava o jornal operário citado anteriormente, às classes dominantes, eram uma extensão dos bairros mais ricos.

Por isso que, no momento da manifestação, pouco o tempo que seja, a praça tinha que ser (re) usada, profanada. É como se finalmente quem o "construísse" tomasse posse.

E apropriar-se desse espaço pôde significar o resgate de algo que até então era percebido como apenas de uma elite e não de toda a população: o uso das praças e ruas centrais. Da mesma forma que a classe dominante passeava com sua família e seus serviçais pela área central, esses comícios mostravam que pelo menos, naquele momento, a praça pública era dos operários, era da classe do trabalho.

Nesses encontros operários, eram comuns as críticas ao estado de penúria da classe operária, mas também se conclamava a população operária a lutar contra as autoridades estabelecidas, bem como contra a população mais rica, ou seja, era incitado livremente a luta de classes, mostrando a forte presença de anarquistas nessas reuniões públicas.

Nessas manifestações, a veemência com que se pediam algumas mudanças sociais e econômicas, gerava uma tensão entre o operariado e a polícia. É o que relata o jornal “O Estado de São Paulo”, de 21/04/1913, na sua página oito:

Notícias Diversas
A Carestia de Vida

Com o interesse de garantir a ordem pública, a polícia determinara, medidas no sentido de impedir as reuniões convocadas para hontem em defferentes arrabaldes da cidade.

Para esse fim, desde cedo, os pontos designados para as reuniões estiveram guarnecidos por força armada, às ordens das autoridades dos districtos.

Os comícios parciaes deveriam realizar-se-a ás 3 horas da tarde [...] A polícia interveiu immediatamente, obstando a que elle se realisasse e dispersando os manifestantes, alguns dos quaes, resistindo a essa ordem, foram presos e recolhidos ao posto policial do Braz.

No centro da cidade houve a mesma tentativa de se levar a effeito o grande comício no largo de São Francisco.

O dr. Rudge Ramos alli presente, tornou logo obrigatória a circulação naquelle largo e nada de anormal alli ocorreu.

Pouco antes das 7 horas da noite, entretanto, no largo da Sé, um grupo de agitadores, pretendeu reunir gente para o 'meeting', mas o terceiro delegado auxiliar informado do que se estava passando, destacou uma patrulha de 2 praças de cavallaria para dissolver o grupo.

A chegada da autoridade e da força foi disparado do grupo um tiro de revolver que, felizmente, não attingiu ninguém.

O grupo dissolveu-se em seguida, correndo todos, precipitadamente, para varias direções. Dessa hora em deante nada mais de anormal ocorreu.

A reportagem do jornal mostra a proibição de se realizarem manifestações nas regiões suburbanas. Isso pode evidenciar que a polícia tinha informação do real interesse do protesto: formar colunas de operários nos bairros suburbanos, para depois, todas juntas chegarem ao centro. Entretanto sem os protestos nos bairros, a polícia conseguia diminuir a presença de manifestantes no centro da cidade, dificultando a emergência de algum comício mais forte.

Quanto o maior o rastreamento dessas manifestações pela polícia, mais controle haveria sobre elas e seus "líderes". Além disso, para a polícia, a presença de espiões (conhecidos como "secretas") era uma das formas de detectar quais seriam os rumos da luta operária após os comícios, ou seja, possibilitar a obstrução de um movimento maior , como uma greve geral, por exemplo.

O relato de um secreta da época, de 16 de março de 1913, num dos inúmeros comícios contra a Carestia de Vida, mostra a preocupação das autoridades públicas com os rumos do movimento:

Conforme comuniquei na minha última, realizou-se ontem no Largo de São Francisco um comício popular em protesto contra a carestia de vida.

O comício anunciado para as 7 horas só começou depois das 7 e meia, presente mais ou menos umas mil pessoas, falando o Dr. Passos Cunha, Edgard Leuenroth, de “A Lanterna”, Tal de Oliveira (sic), Paulo Cruz e mais dois operários, um sapateiro da Casa Clark e um agente da Liga Operária de Santos que acha-se atualmente em São Paulo. Como V.Exa bem vê, o motivo da reunião pode variar, mas os oradores e agitadores são sempre os mesmos. Todos os oradores falaram contra as autoridades que, segundo eles disseram, deveriam proibir de qualquer forma o exagerado aumento do preço da vida, mas não fazem, pois são os ricos que lucram com essa alta de preços, são os que fazem as leis, e não é por admissível que os ricos façam leis prejudiciais a eles mesmos; incitaram, enfim, o povo a se organizar para reagir em qualquer forma contra o atual estado de coisas, sendo todos mais ou menos aplaudidos. Para hoje á noite está convocado outro comício no largo da Concórdia. Do que houver, prontamente informarei à V. Exa como meu dever. (FONSECA, 1996, p.24)

Esses fatos apresentados demonstram que o espaço público constantemente era tomado de assalto pelos operários. Um espaço que objetivamente não lhes pertencia, nas manifestações e comícios era apropriado, tornava-se-lhes próprio – por meio de uma apropriação ainda provisória, mas já legitimada anteriormente pelo trabalho operário de construção daquele espaço.

Por isso, nem sempre essas manifestações acabaram pacificamente. Os conflitos eram inevitáveis. O operário descumpria suas funções duplamente, seja na fábrica (com a greve) ou na cidade (com a ocupação das ruas) e, em conseqüência, estava sujeito às punições.

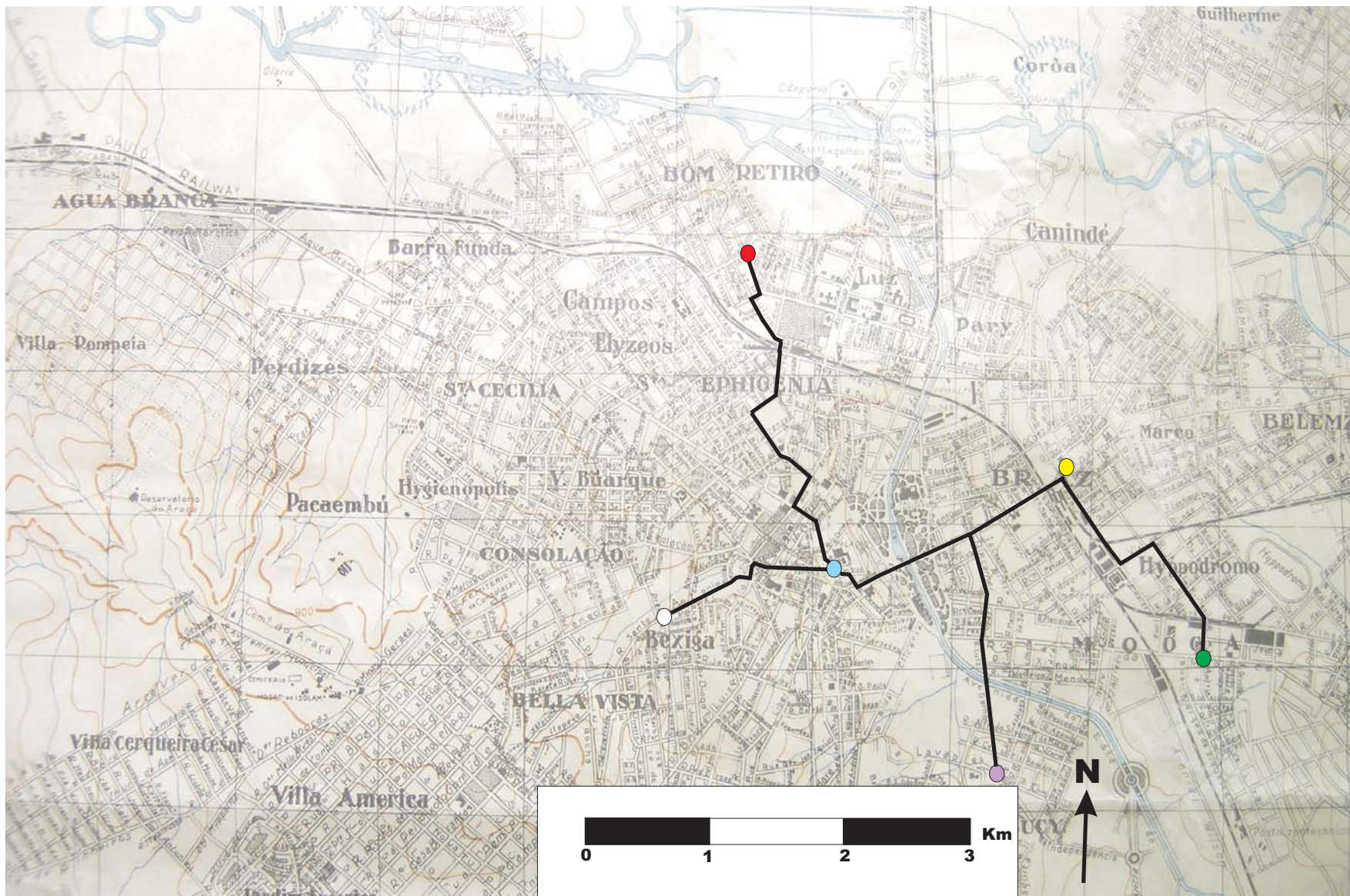
Para a elite, os locais apropriados para reclamações não eram as ruas, mas o parlamento. Entretanto, usá-lo era impossível, já que na prática estava a serviço dessa elite. Mais ainda, o operariado nessa instância política pouco poderia participar, já que era composto, por uma grande maioria de imigrantes, sem direito a votar nem ser votado. Além disso, esses trabalhadores entendiam que o efeito das ruas não era igual ao do parlamento

Nesse momento de agitação operária, a rua da circulação da mercadoria passou a ter seu uso mudado. Tornou-se via de manifestações e de conflitos. O operário rompia com a geografia imposta pela elite. Já não eram apenas as várzeas que eles ocupavam. O centro, com suas lojas e casas bancárias também lhes pertencia. Isso ficou extremamente evidente na greve de

1917. São Paulo nas mãos dos operários. Um mês (julho) de agitação de rua contínua. O poder estava também nas ruas.

MAPA Nº 3

Manifestações contra a Carestia de Vida



LEGENDA

- Manifestação Central (Lgo São Francisco)
- Rua da Graça com Rua Três Rios
- Lgo da Concórdia
- Rua da Móoca com Rua João A. de Oliveira
- Lgo do Cambuci
- Rua Sto Antonio com Rua 13 de Maio
- ▬ Caminho Hipotético das Manifestações

Planta da Cidade de São Paulo, 1924
Fonte: Jornal "Germinal" (1913)
Org: Amir El Ham de Paula

5.6.2 - A Greve Geral de 1917

Nessa parte desenvolveremos uma análise espacial sobre a greve de 1917, procurando demonstrando como era circulação dos operários pela cidade nesse período de grandes paralisações. Assim, os fatos aqui não são desenvolvidos, necessariamente, de uma forma cronológica.

Apesar de ter como estopim o pedido de aumento do salário dos operários do Cotonifício Crespi, a greve que explode em julho de 1917, foi um processo reivindicatório que se iniciou ainda nos meses de maio e junho, devido às:

[...] proporções alarmantes que o custo de vida toma, pelos salários indiscutivelmente insuficientes, pelas más condições de vida urbana e pela situação lamentável em que se encontra o fornecimento de gêneros de primeira necessidade, além de caros e insuficientes são, não raro, falsificados ou se encontram em mau estado de conservação. (KHOURY, 1981, p.23)⁶⁰

Para Fausto (1986, p.201), houve pouca influência política externa no movimento grevista (apesar da Revolução de Fevereiro na Rússia, um grande movimento de ruptura política com grande participação popular).

Na questão econômica, a suspensão da exportação de trigo da Argentina para o Brasil em maio, bem como, “a denúncia da grande imprensa contra os Matarazzo, Gamba, etc, pelo desvio de mercadorias para a exportação e a estocagem de gêneros alimentícios”, foram fatos que provocaram um maior aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, com o pão, por exemplo.

Além dos problemas de ordem econômica enfrentados pelos operários é necessário salientar que tal movimento foi de enorme vulto, paralisando quase que

⁶⁰ Lopreato (1997, p17), de forma explícita, demonstra como se davam essas adulterações de alimentos: “Substanciais tóxicas como areia, caulim, e serragem de madeira eram adicionadas ao açúcar, farinha de trigo e farinha de mandioca, respectivamente. O leite era aumentado com água e polvilho e ao sal misturava-se areia e vidro moído. O vinagre era ácido acético diluído em água. O azeite, sob o rótulo de legítimo italiano, era fabricado no interior do estado com caroços de algodão. Bagas de sabugueiro eram utilizadas na fabricação de vinhos estrangeiros, cuja procedência era ocultada por falsos rótulos e vasilhames reaproveitados.”

totalmente, como veremos adiante, a capital paulista por pelo menos três dias, até também por constar de outras reivindicações, como

[...] a jornada de 8 horas, aumento dos salários, **redução dos aluguéis**, normalização do trabalho das mulheres e dos menores, **melhoramento dos locais de trabalho**. Encabeçavam essas reivindicações as exigências do **respeito ao direito de organização e de reunião**, e a libertação imediata de todos os operários encarcerados. (PINHEIRO, 1979, p.228) (Os grifos são nossos)

A greve se iniciou em 22 de junho no Cotonifício Crespi, quando os operários não tiveram atendidas as suas reivindicações, como aumento de salários e fim do trabalho noturno. O movimento então se estendeu a outras fábricas com as mesmas reclamações e, com reclamações específicas a cada uma, totalizando no início de julho mais de 20.000 operários paralisados, quando então já eram várias as categorias e as fábricas paradas, sendo grevistas de vários setores, tais como canteiros, leiteiros, oleiros, etc.

Segundo o jornal “O Combate” de 11/07/1917, página um,

[...] os maiores núcleos grevistas são a fábrica de tecidos Mariângela, com mais de 2.500 operários; fábrica de Tecidos de juta, com 2000, Cotonifício Crespi, com 1500, estamperia Matarazzo, com 2000, fábrica de alpargatas, com 1000; Antarctica, com 1000, fábrica de tecidos Boys com 800, canteiros de diversas localidades, com 800, etc. Além disso, suspenderam hoje os trabalhos, sem fazer reclamações e apenas for solidariedade com os companheiros, os operários do Lanifício De Camillis, das Indústrias Textis, da Fábrica de Tecidos Ipiranga, do Lanifício Catumby, etc. [...] Esperam-se, para hoje, a adesão dos operários oleiros, tiradores de areia, leiteiros e a de tecelões de diversas fábricas, companhia de gaz e outras.

A ação policial ao invés de refrear as manifestações, as intensificava. Nesses dias de manifestações operárias, a maior parte das fábricas da cidade foi fechada, entretanto, em sua maioria, elas ficavam nos bairros onde moravam os operários. Parar a cidade inteira incluía também parar seu o centro, região mais comercial. E isso também ocorreu. É o que aponta o “Correio Paulistano” de 13/07/1917:

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários, homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fabricas. De uma certa hora em diante, o triangulo central entregue a sua actividade pacifica, começou igualmente a ser invadido por uma **onda de desocupados** (grifo nosso). O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as sua portas, a exemplo do que estava succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos. (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p.2)

Se a chegada desses operários ao centro da cidade apavorava a elite, os primeiros, por meio de seus jornais, comemoravam tal “ousadia”, apontando que estar na região central foi apenas uma questão de tempo, visto que as manifestações já eram intensas em várias regiões da cidade (primeiramente naquelas com presença de Ligas), não se importando, inclusive, com a presença de policiais.

É o que vemos no jornal “A Plebe” de 09/07/1917:

A decisão dos operários já vae desnorteando os burgueses. Encontrasse no mesmo pé o movimento dos operários do “Cotonifício Crespi” [...] Reúnem-se elles diariamente na Liga Operária da Mooca, onde tratam animadamente da greve e do movimento obreiro em geral. O cavalliere da indústria está tão apavorado que já mandou a sua família para o Guarujá, raramente apparecendo no palacete da Avenida.

E completa:

A pacatez vagabunda da burguezada do centro da cidade foi perturbada pelo clamor dos operários grevistas em manifestações. Afim de reclamar a liberdade de seu companheiro preso, os trabalhadores homens, mulheres e crianças vieram em columnas até a frente da Polícia Central, reunindo depois em comício no largo da Sé, onde falaram dois camaradas e uma companheira. Num dos dias da semana, os grevistas da Mooca foram incorporados até o Ipiranga onde conjuntamente com os operários da fábrica de Nami Jafet, realizaram um comício. A gente do burguez, que mora nas imediações onde se reuniram os operários, julgando que havia chegado a hora da justiça popular, fecharam-se a sete chaves. (A PLEBE, 09/07/1917, p.3)

E aos poucos os grevistas foram parando a cidade, seus bondes, táxis, cocheiras. Pelo menos, por pouco tempo que fosse, a cidade era sublevada e a “comandavam” não mais a elite, e sim os operários.

Os jornais operários também apontavam vários confrontos pela cidade. Era como se os operários tentassem através dessas lutas tomar posse desse espaço, construído por eles, mas lhes retirado pela elite (no sentido de que era ela que dominava politicamente e economicamente a cidade) e que aos poucos retornava as suas mãos.

Mais ainda, os operários ocupavam, não com alguma permissão oficial, mas arrancando violentamente das mãos dessa elite o controle do espaço urbano. E ao se apropriar de cada “pedacinho” da cidade, ficava mais fácil chegar ao centro dela.

A reportagem do jornal “A Plebe” de 21/07/1917, aponta com detalhes esse conflito:

As Barricadas

Em vários pontos da cidade travaram-se, como é sabido, verdadeiras batalhas entre o povo e a força armada. Foram tiroteios incessantes que os grevistas heroicamente sustentaram forçando a debandar, em completa desordem, numerosos contingentes da força pública. A cavallaria, sobretudo, teve o seu quinhão.

No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do Capitalismo, princípio e causa de sua própria desgraça e da desgraça daquelles que são os seus irmãos de sofrimento e miséria. (A PLEBE, 21/07/1917, p.1)

No bairro do Brás, de predominância operária,

[...] foco da agitação, está com a vida normal completamente paralyzada. O comércio quase todo cerrou as portas e a Light foi forçada a suspender o tráfego de bondes, que eram assaltados de momento a momento. As ruas estão apinhadas de grevistas, em ruidosas manifestações. (O COMBATE, 12/07/1917, p.3).

No período entre o dia 09 e o dia 13 de julho, foram constantes as manifestações de rua, confrontos entre operários e a polícia, assaltos a bondes e moinhos. Em um desses conflitos, foi morto o sapateiro anarquista José Martinez.

O medo instalava-se na elite e a polícia, como forma de diminuir a força do movimento, resolveu adotar uma medida drástica: proibir as manifestações públicas. É o que diz a nota da Força Pública, publicada pelo jornal “O Combate”

de 13/07/1917, página três, “Em vista das agitações promovidas por desordeiros e elementos exaltados da classe dos operários e em benefícios mesmo dos trabalhadores pacatos, a polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas”.

A determinação da Força Pública, de alguma forma, corrobora o que pensamos sobre o significado da palavra “pública” para essa elite. A partir do momento em que nessas ruas e praças eram realizadas demonstrações de força da classe operária, cabe á polícia acabar com o cinismo dominante de que elas eram realmente “públicas”, ou seja, a idéia delas serem daqueles que queiram delas se utilizar para suas manifestações ou mesmo comemorações.

É verdade, que esse controle mais rígido sobre as manifestações públicas, é anterior à greve de 1917, surgiu em 1905⁶¹, quando então o Estado procurou limitar e acompanhar esses encontros, principalmente aqueles de cunho político-social, como forma de não ser surpreendido por uma agitação mais preocupante.

O fato é que nesse dias mais intensos, o próprio governador do Estado, em seu diário, demonstrava preocupação com o movimento paredista, afirmando que a greve,

Degenerou em movimento subversivo da ordem publica, redobrando de exigência, assaltando e depredando armazéns [...] impedindo a liberdade de trabalho e de transportes, atacando as forças policiaes e praticando outros reprováveis excessos. (Diário do Governador Altino Arantes - xerocopiado – Arquivo do Estado)

As leis que regiam o espaço público proibindo a circulação pelo centro, não eram mais respeitadas, e mesmo assim a polícia temia em fazer cumpri-las. No enterro do sapateiro Martinez, o cortejo fúnebre passou pelas ruas centrais da cidade e independentemente de ser proibida a passagem de féretro por essa região, os operários exigiram que o cortejo também passasse pelas ruas do Triângulo Central (ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento).

⁶¹ Sobre as reuniões públicas e seu controle diz o Relatório Apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo Antonio de Godoy, de 1905: “[...] determinei, por editaes, que antes de se realizarem quaesquer reuniões publicas, em logares publicos, se prevenisse esta chefia, declarando: o local, o dia, a hora e o fim da reunião; os nomes dos promotores; se a reunião se dissolveria ou não no local, e, no caso negativo, qual o itinerário”.

Os órgãos públicos municipais e a Força Pública, na busca de uma normatização da passeata e, procurando um controle do espaço, indicaram um itinerário aos operários, como forma de evitar que esses chegassem próximo às lojas centrais (e causassem algum dano à propriedade), como também passassem próximo à delegacia e tentassem soltar os operários presos nos dias de greve.

Momentos da greve de 1917 – Enterro de José Martinez



Foto nº 6 – Manifestação de Operários na Rua XV de Novembro

Fonte: “A Plebe”, 21/07/1917, pg.1.



Foto nº 7 – Cortejo fúnebre passando pelas ruas centrais

Fonte: “A Plebe”, 18/08/1917, pg.4.

Sobre essa manifestação de rua e o descumprimento de leis que proibissem a passagem de féretro pelo centro, temos a opinião do Jornal “O Combate” de 10/07/1917, e também a impressão dos operários sobre tal proibição, noticiado pelo jornal “A Plebe” de 21/07/1917.

[...] a enorme massa que formava o cortejo seguiu por onde muito bem quis, contra a vontade expressa dos mandões que não estimavam ouvir na própria cara e perto do seu antro as veementes acusações das turbas repletas de justificada revolta. Assim, foram tomadas, de ponta a ponta, pela multidão as ruas 15 de Novembro e São Bento onde os aristocratas vendilhões exercitam o seu lucrativo commercio. (A PLEBE 21/07/1917, p.4)

A greve – O enterro do operário morto – Vários incidentes

Perto de 3 mil operários acompanharam o féretro, que saíu da rua Caetano Pinto nº91 em demanda á necrópole do Araçá.

O itinerário marcado pela polícia não foi obedecido. Pretendia esta fazer passar o enterro pela rua Monsenhor Anacleto, tomando a rua 25 de Março, subir pela rua Senador Queiroz, rua Ipiranga, rua Consolação, com destino ao cemitério. A comissão entendeu, porém que o féretro devia passar pelo centro, embora as posturas municipais expressamente o proibissem.

No entanto, quando o dr. Rudge Ramos pedia á comissão que obedecesse o itinerário marcado houve tumulto; com isso, concordou, afinal, para evitar conseqüências maiores, o 3º Delegado Auxiliar. O féretro subiu a ladeira do Carmo, querendo os membros da comissão, que o mesmo passasse pela Polícia Central. Não foi consentido. A grande formou, tomando o cortejo a rua da Fundação, largo da Sé, rua XV de Novembro. (O COMBATE, 10/07/1917, p.3)

Sobre esse mesmo episódio, diz Lopreato (2000, p.32) :

[...] o cortejo seguiu pelas ruas 15 de Novembro e São Bento, interditas por lei para passagem de préstito fúnebre. Atravessou o viaduto do chá e a rua Barão de Itapetininga e alcançou a praça da República. Dela, subiu pelas ruas Ipiranga e Consolação. Nas vizinhanças do Cemitério Araçá, um policiamento ostensivo aguardava a sua chegada. Na avenida Paulista, um esquadrão de cavalaria patrulhava as residências do secretário de justiça e da segurança pública, Eloy Chaves, e dos industriais Crespi, Matarazzo e Gambá, que temiam manifestações dos grevistas.

Os trechos acima mostram a geografia dessa manifestação (as ruas que a passeata se utilizou para chegar ao cemitério), mas principalmente, que essa movimentação não necessariamente passaria pelas ruas que mais facilitassem a chegada ao cemitério.

O mapa nº 4, página 135, demonstra essa mudança de percurso no enterro do sapateiro Martinez. Como vemos, era necessário que o féretro passasse pelo centro, ainda que o trajeto ficasse mais longo.

Não se tratava de levar o corpo o mais rápido possível ao cemitério. Isso porque, nesse momento, era necessário mostrar a força da greve e que a morte de um dos operários não abalou o movimento, mas pelo contrário, fortaleceu-o, já que uniu mais ainda as várias categorias de trabalhadores, incentivando, como vimos anteriormente novas formas de insubordinação.

Mesmo entre os policiais houve simpatias pelo movimento. Segundo “A Plebe” de 04/08/1917, página dois, durante um comício na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, operários ouviram de um soldado que fazia a patrulha no local:

“Meus camaradas - dizia elle para os operários da roda – em São Paulo os soldados chegaram a ajudar os grevistas a arrancarem os trilhos dos bondes, no Braz [...]”

E completa: “Em Lorena, muitos soldados se negaram a partir para São Paulo”.

É interessante assinalar que a cidade, durante alguns dias, foi literalmente tomada pelos operários. Forçaram a paralisação dos bondes. Quebraram os lampiões e colocaram a cidade em pavor. Havia registros de saques a grandes moinhos. Havia citações de invasões de presídios e soltura de militantes presos. Os seus bairros eram como fortaleza e seus becos impediam a entrada de policiais. A classe rica se assustou.

A cidade ficou então praticamente parada. E parar a cidade era interromper a circulação das pessoas, mas principalmente das mercadorias. E então a polícia começou a agir, buscando o retorno da “antiga ordem”. O jornal “Correio Paulistano”, órgão do Partido Republicano Paulista, ou seja, da elite paulistana, reclamava uma solução para essa situação extrema. Diz em 13/07/1917:

O movimento grevista assumiu hontem proporções ainda maiores do que na véspera. **A ordem e o transito da cidade estavam, porém, perturbados** (grifo nosso) e, por isso, a policia attenta, vigilante e enérgica...poz em acção desde cedo, limitando-se a acudir aos pontos onde se deram as desorddens [...] (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p.2)

Revolta generalizada. Desacato às leis. Sublevação de policiais. A elite se apavorou e a polícia, no momento mais grave, entendeu a greve como uma revolução.

Sobre os acontecimentos, diz o delegado Thyrso Martins:

Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa, foi a pouco e pouco se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmentes de uma verdadeira revolução. [Então] :[...] o trafego dos bondes foi paralisado porque os grevistas assaltaram os vehiculos e os dannificaram; os combustores da iluminação publica foram apedrejados e inutilizados; vehiculos que conduziam leite e carne para os hospitais foram saqueados [...] A revolução era aconselhada francamente. Da mesma sorte o saque. (CORREIO PAULISTANO, 07/10/1917, p.3)

Movimentos separados no tempo e no espaço, a greve de 1917 e a Comuna de Paris de 1871 foram situações de rompimento de uma ordem estabelecida. Ordem essa que circunscrevia os operários às áreas arrabaldes das cidades e desestimulava a presença desses trabalhadores no centro.

MAPA Nº 4

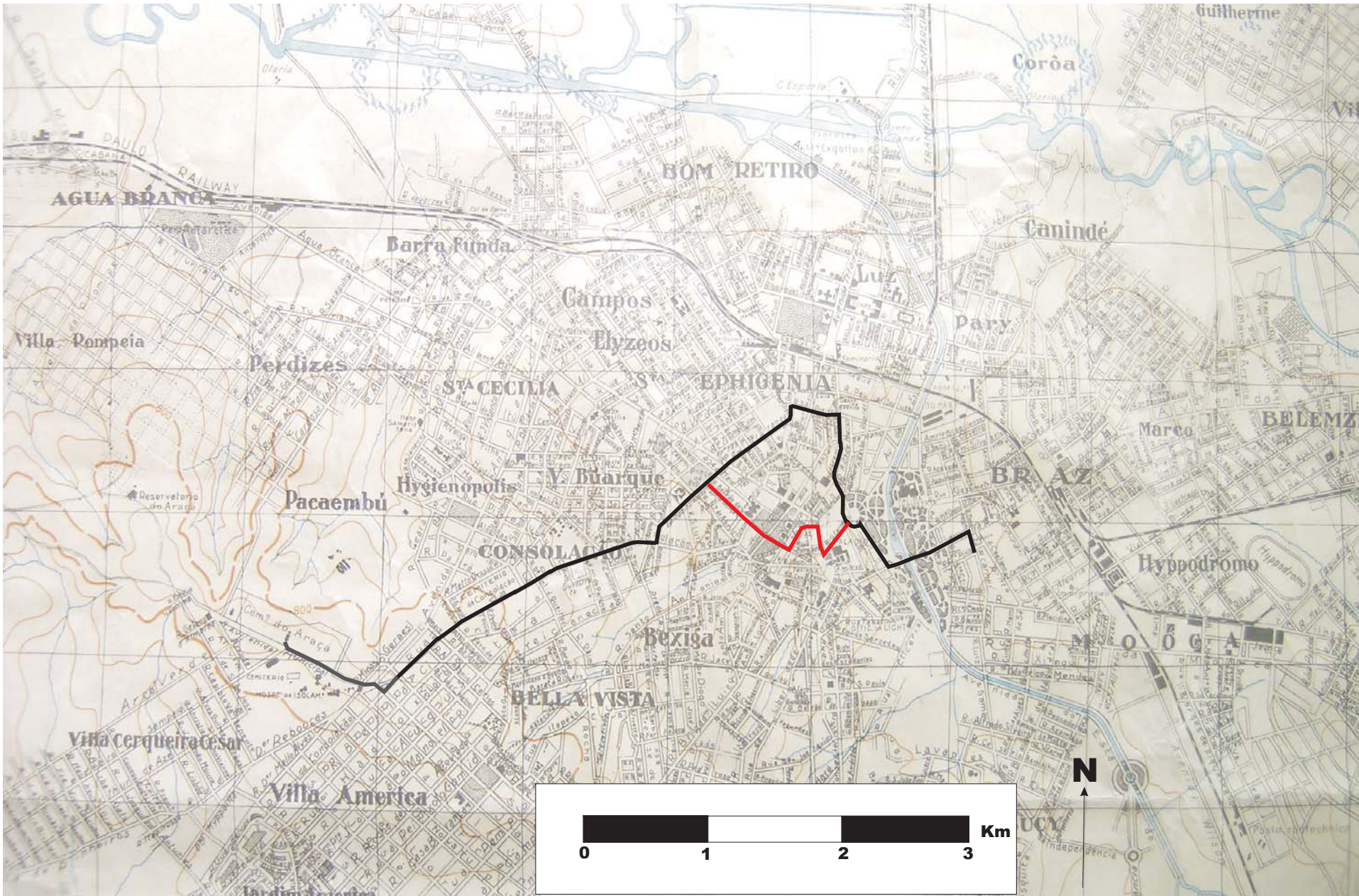
Greve Geral de 1917

Percurso do Enterro de José Martinez

LEGENDA

 Trajeto Efetivamente Percorrido

 Trajeto indicado pela Polícia



Planta da Cidade de São Paulo, 1924
Fonte: Jornal "O Combate" (1917); Lopreato (2000)
Org: Amir El Hakim de Paula

O operário “proibido” de desfrutar a cidade no seu todo, como numa catarse, numa mistura de luta e festa, chegava as áreas centrais, até então reservada às elites.

A greve geral e a luta contra a carestia de vida: dois episódios de grande importância histórica e de forte questionamento espacial. Entretanto, foram experiências breves. Com a repressão, à greve de 1917, a “normalidade” foi voltando.

O Dia de Hontem

Pela primeira vez após os dias terríveis que precederam, a cidade apresentou hontem o aspecto da mais perfeita tranqüilidade. O commercio, abrindo suas portas desde cedo, funcionou até a noite sem interrupção, e as ruas do Triangulo Central encheram-se de **famílias** (grifo nosso). Os bondes circularam com perfeita regularidade. Automóveis e carros de praça trafegaram livremente e toda a população foi abastecida de leite, pão, carne e outros elementos indispensáveis à subsistência. (CORREIO PAULISTANO, 17/07/1917, p.4)

O jornal, paladino da classe dominante, apresentava a relativa calma que a cidade ficou depois dos dias de greve. É interessante notar as alcunhas diferentes para os ricos (famílias) e para os pobres (desordeiros), que o jornal apresentou nas suas reportagens sobre a greve.

Isso demonstra a percepção que a elite tinha sobre as ruas mais centrais. Entrar no espaço do outro (referindo-se às manifestações no centro da cidade), sem autorização, era estar suscetível a reprovações, era ser considerado, entre outras coisas, “desocupado”.

Nos dias de greve, os mais intensos, reinaram soberanamente os operários. Parando as ruas e as fábricas, dificultava-se a circulação de mercadorias.

Tão intenso e de grande extensão, que o jornalista Nereu Rangel Pestana do jornal “O Combate”, não ousava aceitar a idéia de que nessa greve, a Prefeitura se omitiu de qualquer ação, ou mesmo, como que assustada, ficou totalmente inerte.

E ainda criticou o Prefeito por gastar demasiadamente com obras nos bairros ricos e conseqüentemente “esquecer” dos bairros mais operários. Diz o jornalista:

S.Paulo está sem Prefeitura!

A Municipalidade de S.Paulo não existiu durante os dias de greve. Os cavalheiros que se dizem directos representantes do povo não apareceram nesse período para ter um gesto, uma attitude que revelasse o desejo de contribuir, embora platonicamente, para a solução da crise que suspendeu a vida da cidade. O sr. Prefeito municipal declarou que nada podia fazer, não há dinheiro:- o que havia foi despendido em jardins, asphaltamento da Avenida Paulista, calçamento de ruas dos bairros *chics*, aberturade estradas para automóveis e outras demonstrações da idéia que o sr.dr. Washington Luís faz do que seja administrar uma cidade. (O COMBATE 17/07/1917, p.1)

Nessa greve, fez-se em São Paulo uma nova geografia, mais livre, mais dinâmica e menos excludente. Por quase um mês a cidade foi do operário, a geografia da cidade foi determinada pelo trabalhador!

Considerações Finais

A pesquisa mostrou que para um melhor entendimento da vida operária do período em estudo, necessário é também compreender o próprio desenvolvimento urbano-populacional que a cidade teve nesse início do século XX.

Isso porque, como vimos, a formação dessa classe ocorreu quase que simultaneamente à formação de novos bairros na cidade, como também ao processo de segregação espacial que nela se desenvolveu.

A elite, representada em São Paulo pela burguesia cafeeira e/ou burguesia industrial, interessou-se pelos novos projetos de urbanização que a cidade recebia no limiar do século XX, pelo lucro que essas empreitadas pudessem gerar e não pelo uso que toda a população pudesse usufruir.

Ao acontecer isso, os bairros de moradia da elite e o centro da cidade foram os mais privilegiados na instalação de várias melhorias urbanas. Nos bairros mais populares, incluindo-se os operários, poucas melhorias ocorreram, e quando elas aconteciam, estavam relegadas as áreas mais centralizadas, que de alguma forma, não fugisse aos interesses da elite.

Entendemos então que na cidade começaram a serem gestadas duas visões contraditórias: a da elite que entendia a cidade como mais uma mercadoria, e a do operariado, que lutava por uma cidade voltada aos interesses da maioria.

Ao lutar por uma cidade mais democrática, esse operariado tentava resgatar a cidade como obra, algo perdido desde a emergência do capitalismo e da sociedade industrial.

Sendo assim, são duas formas completamente diferentes de entender a cidade. Portanto, não foi nenhuma surpresa os momentos de grande tensão.

Os operários, elegeram a cidade como principal espaço de conflito social, através da ocupação de ruas e praças em grandes manifestações. Ao apropriarem-se desses espaços, lutavam contra a cidade segregada, que os tinha relegado às áreas mais arrabaldes.

As lutas desses operários aqui demonstradas podem nos oferecer algumas pistas de como a cidade foi se transformando ao longo do século XX. Mais ainda,

analisando seus momentos de luta, como também de lazer, percebemos que o operariado procurava sistematicamente imprimir na cidade um outro tipo de sociabilidade, que não fosse mediada pela mercadoria e seus valores.

Nossa intenção nessa dissertação foi a de apresentar a possibilidade de se entender o operário paulistano do início do século XX a partir da relação entre alguns conceitos geográficos, e os políticos, sociológicos econômicos, por exemplo.

Quando esses estudos se iniciaram, ainda na graduação, pouco dos resultados aqui expostos vislumbrávamos. Sem falar que imaginávamos, com uma certa ingenuidade, que entender esse operário geograficamente, seria, em larga medida, localizá-lo no espaço.

Aos poucos fomos percebendo que localizar seus bairros, suas moradias, na cidade seria uma contribuição muito limitada da Geografia. Essa ciência poderia (e deveria) possibilitar outros tipos de entendimento, não só o locacional.

Entender essa busca do operário por uma cidade de uso menos privado, pode vislumbrar uma nova forma de encarar a cidade, e quem sabe, auxiliar na compreensão da realidade urbana atual das grandes cidades.

Compreendemos que o trabalho de análise espacial sobre o operário não está finalizado, pelo contrário, a pesquisa nos mostrou que outras discussões ainda serão necessárias, como, por exemplo, entender geograficamente a configuração sindical presente no início de século XX.

Poucos foram os pesquisadores que procuraram entender sob o viés geográfico, qual o significado da passagem de uma estrutura sindical livre, sem a tutela estatal, para outra na qual ainda convivemos, baseada, entre outras coisas no atrelamento ao Estado, sob a forma de impostos e contribuições assistenciais.

Esperamos que essa dissertação tenha chegado ao seu objetivo principal: compreender o papel do operário nessa São Paulo do limiar do século XX, a sua luta por uma cidade sem segregação espacial, mas também demonstrar que apesar de toda a crise hoje propalada, temos muito a aprender com sua força.

Bibliografia

ALVES, Paulo. *Anarquismo, Movimento Operário e o Estado – Suas relações no contexto capitalista da Primeira República (1906-1922)*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP. São Paulo, 1981.

ANDRADE, Margarida Maria. *Bairros Além-Tamanduateí : O Imigrante e a Fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho..* Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 1991.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Edições Saraiva, 1957.

_____. *São Paulo Nesse Tempo (1915-1935)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de Fábrica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 1992.

BARROS, Andréa de Marco Leite de. *O Espaço Urbano na Toscana durante os séculos XIII e XIV*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro (Aspectos Políticos)*. São Paulo: Editora Pioneira, 1978.

BLAY, Eva. *Vilas Operárias*. Tese de Livre-Docência: FFLCH-USP. São Paulo, 1981.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX – O Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BRITO, Mônica Silveira. *A Participação da Iniciativa Privada na Produção do Espaço Urbano*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 2000.

BUSQUETS, Jordi M. I.Pujol. “Ferrer en la Tradicion del Pensamiento Educativo Libertario” In: Jordi Monés (org) – *Ferrer Guardia y la Pedagogia Libertaria: Elementos para un Debate*. Barcelona: Icaria Editorial S.A, 1980.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. *A Experiência da Escola Moderna em São Paulo*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Educação. São Paulo, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1976.

_____ *Base e Superestrutura em São Paulo 1886-1929* In: De Lorenzo, Helena C. et alli. *A Década de 20 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p.233-254.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Reflexões sobre o Espaço Geográfico*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo. 1979.

_____ *Espaço e Indústria*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

_____ "Espaço Urbano e Movimentos Sociais" in: *Boletim de Geografia Teórica*, São Paulo, Vol.22(43-44). 1992, p.147-153.

_____ *A Cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Editora Difel, 1979.

_____. *A República Velha (Instituições e Classes sociais)*. São Paulo: Editora Difel, 1972.

_____. *Evolução Industrial de São Paulo (1886-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

COUTO, Ronaldo Costa. *Matarazzo V.2 – Colosso Brasileiro*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

DEAECTO, Marisa M. *Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Editora Difel, 1971.

De DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano de Trabalhadores na República – São Paulo 1889/1940*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____ *Indústria, Trabalho e Cotidiano*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

DE PAULA, Amir El Hakim. *A Geografia do Movimento Operário de 1906 á 1937*. T.G.I: FFLCH-USP. São Paulo, 1999.

DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: CBPE, 1964.

ELAZARI, Judith. *Lazer e Vida Urbana – São Paulo-1850 a 1910*. Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 1979

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FONSECA, Guido. "O Anarquismo e as Origens da Polícia Política em São Paulo". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol XCIII. 1996. p09-37.

HARDMANN, Francisco F. e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (Das origens aos anos vinte)*. São Paulo: Global Editora, 1982. _____ *Nem Pátria, Nem Patrão (Vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Prefácio" In: *Memória de um Colono no Brasil (1850)*. Thomaz Davatz. São Paulo: Editora da USP, 1980.

KOWARICK, Lúcio. *Escravos, Parias e Proletários - Uma Contribuição para o Estudo da Formação do Capitalismo no Brasil*. Tese de Livre-Docência: FFLCH-USP. São Paulo, 1981

IGLESIAS, Francisco. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

KHOURY, Iara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

KROPOTKIN, Piotr. *El Apoyo Mutuo - Un Factor de Evolucion*. Colombia: Ediciones Madre Tierra, 1989.

LANGENBUCH, Juergen R. *Assentamento Industrial na Grande de São Paulo – Análise Retrospectiva*, s.d, mimeo.

LEAL Claudia. *Anarquismo em Verso e Prosa – Literatura e Propaganda na Imprensa Libertária em São Paulo (1900-1916)* Dissertação de Mestrado: IEL-UNICAMP. Campinas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes. 1991.

. *The Production of Space*, Oxford, Blackwell, 1991b.

- _____. *Espacio y Política – El Derecho a la Ciudad II*.
Barcelona: Ediciones Península. 1976.
- _____. *La Vida Cotidiana em el Mundo Moderno*. Alianza
Madrid: Editorial. 1984.
- LIMA, Mariângela Alves de. "Teatro Operário em São Paulo" In:
*Libertários No Brasil – Memória, Luta e Cultura, Antonio Arnoni
Prado(Org)*,.São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.162-250.
- LOPREATO, Christina R. *A Semana Trágica: A Greve Geral Anarquista
de 1917*.São Paulo: Museu da Imigração, 1997.
- LOPREATTO, Christina R. *O Espírito da Revolta: A Greve Geral
Anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-
1917)*.São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MAMIGONIAM, Armen."O Processo de Industrialização em São Paulo"
In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.50, 1976.p 83-101.
- MARAM, Leslie Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento
Operário 1890/1920*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1975.
- MARTIN, André R. *O Bairro do Brás e a Deterioração Urbana*.
Dissertação de Mestrado: FFLCH-USP. São Paulo, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*.São Paulo: Hucitec, 3º
Edição,1986.
- MELLO, João Manuel C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora
Brasiliense, 1982.
- MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble,
Institut de Revue Alpine, 1953. (Trad. Inédita, mimeo).
- _____. *Aspectos Geográficos do Crescimento da Cidade de
São Paulo*. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.16,1954. p.3-29.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A Valorização do Espaço*. São Paulo:
Hucitec,1987.
- MOREIRA, Ruy. *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no
Brasil – Estudo Sobre Sociedade e Espaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. "Repensando a Geografia."In: *Novos Rumos da
Geografia Brasileira, Milton Santos(Org)*.São Paulo: Hucitec,1982. p.35-49.

MOREIRA, Silvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade à Metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970.

MOURA, Esmeralda Blanco B. "Crianças Operárias na Recém Industrializada São Paulo". In: *História das Crianças no Brasil, Mary Del Priore (org)*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.p.259-288.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História Vol I*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

NASCIMENTO, Raquel. *Os Bondes Elétricos – Chegada e Travessia na Cidade de São Paulo 1900-1914*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP. São Paulo. 2002.

NEGREIRO Plínio José L.de Campos. *Resistência e Rendição: A Gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o Futebol Oficial em São Paulo, 1910-1916*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP. São Paulo, 1992.

PAOLI, Maria Célia. "São Paulo Operária e suas Imagens (1900-1940)". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, nº33.1991.p.27-41.

PENTEADO Jacob. *Belenzinho 1910 – Retrato de uma Época*. São Paulo: Editora Martins, 1962.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Pasquale. "São Paulo no Século XX". In: *A Cidade de São Paulo -Vol.II, Aroldo de Azevedo (org)*. São Paulo: AGB. 1958. p.101-165.

_____. "A Cidade de São Paulo no Século XX" In: *Revista de História*, ano VI, ns.21 e 22,1955.p.127-170.

PETRATTI, Palmira Teixeira. *A Fábrica do Sonho: Trajetória do Industrial Jorge Street*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

PINHEIRO Paulo Sérgio et all. *A Classe Operária no Brasil – Vol I O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Ômega,1979.

_____. *A Classe Operária no Brasil – Vol II Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e Estado*. São Paulo: Editora Brasiliense,1981.

_____ “O Proletariado Industrial na Primeira República” In: Pinheiro Paulo Sergio [et all] *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)* Vol 2: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PRADO JR, Caio – *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971, 7º Edição.

PROST, Antoine. “Fronteiras e Espaços do Privado” In: VICENT, Gerard et all. *Historia da Vida Privada 5*. Trad:Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

RODRIGUES, Maria Lucia Estrada. *Produção do Espaço e Expansão Industrial*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu Lugar! (São Paulo, Início da Industrialização: Geografia do Poder)*.. Dissertação de Mestrado: FAU-USP.São Paulo, 1981.

_____ *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*.São Paulo. Editora Fapesp/Studio Nobel, 1999. _____ “São Paulo na Virada do Século : O Espaço é Político”. In: *Espaço e Debates*. São Paulo, nº17.1986. p.44-53.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Livraria Nobel, 1987. _____ *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa –Ômega,1976.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SINGER,Paul. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Editora Atual,1994.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense,1986.

TOLEDO, Edilene. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: Circulação de Idéias e Experiências na Militância Sindical Transnacional*

entre 1890 e o Fascismo. Dissertação de Mestrado: IFCH-UNICAMP. Campinas, 2002.

Jornais Operários e de Grande Circulação

Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp

A Plebe (1919)

A Rebelião (1914)

O Amigo do Povo (1901, 1902,1903)

A Terra Livre (1906,1910)

Folha do Braz (1899, 1900,1901)

CEDEM/Unesp

Geminal (1913)

A Lanterna (1912; 1914)

A Plebe (1917; 1920)

A Voz do Trabalhador (1908; 1913; 1914; 1915)

Arquivo do Estado de São Paulo

Correio Paulistano (1917)

Diário Popular (1913)

O Estado de São Paulo (1913)

O Parafuso (1917; 1919; 1920)

O Combate (1917)

Relatórios

Arquivo do Estado de São Paulo

Relatório da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública – 1914.

Relatório Apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça – 1905.

Diário do Governado Altino Arantes – Xerocopiado

Biblioteca de História-FFLCH-USP

Relatório da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública – 1911.
Relatório da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública – 1915.
Relatório da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública – 1916
Galeria dos Presidentes de São Paulo – Período Republicano – 1920-1924.

Dicionários

BOBBIO, Norberto et all – *Dicionário de Política* – Vol 1 –
Coordenação e Responsável Geral: João Ferreira. Brasília: Edunb, 1993.

HOUAISS, Antônio - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* –
Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Imagens

Imagens de São Paulo - Gaensly no Acervo da Light 1899-1925
Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo
Autores: Ana Maria Diettrichi; Ricardo Mérida e Sergio Burgi
Arquivo Edgar Leueroth
A Plebe (1917)
Álbum Irmãos Reichert
Arquivo do Estado de São Paulo

Outros Documentos

Arquivo do Estado de São Paulo

Processos Policias – Lata nº 65 – Ano 1914.